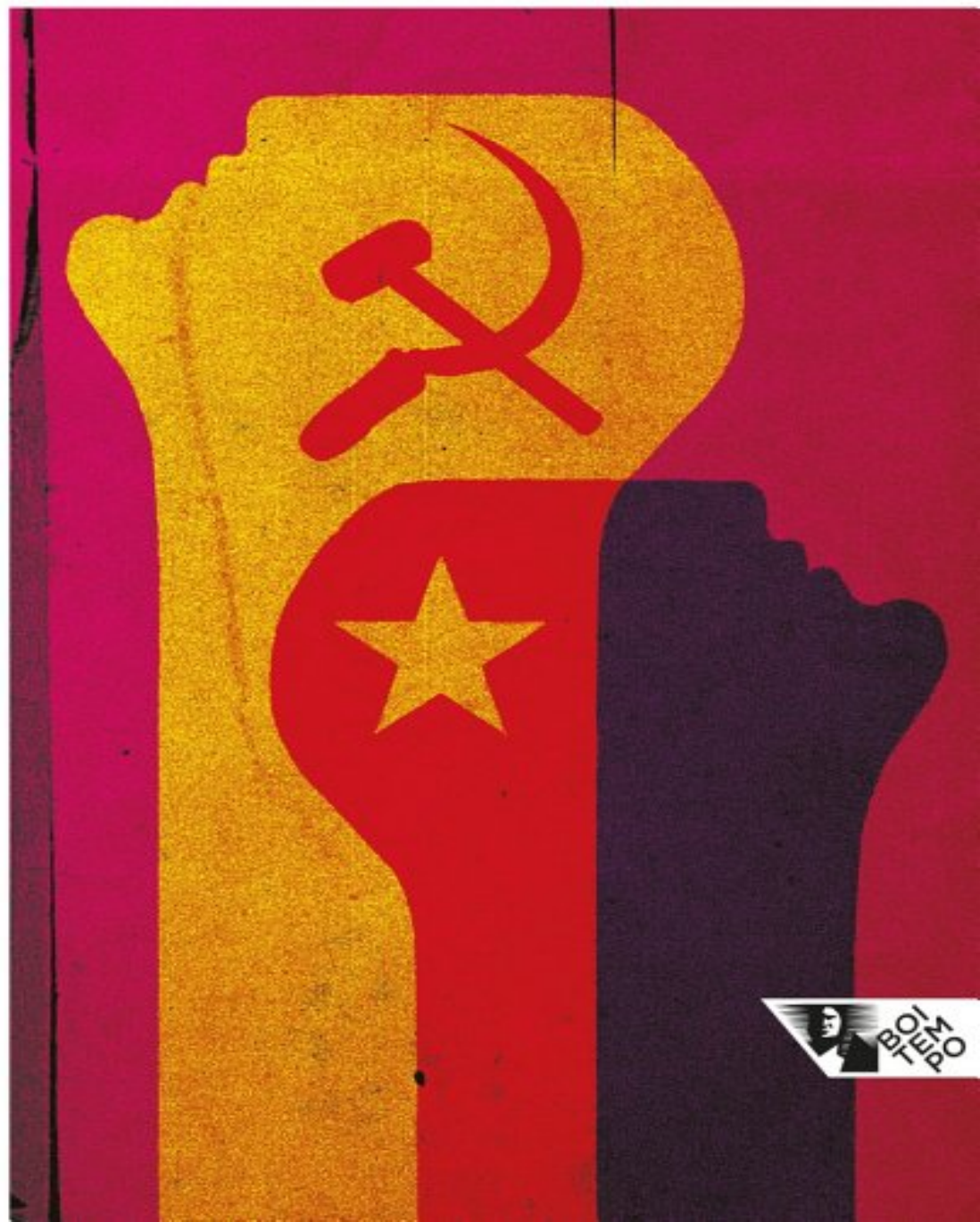




DUAS REVOLUÇÕES RUSSIA E CHINA

PERRY ANDERSON

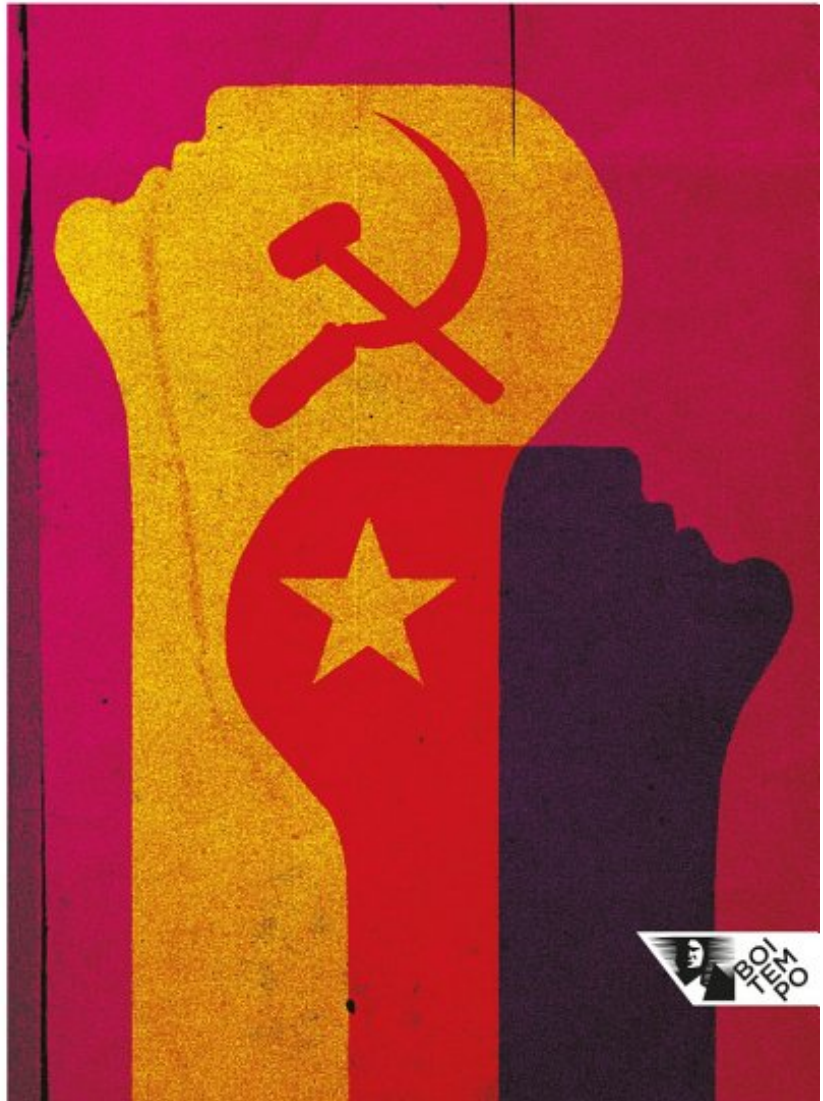


BOI
TEM
PO



DUAS REVOLUÇÕES RUSSIA E CHINA

PERRY
ANDERSON



BOI
TEM
PO



Sobre Duas revoluções: Rússia e China

Luis Fernandes

Neste livro, Perry Anderson examina a gênese e os desdobramentos das duas principais experiências revolucionárias que tentaram constituir sociedades alternativas ao capitalismo no século XX: as da Rússia e da China. Em chave histórico-comparativa, o autor coteja as vias trilhadas por ambas as revoluções desde seus triunfos originais, destrinchando as orientações estratégicas distintas que presidiram seus processos de reforma sistêmica, culminando em desfechos opostos e contrastantes.

Como a Revolução Chinesa, partindo de e operando em condições bem mais desfavoráveis e precárias, conseguiu alcançar, no século XXI, impacto mundial-sistêmico muito mais amplo e duradouro que o de sua precursora russa? O historiador britânico explora e articula algumas chaves para responder a essa indagação, entre as quais: as bases sociais distintas preservadas pelos respectivos regimes revolucionários em função das características de suas vias de acesso ao poder; o progresso diferenciado na consolidação de um estrato burocrático-conservador dominante; e a disparidade na abrangência das propostas de reforma sistêmica, à luz da “legitimidade e autoridade revolucionárias” de seus dirigentes-proponentes.

O ensaio destaca, ainda, que o hiato de trinta anos entre as duas revoluções forneceu à liderança chinesa um “espelho negativo” dos limites e fracassos da experiência soviética, bem como um contexto geopolítico mais favorável para sua agenda de reformas.

O texto de Anderson é acompanhado por uma crítica inteligente e minuciosa de Wang Chaohua, que discorda de sua proposição de que os processos de reforma na Rússia e na China tenham trilhado caminhos tão diferentes. Na visão de Wang, as transformações vividas pela China na década de 1980 teriam, na realidade, antecipado - sob direção estatal - o traumático processo de restauração capitalista vivido pela Rússia uma década depois. Sua

visão se opõe à do historiador britânico, que destaca a constituição de um Estado nacional forte pela própria Revolução Chinesa – pondo fim a um século de sujeição semicolonial – como fator determinante para sua ascensão econômica atual. Mas que tipo de sociedade emerge dessa transformação tão colossal quanto contraditória? Segundo o autor, uma nova formação híbrida que ainda precisa ser desvendada – um *novum* histórico-mundial. Este livro fornece pistas cruciais para decifrar o enigma.

Sobre Duas revoluções: Rússia e China

Entre as décadas de 1980 e 1990, transformações marcantes ocorreram nos dois maiores países que passaram por revoluções socialistas. Os caminhos trilhados, porém, foram antagônicos: enquanto a Rússia experimentou uma tumultuada transição ao capitalismo após o colapso da União Soviética, a China viu sua liderança reafirmar a autoridade e conduzir o país a um crescimento econômico jamais visto.

Como entender resultados tão distintos? Que aspectos de cada processo revolucionário influenciaram nesses dois cenários? A que custo o Partido Comunista Chinês construiu sua trajetória vitoriosa? Perry Anderson explora essas questões, buscando entender o modelo híbrido que se formou na China.

O sagaz contraponto da ensaísta chinesa Wang Chaohua questiona algumas das conclusões do historiador britânico e apresenta novos elementos para pensar nas consequências negativas dessas transformações para a população local.

Perry Anderson

DUAS REVOLUÇÕES: RÚSSIA E CHINA

Com textos de

Wang Chaohua, Luiz Gonzaga Belluzzo e Rosana Pinheiro-Machado

Tradução

Hugo Mader e Pedro Davoglio



ANOTAÇÕES

NOTA DA EDIÇÃO

PREFÁCIO – *LUIZ GONZAGA BELLUZZO*

DUAS REVOLUÇÕES: RÚSSIA E CHINA – *PERRY ANDERSON*

Anotações

I. Matrizes

II. Mutações

III. Pontos de ruptura

IV. O *novum*

O PARTIDO E SUA HISTÓRIA DE SUCESSO: UMA RESPOSTA A “DUAS REVOLUÇÕES” –

WANG CHAOHUA

I. Anatomia da revolução

II. Caminhos para a reforma

III. Praça da Paz Celestial: antes e depois

IV. O milagre econômico

POSFÁCIO: RUMO E REPRESSÃO – *ROSANA PINHEIRO-MACHADO*

SOBRE OS AUTORES

NOTA DA EDIÇÃO

Os ensaios de Perry Anderson e Wang Chaohua presentes neste volume foram publicados pela primeira vez na *New Left Review*, respectivamente, como “Two Revolutions” (n. 61, jan.-fev. 2010) e “The Party and its Success Story. A Response to ‘Two Revolutions’” (n. 91, jan.-fev. 2015). Agradecemos à revista britânica pela cessão dos textos.

A tradução de “Duas revoluções” foi originalmente publicada na revista *Serrote*, n. 5, em julho de 2010. Pela cessão, agradecemos à revista e a Hugo Mader, a quem também somos gratos pela cuidadosa releitura do texto para publicação neste volume.

PREFÁCIO

Luiz Gonzaga Belluzzo

Perry Anderson apresenta, neste pequeno volume, percucientes e originais digressões a respeito das origens e destinos de duas grandes revoluções de inspiração socialista – a Russa e a Chinesa. Para comentar seus desdobramentos até a atualidade, volto um pouco mais no tempo, aos prognósticos dos fundadores do “socialismo científico”. Marx e Engels estavam convencidos de que a revolução social era iminente na Europa. No *Manifesto Comunista*, escrito sob a inspiração dos eventos de 1848, anunciavam: “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”^[1]. Essa convicção seria fortalecida pela Comuna de Paris em 1871. Os episódios nas ruas da capital francesa foram uma resposta ao desfecho da Guerra Franco-Prussiana, a primeira manifestação de uma nova etapa do capitalismo, marcada sobretudo pela disposição da Alemanha, potência emergente, para ameaçar a supremacia industrial inglesa.

A “era do imperialismo” estava apenas nascendo. O pensamento socialista levou algum tempo para cuidar das implicações dessa nova forma do capitalismo, muito mais complexa do que se poderia deduzir das “leis de movimento” desse modo de produção. Lênin apoiou-se nos estudos de Hobson sobre o imperialismo e de Hilferding sobre o capital financeiro para chegar às questões fundamentais a ser analisadas nesse fenômeno. A rivalidade entre Estados nacionais expansionistas e colonialistas – empenhados na “repartição

do mundo”, que ampliava e mantinha a submissão da franja periférica – amparava-se na predominância do capital financeiro e em sua capacidade de exacerbar a concorrência e produzir o monopólio. O desnudamento do “político” escondido sob o véu do “automatismo das leis de movimento” capitalista suscitou, mais tarde, o ponto de vista inovador de Gramsci. Nos *Cadernos do cárcere*, ele trata das inter-relações necessárias entre as particularidades nacionais e os processos de internacionalização capitalista.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial explicita-se a fragilidade da Inglaterra como centro hegemônico do capitalismo. Por um lado, a presença perturbadora de Wall Street e a ascensão dos centros financeiros concorrentes no continente europeu alteram a dinâmica das finanças internacionais. Por outro, a crescente tensão política na Europa continental desgasta a diplomacia inglesa de equilíbrio entre as potências.

A Primeira Guerra Mundial foi, sim, uma guerra interimperialista. Imperialista e assimétrica: a Inglaterra em declínio; a França e a Rússia, potências industrialmente fracas ou enfraquecidas em comparação à Alemanha e aos Estados Unidos, países líderes da Segunda Revolução Industrial. Elo mais fraco quer do ponto de vista econômico-financeiro, quer do militar, a Rússia capitula diante da Alemanha em 1917. Assina a paz de Brest-Litovsk e ingressa num processo revolucionário e de desintegração imperial. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos – que, a despeito da neutralidade, tinham concedido ajuda financeira à Entente – entram no conflito e determinam a derrota definitiva da Alemanha.

Na Conferência de Paris, os vencedores impõem ao Estado Imperial alemão o desarmamento e o peso das reparações de guerra. Modificam o mapa da Europa, redesenhando por completo as fronteiras na Europa Central. Nos anos 1920, segue-se um período de turbulência financeira e política que isola a União Soviética e leva a República de Weimar ao colapso. Diante da atitude isolacionista norte-americana, a Inglaterra tenta reaver a hegemonia,

ressuscitando o padrão-ouro e mantendo suas pretensões de comandar a ordem liberal-burguesa já em ruínas.

*

Em 1925 John Maynard Keynes visitou a União Soviética e escreveu um ensaio magnífico, “A Short View of Russia” [Uma breve visão da Rússia]. Entre a admiração e o repúdio, Keynes registrava:

Em um aspecto, o comunismo segue outras religiões famosas. Ele exalta o homem comum e o põe no centro. Até aqui não há nada de novo. Entretanto, existe outro fator que também não é novo, mas que pode, de uma forma diferente e em uma nova configuração, contribuir em algum grau para a verdadeira religião do futuro – isto é, se houver uma religião verdadeira. O leninismo é absoluta e desafiadoramente não sobrenatural, e sua essência emocional e ética está centrada na atitude do indivíduo e da comunidade em relação ao amor ao dinheiro.

Não quero dizer que o comunismo russo modifique nem mesmo procure modificar a natureza humana [...]. Não quero simplesmente afirmar a emergência de um novo ideal. Quero, isto sim, dizer que ele tenta construir um sistema social em que os motivos pecuniários perdem sua importância relativa como influenciadores da ação. Em que a adesão social se distribui de forma diferente. Em que atitudes antes consideradas normais e respeitáveis deixam de ser tanto uma coisa como a outra.^[2]

Os efeitos da Primeira Guerra afetaram poderosamente as condições sociais e econômicas da Rússia bolchevique. O apoio das potências imperialistas ao “exército branco”, os problemas da oferta agrícola e a fragilidade das bases industriais encaminharam o regime dos soviets para a Nova Política Econômica (NEP). No artigo sobre o quarto aniversário da Revolução de Outubro, Lênin admite equívocos e erros na condução da economia ^[3]. Aborda, particularmente, a impossibilidade de passar, sem mediações, de uma economia de pequenos proprietários rurais a uma economia de produção e distribuição estatal dos produtos. Para o líder bolchevique era necessário atravessar etapas transitórias: o capitalismo de Estado e o socialismo. Nessa espécie de “retirada estratégica”, não escondeu que, no âmbito da NEP, seria

criada uma concorrência entre os capitalistas e o poder estatal na Rússia soviética.

Meses antes, no artigo em que defende a aplicação do imposto em espécie sobre os “pequeno-burgueses” do campo, Lênin adverte:

Na Rússia predomina atualmente o capitalismo pequeno-burguês [...]. Quem não compreende isso comete um erro econômico imperdoável, ou por desconhecer os fatos da realidade [...], ou por limitar-se a contrapor abstratamente o “capitalismo” ao “socialismo”, não se aprofundando nas formas e degraus concretos dessa transição hoje em nosso país.^[4]

Lênin observa que o imposto *in natura* cumpriu seu propósito de vencer a carestia e de promover a recuperação da indústria leve. A organização de cooperativas foi também considerada um passo adiante na adesão dos pequenos proprietários ao socialismo.

No livro *A era dos extremos*, Eric Hobsbawm sustenta que

A NEP na verdade teve um brilhante êxito na restauração da economia soviética a partir da ruína de 1920. Em 1926, a produção industrial soviética havia mais ou menos recuperado seu nível pré-guerra, embora isso não significasse grande coisa. A URSS continuava tão esmagadoramente rural quanto em 1913 (82% da população nos dois casos), e na verdade só 7,5% estavam empregados fora da agricultura. Deixando de lado todas as considerações políticas, uma continuação da NEP, modificada ou não, iria na melhor das hipóteses produzir uma modesta taxa de industrialização. Além disso, enquanto não houvesse muito mais desenvolvimento industrial, pouco havia que os camponeses pudessem comprar na cidade para tentá-los a vender seus excedentes, em vez de comê-los e bebê-los nas aldeias. Isso (que ficou conhecido como a “crise da tesoura”) iria ser o laço que acabou estrangulando a NEP.

A “economia planejada” dos Planos Quinquenais que tomou o lugar da NEP em 1928 era necessariamente um instrumento grosseiro – muito mais grosseiro que os sofisticados cálculos dos economistas pioneiros do Gosplan da década de 1920, que por sua vez eram mais grosseiros que os instrumentos de planejamento de que dispunham os governos e grandes empresas do fim do século XX. Essencialmente, seu objetivo era mais criar novas indústrias do que dirigi-las, e preferiu dar prioridade imediata aos setores básicos da indústria pesada e da produção de energia que eram a fundação de qualquer grande economia industrial: carvão, ferro e aço, eletricidade, petróleo etc.^[5]

Antes de discorrer sobre os efeitos econômicos da Segunda Guerra sobre a União Soviética, Frederico Mazzucchelli cita uma passagem do livro *Pós-guerra* em que Tony Judt avalia os custos da vitória:

[...] a vitória soviética só foi obtida pagando por ela um preço extremamente elevado. De todos os vencedores da Segunda Guerra Mundial, e na verdade de todos os países participantes, tanto vencedores como vencidos, a URSS foi a única a sofrer danos econômicos permanentes. As perdas em pessoas e recursos foram enormes e far-se-iam sentir durante décadas.^[6]

Para Mazzucchelli,

os sacrifícios humanos e materiais sofridos pela URSS, aliás, em grande medida explicam a posterior “militarização” da vida soviética, bem como dimensões relevantes de sua política externa no pós-guerra, notadamente sua postura marcadamente defensiva. Terminado o conflito, os soviéticos passaram a concentrar seus esforços no desenvolvimento e expansão da indústria militar e na preservação de seu *cordon sanitaire* no Leste Europeu. O fato de a expansão da economia ter se dado a taxas elevadas nos anos 1950 não deve obscurecer o fardo negativo que a guerra impôs ao país: a URSS continuou a investir com intensidade desproporcional em seu “complexo industrial-militar”, em detrimento da modernização e diferenciação de sua estrutura produtiva. As limitações de sua indústria de bens de consumo, o déficit crônico de habitações e a precariedade das condições de vida da população foram traços permanentes do desenvolvimento soviético no pós-guerra.^[7]

Andar sobre as duas pernas. Era assim que o economista Nikolai Chmeliov, um nome importante na *perestroika*, justificava a necessidade das reformas econômicas de Gorbatchov. A segunda perna da sociedade soviética, a iniciativa dos indivíduos, atrofiara-se pelo uso excessivo da primeira, o coletivismo. A economia de comando – submetida às decisões centralizadas e confusas dos muitos ministérios, dos muitos órgãos dos ministérios, dos muitos diretores dos órgãos dos ministérios – entrou em sua etapa terminal. Não é correto dizer que ela não funcionou. Foi por meio dela que o Estado impulsionou a divisão social do trabalho, o avanço industrial e o progresso científico e tecnológico, estimulado pela corrida armamentista e espacial.

No entanto, esse sistema chegou ao limite de sua capacidade; era um elefante velho que não podia mover as pernas. A economia soviética estava fundada na quantidade. É, portanto, um erro julgar o desempenho dessa economia pelo prisma da falta de capacidade produtiva, inclusive no caso da agricultura. A capacidade de produção era enorme, o problema é que não se ofereciam os produtos certos. Muito pior, os erros não eram corrigidos com rapidez, porque não havia um sistema de informações que possibilitasse

influenciar as decisões das empresas e canalizar as preferências dos consumidores.

A economia de comando concentrou o impulso da inovação tecnológica no setor militar-espacial. Frequentemente, os dirigentes da Academia de Ciências da URSS se queixavam das dificuldades de transferir as inovações para a indústria civil, atolada no imobilismo do balanço de materiais, reforçando as tendências para a rotina e para o crescimento extensivo. Faltavam os mecanismos que levariam à emulação entre as empresas sob a supervisão do planejamento flexível. A ausência de constrangimentos econômicos adequados e os critérios de produção física conduziam não só ao desperdício de matérias-primas e de meios de produção como à completa desorientação na formação dos custos. O sistema soviético produzia cada vez mais para satisfazer cada vez menos às demandas dos consumidores. Coexistiam o excesso e a escassez.

A reforma do sistema de preços era crucial para eliminar essas enormes distorções e tirar a economia do pântano da estagnação. Chmeliov reconhecia que essa reforma deveria ser feita com a maior cautela para não causar distúrbios incontroláveis na distribuição da renda. Os mentores da *perestroika* recomendavam que “o controle de preços só deve ser abolido quando for criado um verdadeiro mercado de consumo, isto é, um estável e constante excesso da oferta sobre a demanda, quando a competição saudável entre as empresas de produtores associados tornar-se a regra e não a exceção” [8].

A *perestroika* teve que enfrentar uma dimensão crucial do desequilíbrio entre produção e consumo: em 1989, as famílias acumulavam 120 bilhões de rublos e o déficit orçamentário era de aproximadamente 100 bilhões. Esse estoque de “dinheiro quente” deveria ter sido neutralizado de alguma maneira para evitar que a reforma do sistema de preços terminasse numa inflação catastrófica. As famílias retinham esse dinheiro porque acreditam na preservação de seu poder de compra no futuro. Mas aconteceu o pior: o “choque de mercado” foi executado sem as cautelas requeridas e os preços

explodiram. A hiperinflação foi acompanhada de uma queda pronunciada da produção e do emprego.

Peter Nolan lamenta a imperícia na introdução das regras da concorrência e dos critérios do mercado na economia de comando. Com as reformas, diz Nolan, pretendeu-se saltar do stalinismo puro e duro para as crenças igualmente dogmáticas do livre mercado ^[9].

*

No momento da transição russa, a China experimentava as reformas de Deng Xiaoping, depois das trágicas consequências sociais e econômicas do Grande Salto para a Frente e da Revolução Cultural. Os efeitos não demoraram a aparecer.

“Nas telas dos radares da economia global, o objeto que chama mais atenção, por sua trajetória brilhante, é a economia chinesa.” Assim começa o artigo de Chalmers Johnson, especialista em países asiáticos, intitulado “Nationalism and the Market: China as a Superpower” [Nacionalismo e mercado: a China como superpotência] ^[10]. O ano era 1996.

Henry Kissinger, em seu livro *Sobre a China* ^[11], descreve o processo de aproximação entre Estados Unidos e China durante a gestão Nixon (1969-1974), da qual foi assessor de Segurança Nacional. Segundo ele, o restabelecimento da amizade entre os dois Estados resultava do interesse comum em frear a “ameaça do projeto de hegemonia soviética”. Chou En-Lai, premiê chinês no período, teria descrito esse movimento como uma atitude necessária para promover um novo equilíbrio internacional, não um estado final de relacionamento.

Na década dos 1970, a experiência do capitalismo “social” e “internacional” do imediato pós-guerra sofria do mal-estar do primeiro choque do petróleo, da estagflação e do endividamento da periferia global, alimentado pela reciclagem dos petrodólares. Assim, de uma perspectiva geopolítica e

geoeconômica, a inclusão da China no âmbito dos interesses norte-americanos é o ponto de partida para a ampliação das fronteiras do capitalismo, movimento que culminaria no colapso da União Soviética e no fortalecimento dos valores e das propostas do ideário neoliberal.

A nova relação econômica promoveu o fluxo de investimento dos Estados Unidos para a China e, no sentido inverso, a exportação de manufaturas com ganhos de escala refletidos em baixos preços. Disso também resultou, porém, o endividamento norte-americano para sustentar o consumo das famílias submetidas à estagnação ou à queda dos rendimentos. Foi na força do dólar e na resiliência de seu mercado financeiro que a grande empresa estadunidense sustentou a migração de sua produção manufatureira para regiões de menor custo relativo. Nessas áreas, prevalecem relações favoráveis câmbio/salários, economias de escala, absorção de tecnologia e alta produtividade do trabalho.

O livro *China versus Ocidente*, de Ivan Tselichtchev ^[12], dá a dimensão da transformação ocorrida. Nos anos 1980, a economia chinesa detinha o mesmo 1% de participação no comércio mundial que o Brasil; em 2010, sua participação saltou para 10,4%, contra 8,4% dos Estados Unidos e 8,3% da Alemanha. Durante a primeira década do novo milênio, a taxa média de crescimento anual da economia chinesa foi de 10,5%, contra 1,7% dos Estados Unidos e 0,9% da Alemanha. Ao final da década, a China respondia por 42% da produção mundial de televisores em cores, 67% dos produtos de vídeo, 53% dos telefones móveis, 97% dos PCs e 62% das câmeras digitais. As entradas de “investimento de portfólio” no mercado norte-americano financiaram a saída líquida de capital produtivo. Nesse jogo da grande finança com a grande empresa, conforma-se uma mancha manufatureira que pulsa em torno da China.

Depois da crise asiática de 1997-1998, à exceção da China, os países mais afetados promoveram fortes desvalorizações cambiais que contribuíram para deprimir ainda mais os preços dos manufaturados. As desvalorizações asiáticas deram fôlego à euforia consumista norte-americana amparada no crédito fácil,

enquanto estagnavam os rendimentos da massa assalariada. Daí a fragilização dos balanços das famílias e dos países envolvidos na trama dos assim chamados desequilíbrios globais.

Com a recuperação das economias asiáticas a partir de 1999, entraram em cena os elevados superávits comerciais e a célere acumulação de reservas dos tigres e dragões, frutos da busca por proteção contra novos e indesejáveis solavancos financeiros e da sistemática defesa das taxas de câmbio competitivas. As reservas chinesas em dólares fechavam o circuito endividamento-gasto-renda-poupança. Enquanto o Japão patinava e ainda patina na estagnação sem fim, abriam-se as portas para a rápida e avassaladora ascensão do Reino do Meio, alçado em poucas décadas para a cumeeira da economia global, ocupando hoje o segundo posto na hierarquia das potências econômicas.

Os chineses usam e abusam de políticas industriais e normas destinadas a favorecer as empresas nacionais em detrimento das estrangeiras. Apoiam abertamente a concentração e fusão, usando as grandes estatais como núcleo desse processo de constituição de conglomerados, que, no futuro próximo, devem emular os *keyretsu* japoneses ou os *chaebols* da Coreia do Sul.

A estratégia da China combina, até agora com sucesso, a atração do investimento direto estrangeiro para parcerias com empresas locais (privadas e públicas), a absorção de tecnologia e a fixação de metas de exportação e de geração de saldos positivos na balança comercial. Integrar a economia significa conquistar mercados, ampliar o superávit comercial e manter rigoroso controle sobre o movimento de capitais. A determinação da taxa de câmbio não é deixada aos mercados, e sim usada como instrumento de competitividade. Isto, obviamente, é motivo de escândalo para os economistas liberais.

*

É impossível resistir à constatação de que a China enfrenta os desafios da globalização com concepções e objetivos que desmentem a propalada perda de

importância das políticas nacionais e intencionais de industrialização e desenvolvimento. Em discurso de abertura do XIX Congresso do Partido Comunista da China (PCC), o presidente Xi Jinping discorreu a respeito do socialismo com características chinesas. Fosse possível pinçar a visão “econômica” da sesquipedal arenga, eu arriscaria a pele apontando a conexão Partido-Estado-Mercado.

A formulação estratégica é do Partido Comunista da China, povoado de 80 milhões de membros. O sistema de consultas da base para a cúpula e vice-versa é inçado de instâncias, marchas e contramarchas. Tomada a decisão, as burocracias de Estado, os gestores das empresas estatais, os governos provinciais e o People’s Bank of China cuidam de implementar as diretrizes. Obedecem às máximas de Deng Xiaoping: “Não importa a cor do gato, se o bicho caça ratos” e “Atravessar o rio das reformas saltando as pedras”. Devagar e sempre é o lema do socialismo à moda chinesa.

Xi Jinping anunciou as políticas de “ampliação do papel do mercado” e de reforço às empresas estatais, com o propósito de alentar o empreendedorismo e a inovação. A esse respeito, tomo a liberdade de reproduzir trechos de artigo que escrevi com Rodrigo Sabbatini sobre o tema Estado e Mercado no socialismo chinês:

Em sua edição de 20 de julho, a revista *The Economist* publicou um artigo com o título “China’s State Enterprises Are not Retreating but Advancing” [As empresas estatais chinesas não estão se retraindo, e sim avançando]. A matéria trata do “modo chinês” de articulação entre o público e o privado. A revista lamenta o programa em curso de fusões das empresas estatais (SOEs): “a agência do governo organizou a fusão de portos, ferrovias, produtores de equipamentos e empresas de navegação [...]. Essas ações parecem destinadas a promover campeões nacionais”.

O desenvolvimento econômico chinês é um caso explícito de simbiose entre o Estado e a iniciativa privada. Desde os anos 1980, sobretudo a partir dos anos 1990, há uma clara relação entre um Estado que rege um amplo processo de *socialização do investimento* e uma classe de jovens empreendedores dotados de um inabalável *animal spirit*.

O Estado planeja, financia em condições adequadas, produz insumos básicos com preços baixíssimos e exerce invejável poder de compra. Na coordenação entre o Estado e o setor privado está incluída a “destruição criativa” da capacidade excedente e obsoleta mediante reorganizações e consolidações empresariais, com o propósito de incrementar a “produtividade” do capital. A iniciativa privada dá vazão a uma voraz sede de acumulação de capital através de investimentos em ativos tecnológicos, produtivos e comerciais.

Não há espaço para o rentista, devidamente desestimulado a canalizar sua sede de lucros para *investimentos socialmente estéreis*. Na China o *rentier* não precisa de eutanásia. Títulos públicos têm remuneração discreta. Os mercados de capitais são regulados para evitar supervalorizações (e superdepreciações) de ativos. O controle do fluxo de capitais especulativos garante a independência da política monetária e a estabilidade do yuan. As verdadeiras oportunidades de lucros extraordinários estão nos investimentos que geram inovações, que adensam a cadeia produtiva, que criam empregos. Não há espaço para investimentos *socialmente estéreis*.^[13]

No fragor da crise, Zhang Jun, professor de economia e diretor do Centro de Estudos Econômicos da Universidade Fudan, Xangai, lançou a seguinte pergunta: pode a China se adaptar ^[14]? A pergunta repercute as questões levantadas na reunião do Congresso Nacional do Povo. Esse encontro foi particularmente importante: as novas lideranças chinesas discutiram a desaceleração da economia e as reformas requeridas para dar curso ao desenvolvimento do país.

A China, diz Zhang Jun, ingressou numa nova fase de seu desenvolvimento, que vai exigir reformas institucionais em áreas críticas: o papel do setor público, a distribuição de renda, a propriedade da terra e o sistema financeiro. Na visão do economista, essas reformas são muito mais delicadas e complexas do que aquelas conquistadas nos últimos trinta anos. Nesse período, a China executou políticas nacionais de industrialização ajustadas ao movimento de expansão da economia “global”. Suas lideranças perceberam que a constituição da “nova” economia mundial passava pelo movimento da grande empresa transnacional em busca de vantagens competitivas, com implicações para a mudança de rota dos fluxos do comércio. Os chineses ajustaram sua estratégia nacional de industrialização acelerada às novas realidades da concorrência global.

A experiência chinesa combina o máximo de competição – a utilização do mercado como instrumento de desenvolvimento – e o máximo de controle. Entenderam perfeitamente que as políticas liberais recomendadas pelo Consenso de Washington não deveriam ser “copiadas” pelos países emergentes. Também compreenderam que a “proposta” estadunidense para a economia global incluía oportunidades para seu projeto nacional de desenvolvimento. Assim, controlaram as instituições centrais da economia competitiva moderna: o sistema de crédito e a política de comércio exterior, aí incluída a administração da taxa de câmbio. Os bancos públicos foram utilizados para dirigir e facilitar o investimento produtivo e em infraestrutura.

Zhang argumenta: o que realmente importa para o desenvolvimento econômico é a capacidade de adaptação do sistema às novas condições impostas pelas transformações da economia global, sem destruir o que foi herdado do passado. Não interessa se o sistema é “melhor” no sentido de atender a configurações abstratas, frequentemente irrealistas e, portanto, perigosas.

Nessa perspectiva, é vital assegurar que o sistema econômico tenha sempre canais abertos para reformas institucionais. Portanto, o Japão, depois do extraordinário desempenho nos anos do milagre pós-1945, entrou numa fase de baixo crescimento e estagnação porque não adaptou suas instituições à nova etapa do capitalismo, caracterizada pela intensificação da concorrência global. Já a Coreia do Sul, após a crise asiática do fim dos anos 1990, conseguiu acompanhar essas transformações.

*

O professor Yao Yang, da Universidade de Pequim, atribui a flexibilidade institucional chinesa à capacidade do governo de promover as políticas corretas sem atender aos grupos de interesses (dentro e fora do Estado, é bom lembrar). A pesquisa recente indicaria o caráter nefasto dos interesses particularistas e dos

lobbies poderosos na definição das políticas governamentais, por distorcerem a política econômica e induzirem os governos a perder boas oportunidades. A postura de neutralidade, diz ele, explica o sucesso da transição econômica da China de uma economia de comando para uma economia “mista” em que o mercado tem papel importante, mas não influencia a formulação das estratégias de longo prazo. Em outros tempos, isso era chamado de planejamento indicativo. Está fora de moda, menos para os “fracassados” chineses.

Vale lembrar que as oligarquias particularistas (cientistas acadêmicos, dirigentes industriais e cúpulas militares) que proliferaram à sombra da oligarquia partidária na Rússia de Gorbachov não tiveram maiores dificuldades em manter e ampliar os privilégios na democracia de Iéltsin. Os novos-ricos da Rússia contemporânea não desembarcaram de uma nave enviada à Terra diretamente de Marte, mas foram criados nas entranhas do regime soviético. É isso o que os chineses buscam evitar.

Em seu discurso na Conferência Nacional sobre a Atividade Financeira, realizada nos dias 14 e 15 de julho de 2017, o presidente Xi Jinping advertiu: “A finança pertence ao coração da competitividade do país, a segurança financeira está no centro da segurança nacional e deve se constituir no fundamento do desenvolvimento econômico e social”. Assim funciona o mercado do capitalismo chinês. Realizando sua natureza “antinatural”, o Estado não intervém como um intruso indesejável, mas é um partícipe estratégico que apoia o investimento privado para reduzir riscos e incerteza.

Ao comentar o discurso de Xi Jinping, Scott Kennedy, vice-diretor do Centro de Estudos Estratégicos de Washington, reconheceu que o presidente “reitera que a China não caminha para uma convergência para o capitalismo ocidental [...]. Seu sistema híbrido é conduzido por uma lógica socialista estatal diferente [...]” ^[15].

Os binários do saber ocidental expõem a sofreguidão de sua perplexidade. Os que discorrem sobre instituições, Estado e mercado, eficiência, indústria e

competitividade a partir das banalidades “modelísticas” não conseguem controlar o movimento baixista do maxilar inferior.

Na edição de 11 de maio de 2018, o jornal *Valor Econômico* publicou um artigo do economista Dani Rodrik, da Universidade Harvard. Instigante para as dúvidas de uns, contestador às certezas de outros, o texto avalia o conflito comercial Estados Unidos-China – deflagrado, como todos e mais alguns sabem, pelo idiossincrático neoprotecionismo de Donald Trump. Deixemos Trump entregue a seus *twitts* e vamos acompanhar Rodrik em suas meditações sobre a China:

O sucesso fenomenal da globalização da China se deve tanto às políticas industriais não ortodoxas e criativas quanto à liberalização econômica do regime. A proteção seletiva, os subsídios ao crédito, as empresas estatais, as normas de conteúdo nacional e os requisitos de transferência de tecnologia tiveram um papel em transformar a China na potência industrial que é.^[16]

Dani Rodrik prossegue em suas elucubrações:

A atual estratégia da China, a “Made in China 2025”, pretende ampliar essas conquistas a fim de catapultar o país para o *status* de economia avançada. [...] A China participa da globalização com o que poderíamos chamar de regras de Bretton Woods, pelos ditames do regime muito mais permissivo que regulou a economia mundial no início do período do pós-guerra. Como me explicou uma autoridade chinesa, a estratégia é abrir a janela, mas instalar uma tela sobre ela. A China recebe ar fresco (investimento externo e tecnologia) ao mesmo tempo que mantém os elementos prejudiciais (fluxos de capital voláteis e importações instabilizadoras) do lado de fora.

A China apostou no controle de capitais para administrar uma taxa de câmbio real competitiva, sustentou a dominância dos bancos estatais na oferta de crédito e manteve os juros baixos para “carregar” as reservas trilionárias e empreender um gigantesco programa de investimento em infraestrutura, incentivando a absorção de tecnologia, com excepcionais ganhos de escala e de escopo. O Estado planeja, financia em condições adequadas, produz insumos básicos a preços baixíssimos e exerce invejável poder de compra. Na coordenação entre Estado e setor privado está incluída a “destruição criativa” da capacidade excedente e obsoleta mediante reorganizações e consolidações empresariais, com o propósito de incrementar a “produtividade” do capital. A

iniciativa privada dá vazão a uma voraz sede de acumulação de capital por meio de investimentos em ativos tecnológicos, produtivos e comerciais.

Em seu já mencionado discurso, Xi Jinping anunciou as políticas de “ampliação do papel do mercado” e de reforço às empresas estatais. Um oximoro para inteligências binárias. O projeto 2025 está empenhado em assegurar políticas de apoio financeiro para impulsionar avanços tecnológicos em dez áreas estratégicas, entre as quais as de tecnologia de informação, máquinas inteligentes e robótica, equipamento espacial e aviões, veículos movidos a energia alternativa, biomedicina e aparelhos médicos de alto desempenho. Nessas áreas prioritárias, estimula-se a associação entre fundos de investimento públicos (Government Guidance Funds – GGFs) e fundos privados de capital de risco e *private equity*.

*

As economias emergentes dispõem de estruturas e trajetórias sociais, econômicas e políticas muito dessemelhantes, o que dificulta para umas e facilita para outras a chamada “integração competitiva” nas diversas etapas do capitalismo. Assim, por exemplo, o rápido desenvolvimento do Brasil até o início dos anos 1980 foi sucedido por uma devastadora crise de balanço de pagamentos, deflagrada pelo endividamento imprudente em moeda estrangeira. A crise foi devastadora, e sua interpretação pela prosopopeia do Consenso de Washington, ainda mais danosa.

As palavras de ordem do “novo consenso” eram: abertura comercial; liberalização das contas de capital; desregulamentação e “descompressão” dos sistemas financeiros domésticos, com liberalização das taxas de juros; reforma do Estado, incluindo a privatização de empresas públicas e da seguridade social; abandono das políticas “intervencionistas” de fomento às exportações, à indústria e à agricultura. As políticas industriais e de fomento coordenadas pelo Estado foram lançadas no rol dos pecados sem remissão.

Joseph Stiglitz faz uma avaliação muito negativa das recomendações do Consenso, as mesmas que encontram guarida na ala direita do debate econômico brasileiro: “O Consenso de Washington representa um conjunto de crenças nos mercados desbragados e na redução – ou mesmo na minimização – do papel do Estado” ^[17]. Essas crenças, continua Stiglitz, são mais fortes do que recomendariam a teoria econômica e a experiência histórica, mas sobrevivem teimosamente. Estão, como se vê, em descompasso com as estratégias economicamente bem-sucedidas dos países do Leste Asiático, onde o Estado teve um papel ativo no processo de desenvolvimento.

[1] Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista* (trad. Álvaro Pina, São Paulo, Boitempo, 2010), p. 39.

[2] John Maynard Keynes, “A Short View of Russia”, em *Essays in Persuasion* (Londres, Palgrave-Macmillan, 2010), p. 253-71.

[3] Vladímir Ilitch Lênin, “Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro”, em *Obras escolhidas em seis tomos*, v. 5 (Lisboa/Moscou, Avante!/Progresso, 1986).

[4] Idem, “Sobre o imposto em espécie (o significado da Nova Política e as suas condições)”, em *Obras escolhidas em três tomos*, v. 3 (Lisboa/Moscou, Avante!/Progresso, 1977).

[5] Eric Hobsbawm, *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991* (trad. Marcos Santarrita, São Paulo, Companhia das Letras, 1995).

[6] Toni Judt, *Post-War: A History of Europe Since 1945* (Londres, Penguin, 2006), p. 204 [ed. bras.: *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*, trad. José Roberto O’Shea, São Paulo, Objetiva, 2008].

[7] Francisco Mazzucchelli, *Os anos de chumbo: notas sobre a economia e a política internacional no entreguerras* (Campinas, Editora Facamp, 2009).

[8] Nikolai Shmelev [Chmeliov] e Vladímir Popov, *The Turning Point: Revitalizing the Soviet Economy* (Londres, Tauris, 1990).

[9] Peter Nolan, “The Transition Orthodoxy and its Problems”, em *China’s Rise, Russia’s Fall: Politics, Economics and Planning in the Transition from Stalinism* (Londres, Palgrave-Macmillan, 1995).

[10] Chalmers Johnson, *Nationalism and the Market: China as a Superpower*, Japan Policy Research Institute, jul. 1996, n. 22.

[11] Henry Kissinger, *Sobre a China* (trad. Cássio de Arantes Leite, Rio de Janeiro, Objetiva, 2011).

[12] Ivan Tselichtchev, *China Versus the West: The Global Power Shift of the 21st Century* (Singapura, Wiley, 2012) [ed. bras.: *China versus Ocidente: o deslocamento do poder global no século XXI*, trad. Sieben Gruppe, São Paulo, DVS, 2015].

- [13] Luiz Gonzaga Belluzzo e Rodrigo Sabattini, “Um conto chinês”, *Valor Econômico*, São Paulo, 1º ago. 2017. Texto adaptado.
- [14] Zhang Jun, “Can China Adapt”, *Project Syndicate*, 18 abr. 2013, disponível em: <www.project-syndicate.org/commentary/institutional-flexibility-and-chinese-economic-growth-by-jun-zhang>, acesso em: 30 jun. 2018.
- [15] Citado em Jeremy Page e Chun Han Wong, “China’s Xi Feeds Expectations for a Lengthy Reign”, *The Wall Street Journal*, Nova York, 18 out. 2017, disponível em: <www.wsj.com/articles/chinas-xi-feeds-expectations-for-a-lengthy-reign-1508333178>, acesso em: 2 jul. 2018.
- [16] Dani Rodrik, “A política comercial dos EUA para a China”, *Valor Econômico*, São Paulo, 11 maio 2018.
- [17] Joseph E. Stiglitz, “Is There a Post-Washington Consensus Consensus?”, em Narcis Serra e Joseph E. Stiglitz, *The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance* (Nova York, Oxford University Press, 2008), p. 41.

DUAS REVOLUÇÕES:
RÚSSIA E CHINA

Perry Anderson

ANOTAÇÕES

Se o século XX foi marcado pela trajetória da Revolução Russa, mais que por qualquer outro evento singular, o século XXI será conformado pelo desfecho da Revolução Chinesa. O Estado soviético, originado da Primeira Guerra Mundial, vitorioso na Segunda, derrotado na réplica “fria” de uma Terceira, desintegrou-se, após sete décadas, quase sem um tiro, tão rapidamente quanto surgira. O que restou foi uma Rússia menor em superfície que aquela que o Século das Luzes conhecera, com menos da metade da população da antiga União Soviética, tendo recaído em um capitalismo mais dependente da exportação de matérias-primas que nos últimos dias do tsarismo. Embora não se possam descartar futuras reviravoltas, o que restou por ora do levante de outubro, em qualquer sentido positivo, parece pouca coisa. Seu feito mais definitivo, deveras extraordinário, foi negativo: a derrota do nazismo, o que nenhum outro regime europeu poderia ter logrado. Esse, em qualquer medida, é um juízo consensual hoje em dia.

O desfecho da Revolução Chinesa oferece um impressionante contraste. Ao entrar em sua sétima década, a República Popular é uma força motriz da economia mundial; o líder em exportações seja para a União Europeia, seja para o Japão, seja para os Estados Unidos; o maior detentor de reservas cambiais do mundo; o país que durante um quarto de século apresentou o maior e mais rápido aumento da renda *per capita* jamais registrado, e para a maior população do mundo. As grandes cidades chinesas não têm rivais em matéria de ambição comercial e arquitetônica, os produtos da indústria chinesa

são vendidos em toda parte. Empreiteiros, representantes comerciais e diplomatas chineses estão em todos os quadrantes do mundo atrás de oportunidades de mais negócios e maior influência. Cortejado tanto por amigos quanto por antigos inimigos, pela primeira vez em sua história o Reino do Meio se tornou uma verdadeira potência mundial, estendendo sua presença a todos os continentes. Com a derrocada da União Soviética, nenhuma fórmula para caracterizar a guinada histórica que ela significou se tornou tão sacramentada quanto a do “colapso do comunismo”. Passados vinte anos, ela se nos afigura algo eurocêntrica. Em certo sentido, o comunismo não apenas sobreviveu como se tornou a narrativa de sucesso dos tempos atuais. Evidentemente, o caráter e a escala desse feito encerram mais de uma (amarga) ironia. Quanto à sorte diversa das revoluções na China e na Rússia, resta pouca dúvida.

Onde estaria a explicação desse contraste? Não obstante o peso histórico mundial da questão, ela não tem sido muito discutida. O que está em pauta, obviamente, não é apenas uma comparação entre duas sublevações similares porém distintas, que não guardariam relação entre si quanto ao mais, dada a diferença entre seus respectivos contextos – a exemplo da antes familiar analogia entre 1789 e 1917. A Revolução Chinesa derivou diretamente da Revolução Russa e a ela permaneceu ligada, como fonte de inspiração ou de admoestação, até ambas chegarem, juntas, a suas respectivas horas da verdade no fim dos anos 1980. As duas experiências não foram independentes uma da outra; antes, formaram uma sequência ordinal deliberada ^[1]. Esse vínculo deve ser levado em conta em qualquer apreciação de seus diferentes resultados. A explicação destes, por sua vez, envolve reflexão em planos diversos. Aqui, distinguiremos quatro deles. Primeiro, como os agentes políticos subjetivos das duas revoluções – ou seja, os respectivos partidos e as estratégias por eles implementadas – diferenciavam-se um do outro? Segundo, quais eram as condições objetivas dadas – socioeconômicas e outras – a partir das quais cada partido se lançou no curso da reforma? Terceiro, quais foram as consequências

concretas das políticas que adotaram? Por último, quais legados, na longa duração da história de ambas as sociedades, podem ser vistos como fatores subjacentes que tenham eventualmente condicionado o desfecho das revoluções e das reformas? Uma vez que a República Popular da China (RPC) sobreviveu à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e que seu futuro talvez constitua a principal incógnita da política mundial, o centro em torno do qual se ordenam as anotações seguintes será a China, tal como vista no espelho russo – não o único foco relevante, como ficará claro, e sim a condição ineludível de tudo o mais.

[1] O notável ensaio de Isaac Deutscher “Maoism – its Origins and Outlook” [Maoismo: suas origens e perspectivas] (1964) continua a ser o ponto de partida para qualquer exame das relações entre as duas revoluções. Em *Ironies of History* (Oxford, Oxford University Press, 1966), p. 88-120.

I. MATRIZES

1.

A Revolução de Outubro, como é sabido, foi uma impetuosa insurreição urbana que em poucos dias tomou o poder nas grandes cidades da Rússia. A rapidez com que derrubou o Governo Provisório foi igualada pela cristalização do partido que a realizou. Os bolcheviques não contavam senão com 24 mil partidários em janeiro de 1917, às vésperas da abdicação de Nicolau II; quando, nove meses mais tarde, derrubaram o regime de Keriénski, passavam de 200 mil. Sua base social era a jovem classe operária russa, que correspondia a menos de 3% da população. Eles não tinham nenhuma presença no campo, onde vivia mais de 80% da população, e jamais cogitaram organizar o partido entre os camponeses – o que tampouco ocorreu aos socialistas-revolucionários, embora estes detivessem apoio maciço do campesinato em 1917. A rápida vitória, lograda a partir de uma precária base de sustentação, tornou-se possível com a desagregação do Estado tsarista diante dos devastadores ataques alemães na Primeira Guerra Mundial – os fracassos militares deflagrando motins que pulverizaram o aparelho repressivo do império, uma vez que a Revolução de Fevereiro não tinha legado senão um governo instável e esvaziado de autoridade.

Todavia, se havia sido muito fácil tomar o poder em semelhante vácuo, seria muito mais difícil conservá-lo. Vastas extensões do território tinham caído

sob o domínio alemão. Quando a Alemanha, por sua vez, foi derrotada em 1918, dez forças expedicionárias diferentes – estadunidense, britânica, canadense, sérvia, finlandesa, romena, turca, grega, francesa e japonesa – foram despachadas para ajudar o Exército Branco a esmagar o novo regime russo, em uma cruenta guerra civil que se prolongaria até 1920. Ao final do conflito, para completar o quadro de destruição deixado pela Grande Guerra, a Rússia estava em ruínas: escassez crônica de alimentos nas aldeias, fábricas abandonadas nas cidades, a classe operária pulverizada pelos combates e pela defasagem industrial do país. O partido de Lênin, cuja base social se desintegrara ou fora absorvida pelas estruturas do novo Estado, emergiu da guerra civil como uma máquina de governo isolada pairando sobre uma paisagem devastada: sua gestão se associava agora às misérias da guerra intestina, mais que às promessas de paz e de distribuição de terras feitas após Outubro.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, criada pelo Partido mediante supremo esforço, cobria a maior parte do antigo império russo. Contudo, primeiro Estado moderno da história a rejeitar qualquer delimitação territorial, a emergente URSS não fez nenhuma conclamação ao orgulho patriótico ou à construção nacional. Seu apelo era internacional: dirigia-se à solidariedade do movimento operário mundial. Após ter tomado o poder num país tão vasto quanto atrasado, de economia predominantemente agrária e população em grande parte analfabeta, os bolcheviques esperavam que revoluções nas regiões europeias mais desenvolvidas e industrializadas pudessem resgatá-los da difícil posição em que se achavam, a de um comprometimento radical com o socialismo numa sociedade que não apresentava nenhum dos pressupostos de um capitalismo orgânico. Aposta que os sitiados governantes não tardariam a perder, e que desde o início nada significou para a massa dos governados. O Partido soviético teria de se aguentar por suas próprias forças e tentar avançar o mais rapidamente possível rumo a uma nova forma de sociedade contando com pouco apoio no plano doméstico e nenhuma ajuda externa.

2.

A Revolução Chinesa, embora inspirada na russa, inverteu praticamente todos os seus termos. O Partido Comunista da China (PCC), fundado em 1921, não contava nem mesmo mil membros quatro anos mais tarde, quando começou a despontar como força política expressiva, resultado do enorme crescimento da militância operária nas cidades costeiras ensejado pelo movimento de 30 de maio de 1925, para o que contribuiu de modo decisivo o papel desempenhado pelos assessores e suprimentos soviéticos no incipiente regime do Kuomintang (KMT) liderado por Sun Yat-sen em Cantão^[a]. Entre esse momento e a conquista do poder pelos comunistas na China, desenrolaram-se conflitos que duraram um quarto de século. Os marcos históricos do período são bastante conhecidos – a Expedição ao Norte, em 1926, que uniu nacionalistas e comunistas contra os regimes dos principais senhores de guerra locais; o massacre dos comunistas por Chiang Kai-shek em Xangai, em 1927; o Terror Branco que se seguiu; o estabelecimento do soviete de Jiangxi, em 1931, e as cinco campanhas de aniquilação movidas contra ele pelo KMT; a Grande Marcha do Exército Vermelho rumo a Yan'an, em 1934-1935, e a criação de regiões fronteiriças governadas pelo PCC no noroeste; a Frente Unida com o KMT contra o invasor japonês entre 1937 e 1945; e, por fim, a guerra civil de 1946-1949, em que o Exército Popular de Libertação (EPL) arrebatou o país.

Há mais que a sequência temporal totalmente diversa a distinguir essa experiência da reviravolta na Rússia. O modo pelo qual o poder foi conquistado diferiu por completo. Se o Estado se pode definir, segundo a famosa fórmula de Weber, como o exercício do monopólio da violência legítima sobre determinado território, uma revolução sempre implica a ruptura desse monopólio e a emergência daquilo que Lênin e Trótski chamaram de poder dual. Em termos lógicos, há três maneiras pelas quais isso pode ocorrer, que correspondem aos três termos da fórmula de Weber. Uma revolução pode quebrar o monopólio de poder do Estado destruindo a base de legitimidade do

regime vigente, de modo que este se veja impossibilitado de exercer coerção para reprimir o movimento que se lhe opõe. A Revolução Iraniana, em que não houve nenhum conflito, tendo o Exército Real ficado paralisado enquanto a monarquia caía, seria um exemplo. Em outra variante, uma revolução pode produzir o confronto entre uma insurreição violenta e o aparelho repressivo do Estado, o qual é subjugado mediante um golpe rápido e decisivo, mesmo que ela não tenha assegurada nenhuma legitimidade expressiva. Esse foi o modelo russo, possível apenas contra um adversário fraco.

Finalmente, uma revolução pode quebrar o monopólio de poder do Estado sem ter antes esvaziado sua legitimidade nem neutralizado com rapidez sua capacidade para a violência, e sim arrancando território suficiente para erguer um Estado paralelo, capaz de solapar gradualmente a supremacia do adversário em termos de força e controle do consentimento. Esse foi o modelo chinês. Não foi exclusivo da China, tendo caracterizado de modo geral a trajetória dos movimentos guerrilheiros – também iugoslavos ou cubanos – rumo ao poder. O excepcional no caso chinês não foi a criação de sucessivos “Estados rebeldes” dentro do Estado, mas sua duração combinada. As condições que propiciaram essa longevidade é que requerem explicação.

Na virada do século, a monarquia Románov, a despeito de suas vulnerabilidades, era incomparavelmente mais forte que a Qing: uma instituição nacional que dispunha não somente de bolsões de indústria avançada e abundantes recursos naturais, como também de um enorme exército e de vastas reservas de lealdade patriótica geradas pela vitória sobre Napoleão. No Extremo Oriente, o Estado russo foi o primeiro, entre as potências europeias, a assediar e usurpar o império chinês. Somente a derrota esmagadora nos campos de batalha, infligida primeiro pelo Japão e depois pela Alemanha, poderia desencadear as revoluções de 1905 e 1917 contra o regime monárquico. A monarquia Qing, em contraste, já em meados do século XIX era amplamente odiada como uma dinastia adventícia e, dentro em pouco, também como uma possessão corrupta do Ocidente. Após a Rebelião Taiping,

ela nunca mais recuperaria o controle exclusivo da força sobre o país como um todo. O Estado imperial estava tão debilitado em 1911 que ruiu sem ao menos um movimento orquestrado contra ele. Nenhum regime sucessor satisfaz os critérios de Weber. A República se dissolveu primeiro em um tabuleiro de feudos rivais comandados por senhores de guerra; depois, no regime híbrido baseado em Nanquim, com o KMT dominando o centro do país a partir do delta do Yang-tsé e variados caudilhos militares regionais, o resto – Chiang Kai-shek nunca controlou mais da metade das dezoito províncias chinesas tradicionais, quando muito.

Foi nesse emaranhado de centros de poder conflitantes que o PCC conseguiu se implantar, ocupando as lacunas entre as jurisdições e erigindo um poder paralelo móvel. Contudo, ainda que nunca tenha enfrentado um aparelho estatal unificado, como se deu com os bolcheviques, seu adversário era paradoxalmente mais temível, e os riscos de derrota, maiores. Embora restrito a seus baluartes estratégicos, o KMT não era um regime absolutista que se encaminhava para a ruína nem um governo provisório fantasma. Nacionalismo e comunismo eram antagonistas contemporâneos, formados no mesmo molde organizacional: rivais igualmente modernos, cada um a seu modo, em disputa pelo domínio do país. Contudo, o KMT dispunha de exércitos muito mais numerosos, equipados com blindados pesados e treinados pela elite da Wehrmacht em sucessivas missões de assistência militar – as de Von Seeckt e Von Falkenhausen^[b] –, e controlava a receita tributária das regiões mais ricas da China. Apesar da grandeza heroica da Grande Marcha, o KMT certamente teria aniquilado o PCC no fim da década de 1930, caso o Japão não tivesse lançado um ataque maciço contra o regime de Nanquim em 1937.

Confrontado com a gravidade da situação, Chiang, privado de sua presa, mas ainda obcecado com o comunismo como o perigo maior, mostrou-se completamente incapaz de enfrentar o inimigo estrangeiro com efetividade. Colaborador de longa data dos militares japoneses – com os quais planejava o massacre de Xangai em 1927, tendo voado para Tóquio logo em seguida para

selar um pacto com o Estado-Maior japonês, e aos quais mais tarde dera consentimento para a anexação da Manchúria –, ele se retirou para o interior do país e, após Pearl Harbor, deixou o tempo passar na expectativa de que os Estados Unidos saíssem vitoriosos da guerra para, então, cair sobre o PCC com o grosso de suas forças intacto. A campanha final do Japão na China – a ofensiva de Ichigo, em 1944 – eliminou a mais remota chance de o KMT vir a realizar facilmente esses planos, despedaçando suas melhores divisões de modo irreparável. Não menos danoso foi o descrédito em que incorreu a ditadura de Chiang, por sua recusa em engajar todas as suas forças na defesa da nação.

Fora do alcance do KMT ou da penetração japonesa, a partir de sua base na remota região fronteiriça de Yan'an, o PCC promoveu no norte da China uma guerra de guerrilhas cada vez mais eficaz contra o invasor. O partido saiu fortalecido por sua capacidade de combinar reforma nas aldeias – redução dos preços de arrendamento, anulação de dívidas, redistribuição limitada de terras – e resistência ao invasor estrangeiro. A conjugação desses dois fatores possibilitou ao PCC um grau de penetração social que o partido russo jamais alcançou, contribuindo para ampliar sua base de apoio em meio ao campesinato, classe que formava a ampla maioria da população. No intervalo de oito anos entre 1937 e 1945, o número de militantes do PCC passou de 40 mil para 1,2 milhão, e o efetivo de seus exércitos, de 90 mil para 900 mil. Após a rendição do Japão, o partido estabeleceu-se rapidamente na planície setentrional da China: ao estourar a guerra civil, em 1947, os quadros partidários tinham mais que duplicado novamente em número, totalizando cerca de 2,7 milhões. Nesse ínterim, nas áreas controladas pelo KMT no centro e no sul do país, a corrupção e a inflação desenfreadas comprometeram a base de apoio urbana ao regime de Chiang, cujos exércitos desmoralizados, embora bem armados e equipados pelos Estados Unidos, não se mostraram em absoluto adversários à altura do EPL. Em número cada vez maior, seus comandantes se renderam ou trocaram de lado, à medida que o EPL marchava

para o sul: Pequim, Xangai, Nanquim, Cantão – uma após a outra, as grandes cidades da China foram caindo quase sem luta.

Na Rússia, a guerra civil se seguiu à Revolução e, como por desforra, mergulhou o país em uma situação muito pior que aquela em que se encontrava antes da ascensão dos bolcheviques. Na China, a revolução veio na esteira da guerra civil, e seus efeitos imediatos foram sentidos como uma redenção daquele transe. Por mais de um século, a China não tivera um governo central capaz de se contrapor à agressão estrangeira e assegurar a manutenção da ordem no país. O comunismo trouxe ambos: soberania nacional e paz interna. Com a derrota do Kuomintang, oficiais estadunidenses, canhoneiras britânicas e retardatários japoneses foram despachados de mala e cuia para fora do país. A vitória do EPL, longe de deixar a economia e a sociedade depauperadas, promoveu a recuperação e a estabilidade. A inflação foi controlada; a corrupção, reprimida; o abastecimento, restabelecido. No campo, o sistema de arrendamento de terras foi abolido. Nas cidades, não foi preciso fazer expropriações radicais, visto que mais de dois terços das indústrias já tinham sido estatizados durante a gestão do Kuomintang e os *compradores*^[c] haviam transferido seus capitais para Hong Kong e Taiwan. Os últimos anos de governo nacionalista tinham alienado a tal ponto as simpatias da classe média que boa parte dela recebeu a chegada dos comunistas com alívio, e não resistência; à medida que a produção se restabelecia, os trabalhadores retornavam ao regime de emprego normal e voltavam a receber salários. A República Popular, encarnando ideais patrióticos e disciplina social, veio ao mundo usufruindo de um grau de consentimento popular que a União Soviética jamais conheceu.

3.

Essas matrizes marcaram diversamente a evolução dos respectivos regimes, cujas proporções de força e consentimento sempre diferiram. Sob Stálin, o

comunismo soviético obteve o apoio ativo da população em duas oportunidades após a guerra civil: em meio à nova geração de operários de origem rural mobilizados para o esforço intensivo de industrialização dos primeiros planos quinquenais, em uma atmosfera *Sturm und Drang*^[d] de autêntico entusiasmo coletivo, se não generalizado; e durante a Segunda Guerra Mundial, quando o regime pôde se valer de um patriotismo russo muito mais disseminado, em uma luta de vida ou morte de toda a população contra a ocupação nazista. Nem o esforço de industrialização nem o de guerra alteraram a desconfiança dos governantes em relação às massas subalternas. O sistema soviético soube tirar proveito de episódios de adesão popular quando eles ocorreram. Contudo, se baseava na repressão. Durante a era ditatorial de Stálin, a polícia secreta tornou-se uma instituição mais importante e mais poderosa que o próprio Partido. A violência, desencadeada compulsivamente contra inimigos reais ou imaginários, inclusive dentro das próprias fileiras do regime, era onipresente.

Diante de um cenário de tensão contínua, seus dois grandes paroxismos foram a coletivização agrária do fim dos anos 1920 e os expurgos da década de 1930. No primeiro caso, o regime partiu para a guerra total contra o campesinato, em que as deportações em massa e a fome podem ter feito 6 milhões de vítimas, reduzindo os lavradores a uma massa taciturna e alquebrada, situação calamitosa da qual a agricultura russa jamais se recuperou. No segundo caso, não apenas todos os bolcheviques da velha guarda que tinham feito a Revolução de Outubro, como também quase todos os quadros da geração seguinte em posição de liderança no Partido e no Estado, além de um altíssimo número de outras vítimas, foram liquidados – pelo menos 700 mil ao todo. Os campos de trabalhos forçados, para onde eram despachados os que escapavam da execução sumária em meio à atrocidade, abrigaram mais 2 milhões de prisioneiros naqueles anos, correspondendo a um expressivo setor da economia ^[1]. Após a vitória na Segunda Guerra Mundial, cujo preço pago pela Rússia foi uma enorme destruição, o terror arrefeceu. Contudo, apesar de

toda a consagração que Stálin alcançou nos campos de batalha, o medo continuaria a ser a mola mestra de seu poder até o fim.

4.

O Partido chinês herdou o modelo soviético tal como ele se configurou sob Stálin, incorporando em larga medida a mesma disciplina monolítica, a mesma estrutura e os mesmos hábitos de comando autoritários. Em termos organizacionais e ideológicos, o Estado criado por ele no início da década de 1950 assemelhava-se bastante ao soviético. Mais que isso: no desenrolar do processo, o governo comunista infligiria à China duas convulsões sociais equivalentes às soviéticas. Uma vez que as raízes do Partido estavam no campo, onde, de modo geral, os trabalhadores rurais mantiveram sua confiança nos líderes, o PCC foi capaz de promover a coletivização rápida e integral das fazendas poucos anos após as primeiras redistribuições de terras, sem incorrer na calamidade sucedida na Rússia. Em 1958, porém, decidido a acelerar o ritmo do desenvolvimento, o Partido lançou o Grande Salto para a Frente, criando comunas populares que deveriam tanto instalar indústrias de fundo de quintal quanto prover cotas muito mais elevadas de grãos. O desvio da mão de obra para fornos siderúrgicos caseiros e o baixo rendimento da safra, provocado pelo mau tempo, resultaram no pior surto de fome do século, o qual causou a morte de pelo menos 15 milhões de pessoas – talvez 30 milhões. Oito anos depois, a Revolução Cultural ceifou as fileiras do próprio Partido, dizimando seus quadros em uma série de expurgos que, como na Rússia, se exacerbaram rapidamente. Ao que tudo indicava, como se arrebatada por uma inexorável dinâmica comum, a RPC tinha reproduzido os dois piores cataclismos da história da URSS.

Todavia, por mais estranhas que pareçam as similitudes, a matriz diversa da Revolução Chinesa acabou prevalecendo. Se o número de vítimas no campo em relação à população total foi provavelmente comparável, os mecanismos do

processo e suas consequências diferiram. A coletivização do campo na União Soviética foi concebida como uma operação para destruir os camponeses “ricos” – em geral, os proprietários de alguma criação – como estrato e levada a efeito com um grau militar de violência. Mais de 2 milhões de *kulaks*^[e] foram deportados para regiões inóspitas sob a mira das armas do Diretório Político Unificado do Estado (OGPU)^[f]. A fome de 1932-1933 que se seguiu, embora provocada em parte pelo mau tempo, foi na realidade um efeito da destruição da sociedade rural que essa segunda guerra civil deixou em seu rastro. Por mais absurdamente voluntarista que tenha sido, o Grande Salto para a Frente, em comparação, não foi de modo algum concebido como um ataque ao campesinato ou a qualquer uma de suas camadas. Não houve deportações nem se viram tropas do Ministério do Interior arrebanhando camponeses recalcitrantes. A cegueira burocrática, devida à carência (autoinfligida, naturalmente) de relatórios fidedignos das bases sobre o verdadeiro rendimento das safras de grãos, foi a causa imediata do desastre, e não a truculência policial. Além do mais, não se produziu nenhum clima de desânimo generalizado como aquele que se abateu sobre o campesinato russo. O campo não ficou permanentemente desmoralizado pelo Grande Salto para a Frente e a vida nas aldeias, mesmo nas regiões mais gravemente afetadas, normalizou-se com surpreendente rapidez.

O contraste entre motivos iniciais e resultados finais seria ainda mais marcante na Revolução Cultural. Na segunda metade da década de 1930, Stálin espalhou o terror de alto a baixo no Partido e no Estado soviéticos, visando muitos dos próprios dirigentes que lhe tinham delegado poder supremo no Partido Comunista da União Soviética (PCUS), sumariamente fuzilados como espiões, traidores ou contrarrevolucionários durante a *Iejóvschina*^[g]. Embora os verdadeiros motivos por trás da insânia permaneçam obscuros, está claro que Stálin, que jamais conseguiu afirmar sua legitimidade como ditador personalista – ele não desempenhara papel relevante na Revolução de Outubro, e Lênin prevenira expressamente o Partido contra ele

—, passou a alimentar uma suspeita mórbida em relação a todos os que o cercavam e a agir na certeza de que a única maneira de lidar com potenciais opositores ou dissidentes era matá-los.

Ao lançar a Revolução Cultural, Mao também visou seus pares, em parte porque fora obrigado a admitir o fracasso do Grande Salto para a Frente, quando não se podia mais negá-lo, e a aceitar a mudança da política agrária que lhe impuseram. Contudo, sua principal motivação foi impedir que se reproduzisse na China a casta de burocratas empedernidos que, a seu ver, estava levando a URSS pós-stalinista para uma sociedade de classes indistinguível da capitalista. A fim de refrear essa tendência, ele recorreu não aos órgãos de segurança, que na China nunca alcançaram a importância que tinham na Rússia, mas à juventude estudantil. Ao insuflar contra os suspeitos de favorecer a via soviética agitações de massa a partir das bases, em vez de decapitá-los desde a cúpula, Mao mergulhou o país em uma década de caos controlado.

As atrocidades que se seguiram foram inúmeras. A violência sem peias — perseguições e altercações; humilhações, surras, fuzilamentos; lutas faccionais — espalhou-se de cidade em cidade; nos distritos, execuções em regra. O número de vítimas, ainda a ser devidamente computado, superou de longe a marca de 1 milhão^[2]. Contudo, as mortes — em termos proporcionais, muito menos numerosas que as registradas no pandemônio soviético — não eram ditadas do alto, e sim resultado de atos de vingança localizados, à medida que as autoridades iam sendo depostas e as retaliações se espalhavam pelo país inteiro. Não havia nenhum Iejov, nenhum Béria no comando. Ao contrário do Grande Terror, a Revolução Cultural não foi tão somente uma colossal campanha de repressão. Tratou-se, antes, de uma tentativa radical de sacudir as estruturas burocráticas mobilizando contra elas a revolta de uma geração mais jovem, e foi vivida como uma libertação mental — quanto mais não seja, em decorrência do colapso momentâneo de tamanha autoridade institucional — por muitos daqueles que mais tarde se decepcionaram com seus resultados ou, mais ainda, se tornaram anticomunistas ferrenhos. A meta autoproclamada da Revolução

Cultural era uma transformação igualitária de perspectivas em que as “três grandes diferenças” – entre cidade e campo, agricultura e indústria, e, sobretudo, trabalho intelectual e manual – não tivessem mais lugar.

Eram ideais utópicos para qualquer sociedade da época, quanto mais para uma tão atrasada como a chinesa. No entanto, não se tratava de medidas cosméticas. A paralisação das atividades de colégios e universidades a fim de possibilitar o envio de 17 milhões de jovens das cidades para a consecução de trabalhos agrícolas ao lado dos camponeses foi um processo mais característico e duradouro que as perseguições do período. Executada sem violência, frequentemente com entusiasmo, atendia a outros objetivos. Estes, por sua vez, pesaram no modo pelo qual a Revolução Cultural promoveu sucessivos expurgos nos quadros do Partido. Não houve carnificina generalizada. Mais que a eliminação física, humilhação, degradação e embrutecimento eram a sina compartilhada pela maioria dos perseguidos. Os rituais da reforma do pensamento, destinados a “curar a doença, não matar o paciente”, segundo o preceito de Yan'an, continuaram a ser, na teoria e na prática – esta última, um tanto brutal –, o método habitual para lidar com os suspeitos de transigir com a via capitalista. Quando a Revolução Cultural chegou ao fim, não mais que 1% dos quadros do Partido havia sido expulso em definitivo. Desse total, praticamente todos os integrantes do primeiro escalão contra os quais Mao investira entre 1966 e 1969 – à exceção de Liu Shaoqi – saíram com vida. Diferentemente de Stálin na União Soviética, Mao tinha conduzido a Revolução Chinesa para a vitória, e não houve massacre da Velha Guarda que combatera a seu lado.

Variáveis culturais e políticas interagiram para produzir um *dénouement* [desenlace] diverso. Mao se tornara um imperador moderno, exercendo poder pessoal absoluto. No entanto, a tradição imperial da China sempre tivera em mais alta conta a doutrinação, em detrimento da coerção, como instrumento de poder, por mais implacável que fosse ao exercer a violência, quando a necessidade ou o capricho assim o ditavam: o objetivo da Revolução Cultural –

modificar a mente para mudar a realidade, como se as concepções intelectuais determinassem as relações sociais – era mais tributário de noções confucianas de transformação histórica que das marxistas. Contudo, aquele ainda era um regime nascido de uma revolução social, no qual o poder – contrariamente a um ditado de Mao da época – brotara não apenas do cano de um fuzil, mas também da confiança moral de milhões de pessoas no partido que o detinha. Se a Revolução Cultural quase chegou a destruir tal herança política, foi também curiosamente conformada e, por fim, contida por ela.

[a] Atual Guangzhou. (N. E.)

[b] Hans von Seeckt e Alexander von Falkenhausen foram militares destacados do Exército alemão na Primeira Guerra Mundial. Entre 1933 e 1938, sucederam-se na chefia da missão militar resultante do pacto sino-alemão, encerrada quando o governo nazista decidiu aliar-se ao Japão. (N. E.)

[c] Intermediários chineses que abriam mercados aos produtos ocidentais através das rotas tradicionais de comércio e distribuição. Ver Jonathan D. Spence, *Em busca da China moderna* (São Paulo, Companhia das Letras, 1995), p. 229. (N. T.)

[d] Movimento literário romântico na Alemanha de fins do século XVIII, cujo nome foi extraído da peça homônima do dramaturgo alemão Friedrich Maximilian von Klinger. Tradução para o português: “Tempestade e ímpeto”. (N. T.)

[1] Para uma estimativa do saldo de vítimas, ver R. W. Davies, “Forced Labor under Stalin: The Archive Revelations”, *New Left Review*, Londres, n. 224, nov.-dez. 1995, p. 62-80, e J. Arch Getty e Oleg Naumov, *The Road to Terror* (New Haven, Yale University Press, 1999), p. 587-94.

[e] Na Rússia tsarista, camponês relativamente próspero que contratava mão de obra e era proprietário de máquinas agrícolas e alguma criação animal. (N. T.)

[f] Sigla para Объединённое Государственное Политическое Управление / *Obiedinónnoie Gossudárstvennoie Politítcheskoie Upravlénie*. (N. E.)

[g] “Regime” ou “era de Iejov”, em russo. O Grande Terror stalinista, fase mais aguda dos expurgos (1937-1938), foi comandado por Nikolai Iejov (1895-1940), chefe do Comissariado do Povo para Assuntos Internos (NKVD), que incorporara as funções da polícia secreta soviética em 1934. (N. T.)

[2] Ver Andrew Walter e Yang Su, “The Cultural Revolution in the Countryside: Scope, Timing and Human Impact”, *China Quarterly*, Cambridge/Londres, Cambridge University Press, n. 173, mar. 2003, p. 82-107.

II. MUTAÇÕES

1.

Com um intervalo de trinta anos a separá-las, ambas as revoluções culminaram em projetos de reforma cuja proximidade no tempo resultou em sua justaposição. O pano de fundo, em cada caso, foi o fracasso dos esforços precedentes de reconstrução. Na União Soviética, uma vez morto Stálin, a reação contra sua tirania foi rápida. Sob Khrushchov, a máquina do terror foi desmantelada; a censura relaxou; as fazendas coletivas ganharam maior autonomia; os investimentos em consumo aumentaram; e a coexistência pacífica com o capitalismo foi proclamada. A desestalinização prosseguiu com ímpeto considerável por uns cinco anos, do XX ao XXI Congresso do PCUS. Dali em diante, as erráticas idas e vindas de Khrushchov na política externa e na interna – desafio e recuo no Caribe, reestruturação inócua do Partido, planos improvisados para a revitalização da agricultura – provocaram a hostilidade de seus colegas e levaram a sua demissão sumária. Khrushchov não chegou a cogitar nenhuma transformação essencial do sistema econômico herdado de Stálin, com ênfase no planejamento altamente centralizado e prioridade para a indústria pesada, o qual tinha assegurado o triunfo soviético em 1945 e servira de plataforma para sua própria carreira. Legitimando tudo o que a Gosplan^[a] alcançara, o prestígio da vitória sobre a potência mais industrializada da Europa comprometeu a flexibilidade do sistema socioeconômico responsável por

transformar a URSS em uma grande potência justamente no momento em que isso se fazia mais necessário, no limiar de uma nova era^[1].

Quando Khrushchov foi deposto, o crescimento da economia ainda era respeitável e o poder militar da União Soviética se expandia. O preço de seu fracasso foi o chamado “período de estagnação”, como ficaria conhecido o longo interregno de meados da década de 1960 até meados da década de 1980. Livre das buliçosas iniciativas de Khrushchov e agora a salvo de prisões arbitrárias, a burocracia soviética se acomodou em uma inércia complacente, contentando-se com um estoque crescente de armamentos e ignorando a acentuada queda de rendimento de suas repisadas fórmulas de investimento industrial. A URSS alcançou a paridade nuclear com os Estados Unidos e conquistou o estatuto de superpotência. Contudo, vinte anos de brejnievismo transformaram o Partido numa floresta petrificada de funcionários públicos, os quais geriam uma sociedade em que a expectativa de vida diminuía, o crescimento econômico praticamente estagnara e o cinismo era generalizado. Tal era a situação quando Gorbatchov entrou em cena, em 1985.

A bagunça na China quando Deng Xiaoping chegou ao poder era mais impressionante. O país ainda estava traumatizado pela turbulência da Revolução Cultural. A educação superior fora de fato interrompida durante uma década. O vandalismo destruíra monumentos, a vida intelectual fora suprimida pelo dogmatismo. Um enorme contingente de jovens continuava exilado no campo. As cidades ferviam de insatisfação, e a capital do país fora palco de recentes violentos distúrbios, com multidões enfurecidas saqueando e incendiando o prédio do Escritório de Segurança Pública, nas imediações da praça da Paz Celestial: baderna inconcebível em Moscou. Mao procurara evitar a variedade de comunismo a que as políticas de Khrushchov, em seu entender, tinham conduzido a URSS. Nisso, ele foi bem-sucedido. Dali em diante, não haveria como ocorrer na China a lenta involução que tomou conta da URSS sob Brejniev e a casta burocrática conservadora, paralisando a economia e a sociedade numa condição degenerativa. A meta negativa de Mao fora

alcançada. A alternativa positiva, contudo, resultara em completo fiasco. Por ocasião de sua morte, as políticas que ele executara tinham redundado em outro tipo de impasse histórico.

2.

Dos dois Estados, no momento em que davam os primeiros passos em seus programas de reforma, era o russo, segundo todas as aparências, o que apresentava condições materiais e culturais muito mais favoráveis para ser bem-sucedido. O produto interno bruto (PIB) da União Soviética era de quatro a cinco vezes maior que o chinês. Seu parque industrial era muito mais amplo e, proporcionalmente, empregava mais que o dobro da mão de obra que o chinês. A União Soviética era mais rica em quase todos os recursos naturais – combustíveis fósseis, minérios preciosos, terras abundantes. Era muito mais urbanizada. Sua população era mais bem nutrida e ingeria em média 50% mais calorias que a chinesa. Sua infraestrutura era bem mais desenvolvida. Por último, mas não menos importante, o nível de educação da União Soviética era incomparavelmente melhor: a população do país era totalmente alfabetizada, contava proporcionalmente com vinte vezes mais estudantes matriculados no ensino superior, além de ter ampla comunidade de cientistas bem formados.

Contudo, o “período de estagnação” veio a neutralizar gradualmente e, sob alguns aspectos decisivos, a comprometer essas vantagens. Durante vinte anos, nenhuma mudança política estremeceu o marasmo da vida soviética. O planejamento centralizado levado a extremos caricaturais – 60 mil produtos básicos com preços tabelados – tolheu a inovação e deu margem a distorções de todo tipo. A produtividade do trabalho estagnou; a relação capital/produto piorou; o maquinário obsoleto não foi transformado em sucata; as novas tecnologias de informação não foram assimiladas. No entanto, à medida que o desempenho da economia declinava, a pressão da corrida armamentista aumentava. Encalacrada em uma rivalidade estratégica com os Estados Unidos,

um país mais avançado e muitíssimo mais rico, a liderança soviética desviou uma vultosa fatia do PIB para gastos militares, com pouco ou nenhuma derivação [*spin-off*] para o resto da economia, mas nem assim conseguiu afinal igualar o arsenal estadunidense. Os protetorados soviéticos no Leste Europeu e no Afeganistão, por demandar subsídios e forças expedicionárias, representavam um ônus adicional. Para a União Soviética, a Guerra Fria não só foi um impasse diplomático, como também embargou os recursos indispensáveis ao crescimento do país.

No entanto, quando chegou o momento da reforma havia muito protelada, o déficit mais grave daquele sistema emperrado era de natureza não econômica, e sim política. Os dirigentes do Partido tinham agora quatro gerações a separá-los da Revolução. O espírito insurgente do bolchevismo havia muito desaparecera. O dinamismo bruto da *chturmovschina*^[b] stalinista, fosse na guerra fosse na indústria, era coisa do passado. Até mesmo a lembrança do espalhafatoso jogo de cena de Khrushchov, em seu intento de combinar um pouco de cada coisa, ainda que brevemente, empalidecera. A massa abúlica do PCUS – a *nomenklatura*^[c] soviética propriamente dita – era formada por burocratas medíocres, incapazes de criatividade ou iniciativa. Ela ainda não estava totalmente catatônica, porém, como sugere a emergência de Gorbatchov como seu líder. Tão logo tomou posse como secretário-geral, ele não perdeu tempo para afastar do primeiro escalão os dirigentes remanescentes do período de Brejniev, consolidando seu poder no Partido por meio de uma maioria escolhida a dedo no Politburo. Em seguida, proclamou seus lemas: *glásnost* e *perestroika* – a necessidade de maior transparência na vida pública e uma remodelação das instituições governamentais.

A primeira delas, acompanhada por um relaxamento geral da censura, foi recebida com grande entusiasmo pela sociedade, à medida que energias havia muito reprimidas eram liberadas em toda sorte de polêmicas, revelações de fatos controvertidos e debates iconoclastas. Já a segunda deixou sua audiência um tanto perplexa. O que *perestroika* – um termo que Lênin certa vez utilizara

de modo casual – significava na prática? Logo se viu que Gorbatchov era ousado nas intenções, porém não tinha mais que uma vaga ideia de como realizá-las: embora moralmente distanciado do PCUS da era Brejniev em que fizera carreira, ele dispunha de poucos recursos intelectuais independentes do Partido e de uma noção demasiado superficial das reformas que pretendia. A maioria dos dirigentes que designara para a cúpula do Partido também não fazia a menor ideia, e não demorou para que muitos comesçassem a resistir-lhe. A fim de contornar essa oposição, Gorbatchov apelou cada vez mais para um círculo alternativo em busca de legitimidade e orientação.

A *intelligentsia* russa fora havia muito alienada pelo regime. O brilhante movimento vanguardista animado por aqueles que não se exilaram após a Revolução fora enterrado por Stálin. As esperanças alimentadas pela distensão que se seguiu à sua morte foram rapidamente frustradas, antes mesmo da queda de Khrushchov, pela truculência e espírito filisteu do regime sucessor. Em meados dos anos 1980, o comunismo, sob qualquer forma ou aspecto, era estigmatizado por quase todas as correntes desse estrato historicamente influente da sociedade russa. Eslavófilos e ocidentalistas, seus dois polos tradicionais, uniram-se na recusa à ordem soviética. Os primeiros, no entanto, eram minoritários, não obstante a fama de Soljenítsin; os últimos, hegemônicos. Liberais, convencidos da superioridade do Ocidente e aspirando nele se integrar, em breve estariam ditando o compasso no *entourage* de Gorbatchov, propondo mais ideias consistentes e traçando mais objetivos do que ele mesmo tinha sido capaz de elaborar. Uma reforma verdadeira, acreditavam, só poderia significar duas coisas correlatas: a introdução da democracia, com a realização de eleições livres, e o estabelecimento de uma economia de mercado baseada na propriedade privada dos meios de produção.

Como secretário-geral do PCUS, Gorbatchov não tinha condições de esposar a segunda meta, mesmo se quisesse, o que não foi o caso. Todavia, ele assumiria a primeira, contanto que as regras fossem tais que assegurassem a legitimação de seu poder mediante um plebiscito popular, o que o ajudaria a se

libertar da dependência de um partido do qual desconfiava cada vez mais, assim como este desconfiava dele. A reforma política – a criação, pela primeira vez na história russa, de uma democracia representativa – passou a ser a prioridade. A reforma econômica, que fora originalmente o principal significado da *perestroika*, acabou relegada ao segundo plano. Essa foi a ordem de batalha transmitida para a *intelligentsia* liberal, que precisava quebrar o monopólio comunista do poder antes de investir contra os pressupostos da economia planejada. Para Gorbatchov, no entanto, ela tinha outro apelo. Abolir a censura e permitir a realização de eleições livres era algo relativamente simples – no fundo, bastava simplesmente suspender restrições. Reorganizar a economia seria muito mais difícil – uma tarefa descomunal, em comparação. Gorbatchov optou pela trilha menos árdua.

Se a democracia de estilo ocidental seria introduzida no país, qual o sentido de confrontá-la no plano externo? Extinguir aos poucos a Guerra Fria poderia granjear-lhe não somente o aplauso da *intelligentsia* – a qual, agora bem entrincheirada na mídia, tinha se tornado o principal formador de opinião – como também benefícios econômicos reais, diminuindo o ônus dos gastos militares. Mais que isso: o prestígio internacional de um estadista que se relacionava nos termos mais amistosos com seus interlocutores ocidentais, sobretudo com o presidente dos Estados Unidos da América, e que trazia paz e boa vontade às nações do mundo, só contribuiria para realçar sua imagem no plano interno. A partir de 1987, Gorbatchov se dedicou cada vez mais a viagens internacionais e confabulações, tornando-se o centro das atenções da opinião pública ocidental, visivelmente inebriado pela figura que vinha cultivando no cenário mundial. À desagradável tarefa de gerir a economia russa ele dedicava cada vez menos tempo.

Então, quando programas elaborados às pressas para o desenvolvimento de cooperativas não deram em nada, tentou-se uma série de expedientes desconexos para introduzir maior autonomia empresarial, com pouco ou nenhum resultado, enquanto a União Soviética mergulhava em profunda crise

social, consequência direta da prioridade dada internamente à reforma política em detrimento da econômica. As taxas de crescimento eram praticamente nulas quando Gorbatchov assumiu o poder, o preço do petróleo – do qual dependia criticamente a receita cambial do governo – já começava a cair, e o peso disso no orçamento só fez crescer conforme a receita do petróleo continuava a despencar. Essa seria uma conjuntura adversa em quaisquer circunstâncias. O que causou seu catastrófico acirramento foi a marginalização do PCUS por Gorbatchov, em sua busca de consagração popular. A economia planejada dependia da capacidade de o Partido assegurar o cumprimento das metas de produção estabelecidas pelo governo central. Como ele fora privado de poder real, sem nenhum substituto efetivo, os gestores simplesmente deixaram de fornecer seus produtos ao Estado pelos preços fixados e passaram a vendê-los pelo preço que quisessem a quem quer que pudesse pagar. O resultado foi o colapso dos mecanismos de alocação central que regulavam o sistema e a instabilidade crescente das transações comerciais, particularmente aguda no intercâmbio entre as repúblicas.

À medida que a economia mergulhava no caos, o Estado se via em crescente dificuldade para arrecadar impostos das empresas e das repúblicas, recorrendo à emissão de moeda para cobrir subsídios de alimentação e encargos sociais. A espiral inflacionária foi agravada pelo aumento do déficit no balanço de pagamentos, pois o governo tentava conter a queda de popularidade importando bens de consumo, e pelo aumento galopante da dívida externa, que praticamente duplicara em cinco anos. Em 1989, o Estado soviético não estava longe da bancarrota. Ainda mais ominoso, estava à beira da desintegração, e pela mesma razão. A partir do momento em que Gorbatchov excluiu o fator PCUS da equação, colocando-se na posição de governante personalista à parte e acima dele, nada mais poderia manter as repúblicas unidas ^[2]. Sem a estrutura coalescente do Partido, a União Soviética carecia de quaisquer vínculos pan-nacionais. Gorbatchov, encarnando até o fim o papel de moderador da Guerra Fria e libertador da Europa Oriental, mostrou-se mais

insensível à questão nacional em seu próprio país que à situação crítica da economia. Quando, em 1991, os remanescentes da velha ordem finalmente se revoltaram e o derrubaram, indo abaixo com ele, a URSS se dissolveu da noite para o dia.

3.

Quando, sete anos antes do PCUS, o PCC embarcou no curso da reforma, a China era muito mais pobre e atrasada que a Rússia^[3]. Por volta de 1980, o PIB *per capita* da RPC era catorze vezes menor que o soviético. Mais de 70% da mão de obra estava empregada na agricultura, contra 14% na União Soviética. Cerca de um em cada três chineses ainda não sabia ler ou escrever. As universidades chinesas não contavam senão uma fração das indianas. Pode-se afirmar com segurança que nenhum observador, na China ou fora dela, poderia ter previsto a reviravolta que ocorreria três décadas mais tarde no destino de ambos os países. De saída, porém, a China não sofria uma série de desvantagens que afligiam a URSS; antes, ela apresentava certas “vantagens negativas” que lhe proporcionaram condições iniciais – econômicas, sociais e políticas – que, sob alguns aspectos menos evidentes, acabaram por favorecê-la.

A primeira delas era o ônus mais leve da indústria obsoleta sobre a economia, não porque o capital fixo fosse mais avançado que o soviético, mas simplesmente como consequência do nível inferior de industrialização. É certo que aquilo que se transformaria no “cinturão da ferrugem” chinês ainda era algo respeitável: quem assistiu a *West of the Tracks* [A oeste dos trilhos], a trilogia de Wang Bing sobre o destino final do parque industrial de Shenyang e de seus operários – possivelmente, o maior documentário de todos os tempos –, não poderá esquecê-lo. Ainda assim, em termos relativos, o peso da indústria obsoleta era menor que na URSS. Havia muito menos fábricas para sucatear. Mais importante ainda, o planejamento chinês sempre fora bem mais maleável que seu modelo russo. Mao não demorou a compreender a impossibilidade de

impor as ubíquas diretrizes da Gosplan a uma economia muito menos articulada como a chinesa, com tradições regionais muito mais arraigadas e infraestrutura mais pobre. Desde o início, as autoridades provinciais e municipais desfrutavam de maior autonomia que no sistema soviético, em qualquer momento de sua história. Deliberadamente, a Revolução Cultural enfraquecera ainda mais os poderes do centro, deixando aos governos locais maior margem de iniciativa. Dessa maneira, as metas de produção industrial eram bem modestas e a pressão para satisfazê-las não era avassaladora. O resultado disso tudo foi um sistema muito mais descentralizado, no qual o número de produtos básicos com preços tabelados por Pequim chegou, no máximo, a seiscentos, um centésimo da pletora soviética ^[4]. Esse marco institucional não tão rígido permitia maior flexibilidade e mudanças menos desestabilizadoras.

Socialmente, a China também contava com uma enorme e decisiva vantagem sobre a Rússia. O campesinato chinês não era o remanescente apático e sorumbático da classe que antigamente fora, como na Rússia. Não estava exaurido nem descontente, e sim cheio de energias latentes prontas para a liberação, como demonstrariam os acontecimentos. Historicamente, os camponeses chineses nunca tinham possuído instituições coletivas comparáveis ao *mir* ^[d]. A sociedade rural, atomizada há muito no norte e sacudida pela Rebelião Taiping no sul, conseguiu se recuperar após o Grande Salto para a Frente, tendo atrás de si um passado secular de estímulos competitivos. Além do mais, a inexistência de alienação profunda no campo chinês era mais que um simples traço diferencial entre as zonas rurais das duas sociedades. O campesinato chinês, constituído pela maioria esmagadora da população, era a pedra angular da nação. O equivalente mais próximo na União Soviética – ainda que aí não tivesse um setor tão amplo da sociedade como correspondente – seria a classe operária industrial. Entretanto, embora não tão desmoralizado quanto os *kolkhozniki* ^[e], o operariado russo era, nos anos 1980, uma força social totalmente desiludida, profundamente cética em relação ao regime,

acomodada ao trabalho antieconômico e à baixa produtividade, como forma de compensação para a enorme disparidade entre seu papel nominal como classe condutora do Estado e sua posição real na hierarquia do privilégio. Na China, onde a população rural foi impedida de entrar nas cidades após o Grande Salto para a Frente, tendo sempre carecido dos benefícios sociais que os trabalhadores urbanos recebiam, as desigualdades formais entre cidade e campo eram maiores que na União Soviética. No entanto, a ideologia dirigente nunca havia proclamado aos camponeses que eles eram a classe na vanguarda da construção do socialismo. O abismo moral entre teoria e realidade era menor, bem como o tempo vivenciado entre as esperanças iniciais e a experiência subsequente. Apesar de tudo o que se lhe infligiu ou concedeu, o campo continuou a ser uma reserva do Partido no poder.

No plano internacional, a situação da RPC proporcionou-lhe maior margem de manobra. Ela não se via tolhida por uma dispendiosa zona de Estados-satélites cuja manutenção exigisse forças militares e subsídios. Não tinha condições de competir com as superpotências na corrida armamentista nem tentou fazê-lo. A China não só estava livre desses entraves como também mantinha uma relação absolutamente diversa com os Estados Unidos. Após uma década de extrema tensão com a União Soviética, quando ocorreram até mesmo choques militares ao longo da fronteira, Mao derivou para uma *entente* com os Estados Unidos ainda no período da Revolução Cultural. A visita de Nixon e sua repercussão, por mais espetaculares que tenham sido, permaneceriam uma mera abertura diplomática sem maiores consequências enquanto Mao fosse vivo. O que ela significou, no entanto, quando veio a guinada para a reforma no plano doméstico foi um arranjo favorável à China na arena internacional. Uma amizade cautelosa, mais que um antagonismo calculado, criou as condições para que os centros nervosos do capital mundial e sua miríade de sucursais regionais estendessem prontamente ajuda financeira à China, aos primeiros sinais de abertura para a economia de mercado. Assim como não havia nenhum descontentamento profundo no campo, tampouco

havia ameaça imperialista direta vinda do estrangeiro, pela primeira vez na história moderna do país.

Além do mais, internamente a RPC não estava sujeita a qualquer risco de desintegração, como aconteceria com a URSS. Não era formada por quinze repúblicas diferentes. Mais homogênea em termos étnicos que a maioria dos Estados-nação, ela enfrentava a hostilidade de nacionalidades rebeldes – tibetanos e uigures – dentro de suas fronteiras, o que não ocorreu durante meio século na União Soviética. Contudo, seu peso sobre o conjunto da população era mínimo, em comparação com o conjunto de povos que rompeu com a URSS uma década mais tarde. Um ponto mais prioritário na agenda do PCC que o problema recorrente de manter tais regiões sob controle era a tarefa ainda pendente de recuperar Taiwan, onde o KMT estabelecera um reduto insular sob a proteção dos Estados Unidos, continuava a alimentar pretensões de representar a verdadeira República da China e atravessava um período de grande prosperidade econômica. O que mais preocupava o Partido não era o perigo de dissolução, mas os problemas de recomposição territorial.

4.

Todavia, no umbral de seus programas de reforma, talvez a diferença mais decisiva entre a Rússia e a China residisse no caráter de suas lideranças políticas. No comando da RPC não estava um funcionário inexperiente e isolado, cercado de assessores e publicistas imbuídos de um ingênuo *Schwärmerei*^[f] por tudo o que fosse ocidental, e sim veteranos escaldados da Revolução original, dirigentes que tinham sido companheiros de Mao e sofrido sob seu governo, sem, no entanto, terem perdido suas habilidades estratégicas nem sua autoconfiança. Deng Xiaoping, com efeito, fora tão indispensável ao regime que Mao mandara chamá-lo de volta. Após a morte de Mao, a autoridade de Deng era tamanha que ele depressa se destacou como o árbitro incontestado do Partido, sem precisar empenhar-se pessoalmente para alcançar tal

distinção nem ocupar um alto posto em sua hierarquia. Deng, porém, não estava sozinho. Com ele, retornaram Chen Yun, Bo Yibo, Peng Zhen, Yang Shangkun e outros pares, formando um grupo coeso e sem papas na língua, os “Oito Imortais” – os quais, embora não raro discordassem vigorosamente uns dos outros, garantiram a continuidade das reformas ao lado de Deng. Coletivamente, o grupo estava numa posição forte, usufruindo não somente de prestígio por sua atuação na guerra civil e na construção da nação como também de popularidade por ter posto fim à Revolução Cultural, o que foi recebido com uma onda de alívio nas cidades.

Ao encarar a situação da China legada por Mao, esses dirigentes, com Deng à frente, permaneceram os revolucionários que sempre haviam sido. Eram de tempera leninista: radicais, disciplinados, criativos – capazes a um só tempo de paciência tática e de experimentação cautelosa, das iniciativas mais ousadas e das guinadas mais dramáticas. Havia sido esse o espírito que inspirara a Grande Marcha e conduzira à vitória na guerra civil. E foi com esse espírito que eles enfrentaram o impasse em que a Revolução Cultural lançara o país. Ao fazê-lo, tinham aguda consciência da mudança da conjuntura chinesa, coisa que faltava aos funcionários do PCUS, embora estes presidissem uma sociedade relativamente mais avançada. A Europa Ocidental era certamente mais rica e mais desenvolvida que a Rússia, mas sempre o fora, e a diferença entre as taxas de crescimento de ambas não era tão grande – durante os anos 1970 e o início da década de 1980, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) atravessara um longo período de declínio – a ponto de forçar os dirigentes soviéticos, nem mesmo nos primórdios de Gorbatchov, quando já era demasiadamente tarde, a repensar os pressupostos básicos sobre os quais assentava o êxito do Estado.

No Extremo Oriente, por outro lado, o Japão quebrara todos os recordes históricos em seu acelerado crescimento a partir da década de 1950 – superando de longe não apenas a Europa, mas também os Estados Unidos. A espetacular recuperação de uma economia reduzida a cinzas no fim da guerra –

com a criação de indústrias exportadoras de altíssima competitividade e de uma sociedade de consumo totalmente moderna – contrastava de modo flagrante com a pobreza e a autarquia relativas da China, apesar do substancial desenvolvimento alcançado durante o período de Mao. E mais: ainda que agora preponderasse sobre seus vizinhos, o Japão não fora o único bem-sucedido. No fim da década de 1970, a Coreia do Sul assistira a um vertiginoso processo de industrialização liderado por Park Chung-hee, e, o que era ainda mais exasperante, o regime do KMT em Taiwan não ficara muito atrás. A pressão desse contexto sobre a RPC era incontornável. Deng se manifestou com agudeza sobre a situação uma década mais tarde, no auge da crise política de 1989. Após ter observado que, se a China permanecesse isolada, “não seria possível nenhum desenvolvimento econômico, nenhum aumento do padrão de vida, nenhum fortalecimento do país”, ele prosseguiu: “Hoje, o mundo assiste a um progresso galopante, uma milha a cada minuto, principalmente em ciência e tecnologia. Mal conseguimos acompanhar o ritmo” [5].

A tarefa de superar o descompasso entre o comunismo na China e o capitalismo no Extremo Oriente era uma ordem do dia colossal para qualquer programa de reformas. No entanto, os Imortais não se mostraram intimidados. Lançaram-se a ela não somente com aquele vigor originado do impulso ainda atuante da Revolução que tinham feito, mas também com a milenar autoconfiança – posta à prova durante séculos, mas ao fim e ao cabo inquebrantável – da mais antiga civilização ininterrupta do mundo. O dinamismo de Mao, feliz ou infelizmente, havia sido uma das expressões da restauração dessa confiança. A Era da Reforma impulsionada por Deng seria outra. A autoconfiança histórica era outra diferença fundamental entre a Rússia e a China.

Ideologicamente, o tsarismo apresentava desde suas origens um ligeiro traço messiânico que se transmitiu para as elites russas e, no devido tempo, para a *intelligentsia* do país – noções da Rússia como a Terceira Roma, a salvadora dos eslavos, aquela que redimirá a humanidade do materialismo ocidental. No século que culminaria na Revolução, manifestações dessa tendência podiam ser detectadas nos Aksákov, Dostoiévski, Rózanov, Blok. Tratava-se, porém, de um mecanismo de compensação. A Rússia continuou a ser, como sabiam todos os russos, um rincão atrasado da Europa, temível apenas por sua imensidão. A ocidentalização, isenta de mazelas étnicas ou religiosas, impelira seus maiores governantes, Pedro e Catarina; em uma ou outra variante – liberal ou radical –, chegou a dominar a elite e a *intelligentsia* do país no início do século XX. Contudo, o anseio de uma missão especial reservada à Rússia persistiu, produzindo uma esquizofrenia recorrente, visível até hoje. O leninismo superou essa mentalidade cindida combatendo o atraso russo não com uma desesperada imitação do Ocidente, mas revoltando-se contra ele, movido por sua crítica radical.

Sob Stálin, a Segunda Guerra Mundial e seu desfecho propiciaram o retorno de um nacionalismo de corte mais tradicional, de tipo “Grande Rússia”, com sua cadeia de mecanismos de defesa, embora sempre em coexistência com motivos marxistas. Após Stálin, o nacionalismo exacerbado retrocedeu, sem que um substituto autêntico ocupasse seu lugar. Os últimos alentos do internacionalismo, ainda sensíveis sob Khrushchov, logo foram extintos, deixando apenas o vácuo ideológico do brejnievismo. Na época da *perestroika*, não somente o grosso da *intelligentsia* russa como também elementos da própria elite dirigente, desesperançados diante da estagnação do país, reverteram para o que se poderia considerar, em termos históricos, a posição ideológica *default* da ocidentalização radical – ainda que, dessa vez, com um espírito de rebaixamento, mais que de ambição.

As tradições geoculturais da China eram totalmente diversas. O Reino do Meio dominara o mundo compreendido em sua esfera de influência desde a

unificação promovida pelo primeiro imperador, no tempo das Guerras Púnicas no Ocidente; fora conquistado algumas vezes, mas jamais sofrera a rivalidade de qualquer Estado comparável da região, onde sempre foi, de longe, a potência mais rica, mais avançada e mais poderosa, a que as outras podiam somente prestar tributos, e não esperar tratamento em pé de igualdade. Sob a dinastia Qing, o império se dilatara como nunca, estendendo-se até os recessos da Ásia Central. A ideologia das sucessivas dinastias variava – os cultos manchus eram um tanto heteróclitos –, mas não a pretensão imperial de absoluta preeminência sobre quaisquer soberanos menores, próximos ou distantes. A China era o centro da civilização e seu apogeu natural.

No século XIX, a ingerência ocidental despedaçou essas antiquíssimas pretensões. Quando ficou claro que a monarquia estava ruindo sob o impacto de golpes internos e externos, o alarme dos literatos – normalmente, a mola mestra da administração imperial – tornou-se cada vez mais estridente; e, diante dos primeiros reveses da nova república, sua reação tomou um rumo particularmente radical. Diferentes correntes se entrecruzaram na cultura do Movimento Quatro de Maio, que se definiu em torno dos protestos estudantis de 1919 contra as exigências impostas pelo Japão à China e contra o Tratado de Versalhes, que as amparava. Todavia, a investida dos literatos visou à demolição completa do cânone confuciano, doutrina de governo que regera a ordem sociopolítica da China e fora o arcabouço moral da vida intelectual desde a dinastia Han. Em poucos anos, ele seria praticamente reduzido a nada: um feito que os adversários de qualquer doutrina ou religião comparável – cristã, muçulmana, hindu ou budista – em posição similar no firmamento ideológico de suas civilizações jamais igualaram ^[6]. O assalto contra o passado chinês – impetuoso, embora esporádico, já com Liang Qichao – tornou-se implacável, envolvente com Chen Duxiu, o mentor intelectual da Nova Juventude ^[7].

Essa veemente rejeição das tradições nativas, que destoava por completo de qualquer corrente de opinião ou de ideias no Japão, não refletia –

diferentemente do Japão também – nenhuma tentação profunda pelo Ocidente. Na China, o retrospecto predatório das potências ocidentais era demasiado flagrante para permitir algum tipo de *západnitchestvo*^[g]. A carnificina mútua a que a Europa se entregou na Primeira Guerra Mundial foi o remate das lições sobre a ganância imperialista na Ásia, tendo o casamento de ambas em Versalhes precipitado o próprio Movimento Quatro de Maio. O traço distintivo da *intelligentsia* chinesa após o colapso do sistema de exames imperiais^[h] foi a repulsa ao passado tradicional e a execração do presente capitalista, conforme ambos se combinavam na China dos senhores de guerra. O escritor Lu Xun, sua figura mais destacada, exprimiu ambos de modo inesquecível. Sem negar que os dois sistemas continham algo de positivo – no espírito de um sardônico Montaigne, ele instigou seus compatriotas a tirar o melhor proveito de cada um, em uma espécie de “catacionismo”^[i], Lu Xun permaneceu um inimigo irredutível de ambos. Contudo, o próprio extremismo de suas posições derivava da força da cultura que ele criticava.

Mao, que admirava Lu Xun, seguiu seu conselho em larga escala e transformou suas negações na síntese positiva de um marxismo à chinesa, o qual apresentava uma receptividade mais sistemática à subversão intelectual do Ocidente e, ao mesmo tempo, tinha apego mais profundo às tradições políticas do passado imperial – redigindo *Sobre a contradição* nas cavernas de Yan'an e negligenciando os negócios do Estado, no auge de seu poder, para reler as crônicas de Sima Guang. Lu Xun pouco sabia sobre o materialismo dialético e não cultivava a leitura dos anais da autocracia. Contudo, os liberais de hoje, que detestam ambos, não se equivocam ao discernir uma ligação entre o “totalismo” do crítico e o “totalitarismo” do homem de Estado. Cada um a seu modo, encarnaram uma resposta chinesa às crises nacionais cujo vigor criativo não encontra paralelo na Rússia de meados da década de 1920. Resposta colhida nos mais profundos substratos de uma cultura muito mais antiga e que se via ameaçada pela dominação estrangeira. Sob uma forma produtiva ou perversa, do Quatro de Maio à Revolução Cultural, correntes de força de

sinais afins atuaram. De 1919 a 1949: confiança na negação; a seguir, na revolta. De 1958 a 1976: excessiva confiança na construção; a seguir, na destruição. Finalmente, após 1978: confiança na reforma e na reconstrução.

6.

O grau de convicção íntima com que o senado de anciãos revolucionários^[j] atacou os problemas em seu caminho manifestou-se inicialmente na maneira como lidaram com o passado e o futuro do Partido. Na Rússia, a desestalinização tinha sido a espetacular porém sub-reptícia façanha de um único líder, Khrushchov, que surpreendeu o XX Congresso de seu partido com um discurso – sobre o qual não consultara ninguém – denunciando os crimes de Stálin. Emocional e anedótica, sem maiores explicações de como as repressões relatadas seletivamente tinham sido possíveis que não o vazio eufemismo burocrático “culto da personalidade”, a divagadora arenga de Khrushchov nunca foi publicada oficialmente nem complementada por documentos e análises mais substanciais por parte da liderança daquela época ou das seguintes, até os tempos da *perestroika*.

Deng e seus colegas procederam de modo muito diferente. Convocaram cerca de 4 mil funcionários e historiadores do Partido para elaborar um retrospecto da Revolução Cultural, e, com base nas discussões então mantidas, um grupo de vinte a quarenta redatores produziu, sob a supervisão de Deng, um documento-síntese de 35 mil palavras, que foi formalmente adotado como resolução pelo Comitê Central do PCC em junho de 1981. Embora certamente não fosse um relato pormenorizado da Revolução Cultural – qualificava a responsabilidade de Mao como “ampla pela escala e prolongada pela duração”, mas restringia as vítimas das repressões ao Partido, omitindo-se quanto à população –, o documento oferecia uma explicação coerente dos acontecimentos, além dos desmandos de um único homem: as tradições peculiares de um partido cujo caminho para o poder o tornara afeito à luta de

classes irredutível, como se esta fosse uma tarefa permanente; os efeitos de distorção do conflito com a URSS alimentando temores de revisionismo; e, por último, mas não menos importante, “a perniciosa influência ideológica e política de séculos de autocracia feudal”. Ao contrário do libelo acusatório de Khrushchov, a resolução admitia a responsabilidade conjunta do Comitê Central nas gestões do moderno autocrata e não procurava de modo algum diminuir sua contribuição para a Revolução Chinesa como um todo.

No tocante ao futuro, os Anciãos adotaram uma abordagem igualmente distinta. Na URSS, Khrushchov não dera nenhuma atenção à questão sucessória. Os que o derrubaram, com Brejniev à frente, agarraram-se a seus respectivos cargos até a senilidade. Na gerontocracia paralisada em que se transformara o PCUS, as novas gerações eram vistas não como uma promessa, e sim como uma ameaça; somente a morte poderia suscitar alguma renovação da liderança. Foi preciso que três secretários-gerais morressem no intervalo de três anos, todos septuagenários, para que um político mais jovem finalmente chegasse ao poder. No PCC, por outro lado, os Anciãos não sofriam dessa insegurança. Não perderam tempo para encontrar um substituto. Dois anos após terem recuperado o poder, delegaram seu exercício diário ao séquito de subordinados, promovendo Hu Yaobang a secretário-geral do Partido e Zhao Ziyang a presidente do Estado.

7.

A Era da Reforma começou – se não exatamente no tempo, em termos de resultados práticos – com a transformação das relações fundiárias. Primeiro, os preços de estocagem de grãos foram aumentados. A seguir, em um processo que se espalhou por todo o país após experimentos bem-sucedidos em Anhui e Sichuan, as comunas populares foram desativadas de modo ordenado, e o usufruto das terras, criteriosamente repartido entre cada uma das famílias camponesas que as formavam, as quais poderiam dispor de suas propriedades

para produzir o que bem entendessem, contanto que as cotas estabelecidas pelo Estado fossem cumpridas. O “sistema de responsabilidade por unidade familiar” significou uma segunda reforma agrária, tão igualitária quanto a primeira, porém muito mais favorável à produção dos camponeses. Reagindo aos novos incentivos, a produtividade disparou: o insumo trabalho diminuiu, e as safras aumentaram; a produção agrícola cresceu em um terço. Com a redução das horas de trabalho dedicadas à lavoura, a indústria rural – têxteis, tijolos e similares – prosperou rapidamente. O resultado foi um incremento da renda dos camponeses, que foi de 30% para 44% da renda nacional em um intervalo de poucos anos, 1978 a 1984.

No setor industrial, o sistema de alocação centralizado, baseado no modelo russo, não sofreu nenhum ajuste radical. Em vez disso, as empresas estatais foram gradualmente autorizadas a cobrar preços de mercado para a produção que excedesse as cotas exigidas pelos planos governamentais, as quais eram vendidas a preços fixos. Com isso, os gestores receberam incentivos parecidos aos dos agricultores para produzir com rentabilidade por fora do sistema de cotas oficial, sem que houvesse necessidade de desmantelá-lo. Quando o sistema de preços dual estava suficientemente testado, o escopo dos planos foi congelado, permitindo que outros empreendimentos industriais se desenvolvessem à sua margem. Na prática, o Estado passou a arrendar empresas aos gestores em bases contratuais, assim como ceder terras aos camponeses mediante contratos de arrendamento de trinta anos, conservando-as, em última instância, sob sua propriedade.

Durante quinze anos ou mais, no marco desses arranjos, o setor mais dinâmico da economia foi o das “Empresas de Povoados e Aldeias” (TVEs)^[k], com seu peculiar estatuto híbrido. Firms a meio caminho entre a propriedade estatal, a coletiva e a privada, elas se beneficiavam de baixos impostos e crédito fácil dos governos locais – que muitas vezes tinham participação como acionistas –, proliferando com espantosa rapidez e competitividade nos ramos mais simples da indústria. A produção da indústria rural cresceu a uma taxa

anual superior a 20%; os postos de trabalho nas TVEs aumentaram mais de quatro vezes, passando de 28 milhões para 135 milhões; sua parcela no PIB subiu de 6% para 26% entre o lançamento das reformas e meados da década de 1990 [8]. Altamente lucrativo, o fenômeno das TVEs foi ignorado pelos reformadores russos de todos os matizes no período em que aplicavam a *perestroika*. De todos os contrastes entre as transformações nas duas economias, o desempenho das TVEs constitui a antítese mais flagrante do mergulho desestabilizador da economia soviética na desindustrialização.

O crescimento espetacular das TVEs se baseou, naturalmente, na oferta ilimitada de mão de obra barata, inexistente na URSS. Com elas, pela primeira vez a RPC tirou máximo proveito do principal fator de produção de que era dotada, o que explica a inadequação do modelo prévio de industrialização nos moldes soviéticos – concentrado em investimentos na indústria pesada, intensiva em uso de capital –, embora tivesse sido necessário à época. Invertendo esse padrão mediante investimento intensivo de mão de obra na indústria leve, as TVEs, em comparação, apresentavam uma enorme vantagem: no fim da década de 1980, a relação mão de obra/capital fixo das TVEs era nove vezes maior que a das empresas estatais. Contudo, estas últimas também se beneficiaram diretamente do crescimento das TVEs, cujos lucros engordaram a poupança dos agricultores, que foi então canalizada por meio dos bancos estatais para ulteriores investimentos nas grandes empresas controladas pelo governo, reequipando-as e modernizando-as.

Elevados índices de poupança rural foram, por sua vez, outra característica do desenvolvimento chinês arraigada no legado paradoxal da própria Revolução, pois o que os determinou foi a combinação da tradicional limitação dos benefícios integrais de bem-estar social aos trabalhadores urbanos, do desmantelamento das comunas que prestavam serviços sociais no campo – ainda que mais limitados – e dos efeitos da política do filho único, destinada a conter o crescimento demográfico. Sem proteção do Estado contra a contingência nem garantias seguras de provimento por parte da geração

seguinte, as famílias camponesas não tinham muita escolha – ainda que seu consumo estivesse em alta – a não ser investir uma parcela substancial de seus rendimentos em poupança. O Estado se beneficiou duplamente com isso. Ao contrário de sua contraparte soviética, não precisou fazer despesas com o bem-estar social da maioria da população e obteve fácil acesso aos fundos necessários para financiar seu programa de modernização.

Havia também outra fonte de capitais disponíveis. Já em 1979-1980, Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) tinham sido implantadas nas regiões costeiras do sul para atrair investimentos da chamada “diáspora chinesa”: visavam os afluentes expatriados de Hong Kong, Taiwan e do Sudeste Asiático. Após um início moroso, essa política de Portas Abertas para os empresários estrangeiros tornou-se um sucesso. Atraídas por regalias, pela isenção de tarifas de importação e pela mão de obra barata da China continental, as empresas dos chineses expatriados chegaram com força total trazendo tecnologias inacessíveis às ZEEs, sobretudo em processamento de exportações. Desse modo, a China conseguiu pegar carona na experiência e no patrimônio acumulados do capitalismo da diáspora para fazer sua entrada no mercado mundial como centro manufatureiro de baixo custo para linhas de montagem, especializando-se, com o tempo, em eletrônica e eletrodomésticos. Essa também foi uma das vantagens regionais que a economia soviética, a despeito de todas as outras opções viáveis a seu alcance, não tinha chance de igualar.

Finalmente, as reformas chinesas foram beneficiadas de forma decisiva pela descentralização dos mecanismos estatais de controle da economia, um dos legados mais profícuos do maoísmo. Isso significou que o império do planejamento a remodelar seria muito menor, sem uma rígida parafernália de cotas e diretrizes, e, além disso, que o país já contava com uma rede de centros autônomos de atividade econômica nas províncias. Quando estas se libertaram ainda mais da intervenção de Pequim, seus governos entraram com força total, oferecendo todo tipo de incentivos para aumentar os investimentos e acelerar o crescimento em suas jurisdições. A certa altura, isso acabou provocando uma

série de distorções e irracionalidades: duplicação de indústrias, gigantismo na consecução de obras públicas, alastramento do protecionismo informal, para não falar do enfraquecimento da capacidade de fiscalização do governo central, uma vez que as autoridades locais passaram a competir entre si por melhores resultados. Contudo, apesar de todas as suas aberrações, a concorrência interprovincial na China, tal como a rivalidade entre as cidades italianas no passado, foi e continua a ser uma fonte de vitalidade econômica. A Rússia é hoje nominalmente uma federação; no entanto, suas vastas e uniformes planícies nunca favoreceram a criação de fortes identidades regionais, e seu governo continua centralizado como nunca. O contraste com a China é notável. A República Popular da atualidade é, não em matéria de direito constitucional, mas de realidade comercial, um exemplo rematado de federalismo dinâmico, tanto quanto os Estados Unidos.

[a] Государственный плановый комитет/ *Gossudárstvennyi Plánovyi Komitet*: Comissão de Planeamento Estatal da União Soviética. (N. T.)

[1] Negativamente, a coletivização agrária e os expurgos tiveram efeitos afins sobre o sistema político: catástrofes cujos êxitos comprometeram irremediavelmente as renovações, enquanto os fracassos do Grande Salto para a Frente e da Revolução Cultural possibilitaram-nas.

[b] “Esforço final” em russo (штурмовщина). Estilo de executar as tarefas caracterizado por surto de atividade febril, trabalho em horas extraordinárias e mobilização de todos os recursos disponíveis, com vistas a atender as metas de produção. (N. T.)

[c] Segundo o dicionário Houaiss: “Na ex-URSS, conjunto dos indivíduos, especialmente do Partido Comunista, dentre os quais eram indicados os ocupantes para os altos cargos no governo e nas empresas; [...] por extensão, grupo de privilegiados”. (N. T.)

[2] Sobre o desmantelamento do partido pan-soviético, ver Stephen Kotkin, *Armageddon Averted: The Soviet Collapse 1970-2000* (Oxford, Oxford University Press, 2001), p. 76-81; sobre o caos monetário, a disseminação do escambo e o desfalque crescente do patrimônio público à medida que a *perestroika* degingolava, ver David Woodruff, *Money Unmade: Barter and the Fate of Russian Capitalism* (Ithaca, Cornell University Press, 1999), p. 56-78, e Andrew Barnes, *Owning Russia: The Struggle over Factories, Farms and Power* (Ithaca, Cornell University Press, 2006), p. 43-67.

[3] As comparações pertinentes são exploradas na obra fundamental de Peter Nolan, *China's Rise, Russia's Fall: Politics, Economics and Planning in the Transition from Stalinism* (Basingstoke, Palgrave Macmillan, 1995), p. 110-59, a qual apresenta também um dos relatos mais críticos e contundentes da *perestroika* nas p. 230-301. Para reflexões amarguradas sobre o fracasso da *perestroika* em “deflagrar uma revolução

capitalista”, ver Minxin Pei, *From Reform to Revolution: The Demise of Communism in China and the Soviet Union* (Cambridge-MA, Harvard University Press, 1994), p. 118-42.

[4] Barry Naughton, *Growing out of the Plan: Chinese Economic Reform, 1978-1993* (Nova York, Cambridge University Press, 1995), p. 41-2.

[d] Organização comunal e autônoma dos camponeses russos na esfera da aldeia cujas origens datam do século XI. Entre as funções do *mir* estavam a administração de terras e florestas da comunidade, o recrutamento para o serviço militar, a aplicação de penas para crimes menores, a coleta e repartição de impostos entre os membros. (N. T.)

[e] Membro de um *kolkhoz*, propriedade agrícola coletivizada. (N. T.)

[f] Palavra alemã que significa entusiasmo algo ingênuo e excessivamente sentimental, deslumbramento, enfatuação, podendo às vezes confinar com adulação. (N. T.)

[5] Liang Zhang et al. (orgs.), *The Tiananmen Papers* (Nova York, PublicAffairs, 2001), p. 327.

[6] Para um estudo de brilhante virtuosismo, ver Mark Elvin, “The Collapse of Scriptural Confucianism”, em *Another History: Essays on China from a European Perspective* (Honolulu, University of Hawaii Press, 1996), p. 352-89.

[7] “Onde estão os babilônios hoje? De que lhes serve sua cultura agora?”, indagou ele. Ver Jack Gray, *Rebellions and Revolutions: China from the 1800s to 2000* (Oxford, Oxford University Press, 2002), p. 195.

[g] Nos círculos intelectuais russos do século XIX, visão de mundo que privilegiava o estilo de vida e os valores sociais e políticos da Europa ocidental. Os *západniki*, proponentes dessa visão, opunham-se aos eslavófilos. (N. T.)

[h] Método pelo qual se selecionavam os membros da administração pública na China imperial entre o século VII e o início do século XX. Seguindo a tradição confucionista, eram considerados o domínio da língua, dos pensadores clássicos e da literatura, bem como a obediência estrita a critérios formais; questões de gestão ou ciência entravam em menor medida. Com a implantação dos exames, as aristocracias militares hereditárias locais foram substituídas nos cargos da administração e da justiça por uma nova e privilegiada classe letrada. (N. E.)

[i] No original, “*freebooting ‘haptism’*”. Segundo o autor, seria uma forma de agir catando elementos de cada parte. (N. E.)

[j] Referência aos Oito Imortais do Partido. (N. E.)

[k] Do inglês *Township and Village Enterprises*. (N. T.)

[8] Barry Naughton, *The Chinese Economy: Transitions and Growth* (Cambridge-MA, The MIT Press, 2007), p. 83 e 274-6.

III.

PONTOS DE RUPTURA

1.

Quando, no fim dos anos 1980, a Era da Reforma completou uma década, a economia chinesa tinha se transformado substancialmente. Naturalmente, a escala e a rapidez das mudanças não deixaram de afetar a sociedade e a cultura. Na zona rural, o crescimento da renda estacionou após 1984, mas a melhora das condições de vida do campesinato fora tão sensível que os camponeses permaneceram, em termos relativos, uma classe satisfeita. A *intelligentsia*, historicamente o outro fator-chave da ordem social, também fora bastante favorecida pela política de reformas. Contudo, sua atitude diante do regime era mais ambígua. As universidades reabriram, os institutos de pesquisa expandiram-se, novas oportunidades de emprego surgiram. A juventude, calejada pela temporada vivida no campo, reintegrou-se à vida urbana, e as vítimas das repressões do passado foram libertadas. Desfrutava-se de uma liberdade de expressão muito maior que no tempo de Mao, o acesso a ideias e livros estrangeiros era de modo geral franqueado, motivando uma verdadeira “febre de alta cultura”. Numa atmosfera estimulante de crescente emancipação, debatia-se o futuro da nação, com esmagador consenso em favor da ampliação das reformas.

Esse ponto não era objeto de controvérsia com o governo, cuja meta oficial também era aprofundar o processo de reformas. Para muitos intelectuais, tanto

eles como o governo trabalhavam na mesma direção, com consultas e aconselhamentos de parte a parte, principalmente no círculo de Zhao Ziyang e seus assessores. Mas também havia certa tensão no ar, crescente à medida que a década passava. O Partido tinha a autoridade que lhe proporcionaram os sucessos na economia. Também auferira legitimidade por ter resgatado o país da Revolução Cultural. Não se tratava, contudo, de uma emancipação que tivesse sugerido alguma ordem política alternativa. A respeito disso, os Anciãos, que tinham sofrido na própria pele os efeitos da turbulência, não fizeram nenhum aceno que não fosse advertir quanto à necessidade de evitar a recaída no caos. Em 1978, justamente quando se iniciou a Era da Reforma, as vozes que então reivindicaram democracia foram rapidamente silenciadas como uma ameaça à estabilidade. Na época, elas ainda eram relativamente poucas.

Todavia, as reformas econômicas avançavam com ênfase crescente na introdução de relações de mercado, sem que fossem acompanhadas de um esforço teórico coerente para analisar suas implicações – nenhuma explicação oficial para a importância das ZEEs, por exemplo. O resultado foi uma espécie de limbo ideológico, no qual as ideias liberais se disseminaram naturalmente. Ora, se os princípios da economia de livre empresa estavam na ordem do dia, por que então os princípios jurídicos de liberdade política – alguns consagrados textualmente na própria constituição da RPC – não lhes poderiam fazer companhia, como preconizavam as doutrinas acreditadas no Ocidente? Historicamente, não obstante o destaque alcançado por Hu Shi, representante mais ilustre dessas ideias na geração do Movimento Quatro de Maio, o liberalismo fora uma corrente sem expressão entre a *intelligentsia* chinesa. Nos anos 1980, porém, sem que tivesse produzido um teórico da mesma estatura e sem contornos suficientemente definidos, ele tornou-se, no rastro da Revolução Cultural, algo como um ponto de vista dominante entre os intelectuais. Ponto de vista um tanto moderado, na maioria dos casos, embora notas mais radicais, em consonância com o padrão russo, se fizessem ouvir com o tempo. Em 1988, *Heshang* [A elegia do rio], popular minissérie de TV de que todo

západník teria se orgulhado, dedicava um hino cifrado ao Ocidente, em contraste marcante com as austeras tradições chinesas; ainda assim, apresentava um retrato lisonjeiro de Zhao Ziyang e evocava o grandioso futuro à frente da nação, tendo sido amplamente criticada pelos estudiosos como reconstituição histórica.

A essa altura, a disposição de ânimo entre os estudantes variava. Aqueles que não haviam sido diretamente afetados pela Revolução Cultural mostravam grande animação e ideias menos rígidas. Poucos não tinham se sensibilizado com os ideais originais da Libertação; uns eram influenciados por professores liberais, outros por professores mais ortodoxos; a maioria, sintonizada com a cultura e as novidades do estrangeiro – canções de Taiwan, música dos Estados Unidos; greves na Polônia, eleições na Rússia –; todos embalados pelo *élan* de uma sociedade em movimento, empolgados com a abertura de novas perspectivas e frustrados com o prolongado imobilismo. Cientes do papel histórico que tinham desempenhado na conscientização da nação em 1919 e, de novo, em 1935, eles formavam a camada da população mais preparada para a ação coletiva. Em 1985, mostraram a fibra nacionalista que os caracterizava em protestos contra o Japão. Então, no inverno de 1986-1987, organizaram manifestações pela democracia em Hefei e Pequim. Quando Hu Yaobang, secretário-geral do Partido, recusou-se a reprimi-las, os Anciãos o demitiram. O movimento foi contido, mas o espírito que o animava não se extinguiu.

No ano seguinte, a própria reforma econômica – até então, o para-choque contra as reivindicações de reforma política – sofreu sua primeira crise séria, na medida em que o preço dos produtos básicos começou a subir e o salário dos trabalhadores urbanos estagnou. Quando Zhao e Deng sugeriram que poderia haver uma liberação geral de preços de uma hora para outra, a população, movida pelo pânico, começou a estocar produtos básicos, e a inflação disparou durante o verão, alcançando uma variação média anualizada de 50%. Na percepção do povo, porém, esse não foi o único efeito nocivo do sistema de preços dual. A corrupção, desconhecida nos tempos de Mao, alastrava-se à

medida que funcionários se valiam de seus cargos para explorar a diferença entre os preços tabelados e os preços de mercado dos mesmos produtos, para a execração geral. A mistura de dificuldades materiais inesperadas e revolta diante da injustiça social era explosiva, gerando um clima tenso nas cidades.

Em Pequim, os estudantes já vinham preparando manifestações para coincidir com o aniversário dos setenta anos do Movimento Quatro de Maio, em 1989, quando, em abril, a morte de Hu Yaobang, que caíra em desgraça por tê-los apoiado, proporcionou um catalisador mais imediato para a expressão de seus sentimentos sobre o fechamento político. Marcharam em passeata até a praça da Paz Celestial para homenagear Hu, pegando o governo desprevenido. Zhao tinha contribuído para a queda de Hu, a quem substituíra como secretário-geral do PCC. Agora, porém, confrontado com o tumulto, ele contemporizou, e o Comitê Permanente rachou, deixando as autoridades sem ação. O movimento estudantil, que mostrou excelente nível de organização, conseguiu mobilizar todos os *campi* da cidade e manter uma pressão constante sobre o governo. No início de maio, as passeatas deram lugar à ocupação da praça pelos estudantes, que exigiam mudanças democráticas e eram apoiados por grandes manifestações da população de Pequim, exasperada pelo agravamento da situação econômica e solidária com as principais reivindicações políticas dos estudantes. Protestos semelhantes irromperam em todo o país, onde quer que houvesse uma universidade para deflagrá-los. Milhões de pessoas saíram às ruas, num movimento social sem precedentes na história da República Popular.

As agitações de 1989 na China superaram em escala e intensidade quaisquer outras ocorridas na Europa Oriental, para não falar na Rússia, naquele ano ou nos seguintes. A energia rebelde e o idealismo dos estudantes chineses, bem como a solidariedade ativa da população urbana não tiveram paralelo em outros lugares: um testemunho, a seu modo, da vitalidade política de uma sociedade ainda próxima de suas origens revolucionárias. Na China, porém, energias de dois tipos se chocaram. Quando veio a crise, a liderança

pós-revolucionária responsável pela administração diária do Estado e do Partido hesitou e ficou dividida. Mas os Anciãos, veteranos de décadas de luta armada para a conquista do poder, não iriam perdê-lo por indecisão. Eles ainda eram os combatentes de sempre, não hesitando em neutralizar uma ameaça ao poder do Partido, tal como a viam, tão logo se mobilizou a força necessária para tanto. Em junho, o EPL recebeu ordens de evacuar a praça, e o movimento foi esmagado numa noite de violência.

2.

A repressão custou caro ao PCC. Ele perdeu mais legitimidade com o 4 de Junho que com a Revolução Cultural, a qual não só chegou a contar com apoio efetivo, como também deixou uma respeitável liderança na reserva para assumir o governo uma vez que ela chegasse ao fim. Em 1989, nenhuma camada da sociedade apoiou a repressão e não havia nenhuma oposição sobrevivente no Partido – Zhao, exonerado por não ter votado em favor da lei marcial, morreria no anonimato dezesseis anos mais tarde, ainda em prisão domiciliar. Por outro lado, o regime continuava a deter o trunfo do crescimento econômico. Gastas as credenciais ideológicas dos primeiros tempos, era isso que dali em diante bancaria tudo o mais. Uma dose de austeridade para controlar a inflação durou até 1991. O que viria pela frente?

Nesse ponto, Deng se distanciou de seus colegas e de seu próprio passado. Em maio de 1989, ele tinha declarado: “Há, é claro, aqueles que pensam que ‘reforma’ significa um movimento em direção ao liberalismo ou ao capitalismo. O capitalismo é a essência da reforma para eles, mas não para nós. Aquilo que *nós* entendemos por reforma é algo diverso, que ainda está sendo debatido” ^[1]. Em janeiro de 1992, Deng viajou ao sul da China e, em Shenzhen, a maior das Zonas Econômicas Especiais, declarou que o principal perigo que a China enfrentava não vinha da direita, mas da oposição de esquerda ao aprofundamento da liberalização da economia, cuja novidade era exemplificada

pela bolsa de valores local. Embora Deng ainda argumentasse que a China necessitava mais do socialismo que do capitalismo, ele agora achava que “falar em capitalismo com ‘C’ maiúsculo e em socialismo com ‘S’ maiúsculo” era algo fútil; como as desigualdades são funcionais para o crescimento, explicava, a acumulação individual de riquezas não era condenável, e sim louvável: “Ficar rico é uma glória”. Enterradas as esperanças de liberdade coletiva, a compensação poderia se achar na prosperidade individual. Crescimento era tudo o que importava, sem restrições anacrônicas, como rezava o lema oficial trombeteado para os cétricos: “O desenvolvimento é o argumento irrefutável”.

O desenvolvimento veio a seu tempo, e a um ritmo espetacular. O crescimento da China nos anos 1990 chegou a ultrapassar o dos anos 1980, à medida que a liberalização da economia se intensificava. No fim da década, a paisagem industrial tinha sido modificada graças a uma reestruturação maciça das empresas estatais. Ainda em 1996, o setor estatal era responsável pelo grosso dos postos de trabalho nas cidades. A partir de 1997, porém, os funcionários provinciais foram autorizados a dispor da maioria das estatais como bem entendessem, fechando-as, remodelando-as ou privatizando-as. No decorrer do processo, a cada ano cerca de 7 milhões de trabalhadores perderam o emprego, até que, por volta de 2004, os postos de trabalho nas empresas privadas representavam quase o dobro dos do setor público. No mesmo período, as TVEs foram privatizadas em escala ainda maior, tendo apenas 10% delas ficado sob alguma forma de propriedade coletiva. O mesmo aconteceu com 80% dos imóveis residenciais urbanos. “Conservando o grande e descartando o pequeno”, no entanto, o Estado não abriu mão do controle sobre aquilo que considerava os setores estratégicos da economia: energia, metalurgia, armamentos e telecomunicações. Responsáveis por um terço do total de vendas de produtos manufaturados e apresentando altas margens de lucro, as megaempresas nesses setores-chave correspondiam a cerca de três quartos do patrimônio global das empresas estatais [2].

Estruturalmente, se o despojamento gradual foi uma das duas mudanças fundamentais do segundo período de reformas, após 1989 a outra foi a maximização dos lucros do comércio exterior. A rapidez e o grau de abertura nesse setor quase não tiveram precedentes. No início do novo século, as tarifas industriais médias eram de menos de 10%, cerca de um terço das da Índia; as tarifas agrícolas não ultrapassavam 15%. Propulsionadas por investimentos externos à base de capitais não mais da “diáspora”, e sim estadunidenses, japoneses e europeus, os quais desempenhavam papel importante, ainda que minoritário, as exportações de manufaturados aumentaram vertiginosamente – sobretudo, no setor de tecnologia avançada, embora este ainda se limitasse basicamente à montagem. De fato, no espaço de uma geração, a China tornou-se a nova oficina do mundo: a fatia correspondente ao comércio exterior de manufaturados é de dois terços de seu PIB, parcela sem precedentes para um grande país, de duas a três vezes maior que a dos Estados Unidos ou a do Japão. No entanto, a exemplo do que ocorreu com a indústria doméstica, o Estado ainda mantém um papel decisivo no comércio exterior, controlando a taxa cambial, a conta de ativo fixo e o sistema bancário.

O sucesso material desse modelo de desenvolvimento tornou a RPC a maravilha do mundo contemporâneo. Com uma taxa de investimento superior a 40%, em quinze anos (de 1989 a 2004) o PIB chinês quadruplicou. Nas cidades, a renda das unidades familiares aumentou a uma taxa anual de 7,7%; no campo, de cerca de 5% ^[3]. Do início da Era da Reforma até 2006, o padrão de vida médio dos chineses expresso em dólar aumentou oito vezes. Em uma única década, a população urbana registrou um salto de 200 milhões ^[4]. Ela corresponde agora a dois quintos da população do país e alimenta o maior mercado automotivo do mundo. Ultrapassando de longe até as reservas japonesas, os títulos em carteira do comércio exterior somam mais de 1,9 trilhão de dólares, superando o produto nacional bruto (PNB) do Canadá. A China chegou com força total.

[1] Liang Zhang et al. (orgs.), *The Tiananmen Papers*, cit., p. 325.

[2] Barry Naughton, *The Chinese Economy*, cit., p. 186, 106, 286 e 303-4.

[3] As cifras gerais dissimulam uma brusca guinada tanto no modelo de crescimento quanto na distribuição de renda após 1989, que favoreceu as cidades em detrimento do campo e as empresas estatais e estrangeiras em detrimento das empresas privadas. Para uma análise dessa mudança, ver Yasheng Huang, *Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State* (Nova York, Cambridge University Press, 2008). O autor argumenta ainda que o fator total de produtividade vem declinando na economia chinesa como um todo; ver p. 288-90.

[4] Fred Bergsten et al., *China: The Balance Sheet: What the World Needs to Know Now About the Emerging Superpower* (Nova York, PublicAffairs, 2006), p. 5 e 31.

IV. O NOVUM

1.

Seria, porém, “chegada” o termo correto? “Retorno” não seria mais apropriado? Afinal, durante séculos a China foi a mais rica e mais avançada civilização do mundo: deve, certamente, existir alguma ligação entre seu passado grandioso e as formidáveis realizações do presente. Essas questões nos levam a um terreno mais abrangente e mais obscuro que o campo relativamente delimitado de uma comparação entre duas revoluções modernas. Aqui, poderíamos caracterizar em linhas gerais três correntes de pensamento antagônicas, embora não tenha havido até agora nenhum confronto sistemático entre elas. A primeira, hoje mais em voga entre os historiadores, atribui o acelerado crescimento da RPC essencialmente aos legados milenares do passado imperial: dinamismo comercial baseado na agricultura intensiva; profunda divisão do trabalho; redes urbanas desenvolvidas e expansão do comércio interno; crescimento demográfico recorde; uma “revolução industriosa”. Nessa ótica, a economia chinesa, que fora por muito tempo a maior e mais sofisticada do mundo, com um padrão smithiano clássico de crescimento, era tão plenamente desenvolvida quanto a da Europa Ocidental – ou mesmo mais que ela – até a Guerra do Ópio. Desviada de seu curso durante mais de um século pela penetração estrangeira e pela desordem interna, ela estaria retornando agora a sua posição natural no mundo.

Para uma segunda corrente, mais influente entre os economistas, o passado imperial oferece poucas pistas sobre o presente moderno, quanto mais não seja porque – como enfatizou Smith – a falta de intercâmbio comercial com o estrangeiro privou a economia tradicional de estímulos competitivos, e a proteção deficiente dos direitos de propriedade inibiu a atividade empresarial, restringindo o desenvolvimento chinês a limites mais próximos do padrão malthusiano. Segundo essa interpretação, o acelerado crescimento atual é resultado da integração tardia da China à economia capitalista mundial, de cuja formação ela esteve historicamente ausente. Com a abertura de seus mercados aos investimentos externos e o gradual fortalecimento dos direitos de propriedade, os fatores de produção foram finalmente liberados para um novo dinamismo. A combinação de oferta abundante de mão de obra barata com fartos capitais e tecnologias estrangeiras engendrou uma máquina de exportação sem precedentes no passado da China.

Para uma terceira corrente, encontrada (não exclusivamente) entre os sociólogos, a chave para a ascensão econômica da China estaria, pelo contrário, na Revolução Chinesa. Segundo essa versão, foram as realizações do período de Mao que criaram uma base sólida para as proezas da Era da Reforma. Esse legado traz em seu bojo a criação, pela primeira vez na história moderna chinesa, de um Estado soberano forte, que pôs fim à sujeição semicolonial do país; a formação de uma força de trabalho treinada e disciplinada, com altos índices de alfabetização e de expectativa de vida, em uma sociedade sob outros aspectos ainda retrógrada; e o estabelecimento de poderosos mecanismos de controle da economia – planejamento, setor público, contas do país com o exterior – dentro de um marco institucional relativamente descentralizado, que deixava uma margem de autonomia para as províncias. O desempenho notável do período de Portas Abertas só teria sido possível com base nesses fatores de transformação ^[1].

Obviamente, nenhuma dessas interpretações é absoluta. Encontram-se tanto misturas quanto casos puros. Em geral, porém, não se tenta avaliar o peso

relativo das variáveis em jogo. Em termos analíticos, a indispensável hierarquia dos fatores condicionantes não será definida da noite para o dia. Nesse ponto, é suficiente indicar um termo de comparação pertinente para as hipóteses conflitantes, que pode ser formulado da seguinte maneira. Em que, e como, o acelerado crescimento da RPC se distinguiu do – ou se assemelhou ao – do Japão, da Coreia do Sul ou de Taiwan? Se a experiência chinesa foi bem parecida com a deles, então as hipóteses de capitalismo pré-moderno ou de capitalismo tardio ganham força; se diferiu substancialmente da deles, então a hipótese revolucionária parecerá *prima facie* mais plausível. O que as evidências sugerem?

Uma olhadela nas estatísticas revela um paradoxo. Apesar de sua impressionante rapidez, o crescimento da RPC não foi tão mais veloz que os de seus vizinhos do Extremo Oriente em estágios equivalentes de seu desenvolvimento, ainda que a China o tenha sustentado por uma década a mais que eles. Tampouco as respectivas bases econômicas diferiram de modo significativo: em todos os casos, o modelo de desenvolvimento era predominantemente voltado à exportação. Nesses dois quesitos, o ar familiar é acentuado. Em outros cinco, porém, o contraste é marcante. A partir da década de 1990, a RPC passou a depender muito mais de exportações que Japão, Coreia do Sul ou Taiwan; a parcela do PIB chinês correspondente ao consumo tem sido muito inferior; a dependência do capital estrangeiro, muitíssimo maior; a disparidade de renda – e de investimentos – entre o campo e a cidade, muito mais acentuada ^[2]. Por fim, e não menos importante, o grau de envolvimento e o papel do setor estatal na economia foram e continuam a ser, em termos estruturais, muito maiores. Essas características do desenvolvimento chinês, que o singularizam no contexto do Extremo Oriente, estão inter-relacionadas e apresentam uma explicação simples. No Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan, os Estados emergentes no pós-guerra foram criação da ocupação ou da proteção estadunidenses, formando uma das linhas de frente da Guerra Fria. Estrategicamente, permanecem até hoje sob a tutela de Washington –

cravejados de bases militares ou cercados por belonaves norte-americanas –, sem ter verdadeira autonomia diplomática ou militar. Carentes de soberania política e, no entanto, necessitados de autonomia no plano interno, seus governantes – o Partido Liberal Democrata, Park Chung Hee, o Kuomintang – buscaram uma compensação implementando políticas de desenvolvimento econômico autossustentado, mantendo o capital estrangeiro a distância, por um lado, e promovendo as corporações nacionais, por outro. De modo análogo, temendo a radicalização no campo, confrontados com o espectro da Revolução Chinesa, adotaram políticas de reforma agrária – nisso, os Estados Unidos os apoiaram – e cuidaram para que, à medida que o crescimento acelerava, o campo nunca ficasse muito atrás das cidades.

A configuração oposta prevaleceu na RPC. Lá, o Estado pós-revolucionário era totalmente soberano na arena internacional – fora capaz até mesmo de enfrentar os Estados Unidos na Coreia e arrancar um cessar-fogo – e muito forte no plano interno, desde o início. Justamente por isso, quando veio a Era da Reforma, a RPC pôde assimilar um influxo maciço de capital externo, sem receio de que isso pudesse lhe acarretar descrédito ou provocar a subversão interna. Como Estado totalmente independente, com pleno controle de seu território, a China era capaz tanto de controlar fluxos de capital estrangeiro por meio do poder político – um pouco como Lênin tinha pretendido por ocasião da Nova Política Econômica (NEP) – quanto de dominar ou manipular o capital nacional graças ao controle contínuo das instâncias econômicas estratégicas – financeiras e industriais. Além do mais, o Estado podia refrear o consumo no campo forçando a migração de camponeses destituídos para as cidades na forma de uma força de trabalho itinerante, algo impraticável para os governos em Tóquio, Seul ou Taipé, cujos regimes precisavam dispensar bom tratamento aos agricultores para sobreviver. Foi graças ao sistema de *hukou*^[a], instituído durante o Grande Salto para a Frente a fim de segregar as cidades do campo, que o PCC foi capaz de adotar essa política sem perder o controle sobre a urbanização – enquanto proliferavam favelas planetárias no sul e

sudeste da Ásia. No período de Mao, os camponeses também foram vítimas de acumulação primitiva que beneficiou as cidades. Contudo, uma vez que os sistemas de saúde pública e educação nas aldeias foram desmantelados depois dele e que os investimentos durante a gestão de Jiang Zemin foram redirecionados para longe do campo, as disparidades de renda entre a população urbana e a rural saltaram. A premissa histórica seja dos altos índices de investimento estrangeiro direto (IED), seja dos baixos índices de investimento em infraestrutura rural na RPC é a mesma – um regime saído de uma revolução, em um país com uma população mais de sete vezes maior que a de Japão, Coreia do Sul e Taiwan juntos, capaz de jogar duro com os camponeses ou com os estrangeiros. Os preços de uma e outra coisa ainda não foram pagos. Mas os custos diretos ou indiretos de ambas têm aumentado visivelmente – uma inquietação ainda não articulada, porém disseminada nas aldeias; uma dependência ainda administrável, porém crescente do Tesouro dos Estados Unidos.

2.

O Partido que dirigiu a transformação do país foi por ela transformado. Os Imortais deixaram de existir. Mas as vantagens de não ser o primeiro a mover as peças, e sim o segundo, perduram. Aprendendo com o destino reservado ao brejnievismo, o PCC institucionalizou a renovação de seus quadros dirigentes, impondo limites para o exercício dos cargos e regulando a transferência de poder de uma geração a outra. Sem experiência revolucionária alguma, os atuais titulares do poder e os que estão por vir têm uma educação mais formal e, como nunca antes, dispõem – como os imperadores faziam outrora com os literatos – de recursos técnicos e intelectuais mais amplos e diversificados, recorrendo a painéis de especialistas e a consultas informais com peritos ou partes interessadas. O crescimento econômico e o sucesso da diplomacia chinesa restauraram a credibilidade política da RPC: o Partido conta

atualmente com um grau de legitimidade popular como não se via desde a década de 1950. O mandato que lhe foi delegado é ao mesmo tempo poderoso e precário. O poder: prosperidade no plano interno e respeitabilidade no plano externo são apelos a que poucos resistem. A precariedade: desenvolvimento econômico sem justiça social, afirmação no plano interno e vicissitudes no cenário internacional são aspectos que dificilmente se conformam aos ideais da Revolução que o Partido reivindica como obra sua. O nacionalismo de consumo é um constructo ideológico raso, no qual o PCC não pode se fiar inteiramente. Tendo o discurso dominante do Partido se tornado despolitizado, expurgá-lo do socialismo por completo seria contraproducente. A reivindicação legada de outra legitimidade, ainda inscrita em seu nome, permanece uma reserva necessária, pois os sentimentos revolucionários diante da injustiça e as demandas por equidade não desapareceram do espírito dos cidadãos. Nem tampouco os riscos de ignorá-los.

Explicação é uma coisa, classificação outra, e avaliação outra ainda. Em termos taxonômicos, a RPC do século XXI é um *novum* histórico-mundial: a combinação daquilo que, segundo qualquer critério convencional, apresenta-se por ora como uma economia predominantemente capitalista, com aquilo que, segundo qualquer critério convencional, ainda é incontestavelmente um Estado comunista – cada qual o mais dinâmico já visto em seu gênero [3]. Politicamente, os efeitos dessa contradição deixam marcas em toda a organização social, na qual eles se fundem ou se mesclam. Nunca tantos saíram tão rapidamente da pobreza absoluta. Nunca indústrias modernas e infraestrutura moderníssima foram implantadas em escala tão colossal e em tão pouco tempo; nunca também uma classe média florescente emergiu tão rapidamente junto com elas. Nunca a hierarquia das potências foi alterada tão dramaticamente, alimentando o orgulho popular de modo tão espontâneo. Nem, durante o mesmo período, a desigualdade atingiu com tamanha rapidez alturas tão estonteantes, desde um ponto de partida tão baixo. Tampouco a corrupção jamais se alastrou tanto, onde antes a probidade era algo

subentendido. Tampouco os trabalhadores, ao menos em teoria os senhores do Estado até ontem, jamais foram tratados de modo tão abusivo e impiedoso – extinção de postos de trabalho, retenção de salários, afrontas tratadas com escárnio, protestos sufocados ^[4]. Tampouco os camponeses, a espinha dorsal da revolução, jamais se viram tão espoliados de suas terras e meios de subsistência, alijados por empreendedores imobiliários e burocratas em expropriações tão descaradas como as que um dia ocorreram nas regiões montanhosas da Escócia. Mais usuários da internet que em qualquer outro país, nenhum terror, bastante liberdade na vida privada; um aparato de vigilância moderno e eficiente, como nunca se viu. Para as minorias, ação afirmativa de mãos dadas com repressão política e cultural; para os ricos, todos os luxos e privilégios que a exploração pode comprar; para os fracos e desenraizados, migalhas ou nem isso; para os dissidentes, a mordaza ou a masmorra. Em meio ao conformismo ideológico formal – até que não de todo irreal –, energia social e vitalidade humana formidáveis. Emancipação e regressão não raro estiveram associadas no passado; mas não de modo tão vertiginoso como na China que Mao ajudou a criar e procurou evitar.

A apreciação de um processo histórico tão portentoso, ainda em seus estágios iniciais, está sujeita à falibilidade. Um tanto complexo para aqueles que o vivenciam, abarcá-lo com clareza na totalidade e chegar a uma síntese dialética talvez seja uma tarefa simplesmente impossível para o observador de fora. No Ocidente, mania e fobia da China alternam-se regularmente desde o Século das Luzes; no momento, o pêndulo oscila desta para aquela, em meio a uma nova onda de *chinoiserie* popular e erudita, não necessariamente mais esclarecida que a original. A contrapartida disso na China são modos recorrentes de atração pelo Ocidente e pelo chauvinismo do Grande Han. Uma mentalidade comparativa ponderada, muito difícil de alcançar, é a única salvaguarda contra tais tentações. Isso também vale para o futuro. As projeções de tendências futuras, otimistas ou pessimistas, ouvidas de tempos em tempos de seus cidadãos, quase sempre derivam de Taiwan ou de Singapura: provável

democratização, à medida que o padrão de vida e as expectativas políticas aumentarem, ou paternalismo autoritário *in perpetuo*, com uma fachada eleitoral. Nenhum dos dois é particularmente atraente. A democracia em Taiwan não foi consequência tanto de uma mudança gradual de disposição do KMT, e sim da necessidade de buscar um novo tipo de legitimação internacional, uma vez que os Estados Unidos deixaram de reconhecer a soberania da ilha. O regime monopartidário de Singapura assenta sobre um sistema de bem-estar social que só é tão bem-sucedido porque foi criado em função de uma cidade-Estado, não de um Estado de grandeza imperial. Pequim não necessita do primeiro, tampouco é provável que venha a reproduzir o segundo. Rumo a que horizontes está se deslocando o gigantesco junco da RPC, isso é algo que resiste ao cálculo, ao menos quando se utilizam os astrolábios ora conhecidos.

[1] Para os argumentos da primeira corrente, ver Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence: Europe, China and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, Princeton University Press, 2000), e Sugihara Kaoru, “The East Asian Path of Economic Development: A Long-Term Perspective”, em Giovanni Arrighi, Hamashita Takeshi e Mark Selden (orgs.), *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 Year Perspectives* (Londres, Routledge, 2003), p. 78-117; para uma ilustração da segunda, Jim Rowher, “When China Wakes”, Relatório Especial de *The Economist*, 28 nov. 1992; para exemplos da terceira, Chris Bramall, *Sources of Chinese Economic Growth, 1978-1996* (Oxford, Oxford University Press, 2000), e especialmente Lin Chun, *The Transformation of Chinese Socialism* (Durham, NC, Duke University Press Books, 2006).

[2] Ver o surpreendente estudo, com os respectivos gráficos, de Hung Ho-fung, “America’s Head Servant?”, *New Left Review*, Londres, n. 60, nov.-dez. 2009.

[a] Sistema de registro zonal dos cidadãos e unidades familiares na China, segundo o qual a concessão de benefícios sociais, bem como a autorização para se deslocar pelo território do país, entre outros, estão condicionadas à permanência no lugar de origem onde foi feito o registro. Assim, um camponês precisa de autorização para entrar em uma cidade, um cidadão pode ou não receber aposentadoria conforme viva no campo ou na cidade etc. É o principal instrumento de controle da migração interna na China. (N. T.)

[3] Para a mais lúcida análise recente da estrutura da economia, ver Joel Andreas, “Changing Colours in China”, *New Left Review*, Londres, n. 54, nov.-dez. 2008, p. 123-52; sobre o continuísmo no Partido, ver David Shambaugh, *China’s Communist Party: Atrophy and Adaptation* (Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 2008), que destaca sua capacidade de tirar lições do colapso do PCUS.

[4] As vicissitudes da velha e da nova classe operária chinesa são o assunto de uma obra-prima da sociologia: Ching Kwan Lee, *Against the Law: Labor Protests in China's Rustbelt and Sunbelt* (Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 2007).

O PARTIDO E SUA HISTÓRIA DE
SUCESSO: UMA RESPOSTA A “DUAS
REVOLUÇÕES”

Wang Chaohua

No início de seu ensaio “Duas revoluções”, publicado na *New Left Review* (NLR) há cinco anos^[a], Perry Anderson expôs como objetivo fornecer uma explicação do contraste entre os resultados históricos das revoluções comunistas russa e chinesa. Sua tentativa envolveria, segundo ele, uma reflexão em quatro níveis: agências revolucionárias originais, pontos de partida objetivos para a reforma, políticas escolhidas durante as reformas e suas consequências e determinantes histórico-culturais de longo prazo. O leitor poderia assim ser levado a esperar um tratamento simétrico das duas revoluções, mas não foi o que se seguiu: “Uma vez que a República Popular da China (RPC) sobreviveu à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e que seu futuro talvez constitua a principal incógnita da política mundial, o centro em torno do qual se ordenam as anotações seguintes será a China, tal como vista no espelho russo”, observou Anderson^[b]. Em outras palavras, a função do caso russo era ajudar a lançar luz sobre o caso chinês, não o contrário. A União Soviética fracassou, e seu fracasso poderia servir como testemunho do sucesso da RPC.

Essa não é a única assimetria em seu texto. A parte I, “Matrizes”, abrange, em nove páginas^[c], o período entre o fim do governo imperial e os primeiros trinta anos do governo do Partido Comunista em cada país. Em contraste, a parte II, “Mutações”, que trata das reformas do regime pós-revolucionário em cada sociedade a partir de um ponto, fixado no início da década de 1980, e a

parte III, “Pontos de ruptura”, enfocando as crises de 1987-1989 na China, contam com vinte páginas. A quarta parte, “O *novum*”, resume, em seis páginas, as principais interpretações do desempenho econômico da China nas últimas três décadas e o compara brevemente ao de outros países asiáticos – Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura.

Embora o ensaio comece com um olhar sobre o “impressionante contraste” atual entre os dois países, a distribuição de espaço deixa claro que o núcleo de “Duas revoluções” está em sua análise dos respectivos períodos iniciais de reformas na Rússia e na China, antes que as duas revoluções chegassem, ao mesmo tempo, a um momento de inflexão, no fim da década de 1980. Nem a União Soviética nem a Rússia figuram na última parte. O resultado histórico que requer explicação já está fixado, portanto, entre 1989 e 1991. Para Anderson, a base da história de sucesso da RPC foi lançada na primeira década da Era da Reforma, determinada por três características decisivas herdadas da Revolução Chinesa: um campesinato de espírito enérgico; uma liderança nacional capaz de manter suas habilidades estratégicas e a autoconfiança da Revolução original; e uma atitude criticamente confiante, como aquela demonstrada por Lênin e seus camaradas, diante tanto da cultura nacional quanto do mundo exterior.

Uma perspectiva comparativa pode lançar nova luz sobre um assunto que se tornou excessivamente familiar. Quando a comparação se estende por um século e abrange questões sociais, culturais, econômicas e políticas, ao mesmo tempo que se mantém atenta aos contextos internacionais, será um desafio lidar com tudo isso em menos de quarenta páginas. Mesmo se as considerações de espaço forem deixadas de lado, toda comparação tem seus limites, e a iniciativa de Anderson não é exceção. Ao comparar as duas revoluções comunistas com foco na década de 1980, por exemplo, vê a experiência de reforma da China, deflagrada três anos após a morte de Mao, num espelho russo de mais de três décadas (1953-1985), uma discrepância de periodização tão grande que inevitavelmente gera simplificação e má interpretação do

processo na China. Outro problema fundamental é a conexão precária entre a questão que ordena o ensaio – o resultado histórico da Revolução Chinesa, à luz da ascensão econômica da RPC no século XXI – e a resposta que ele oferece implicitamente – as três características distintivas enraizadas na Revolução e ainda visíveis na década de 1980. Elas realmente explicam a trajetória da China desde 1978? Podem oferecer um norte para prever o futuro do país? Em sua breve conclusão, olhando para os últimos vinte anos da experiência chinesa, Anderson deixa tais questões em aberto, aguardando novos desdobramentos.

Em minha resposta, enfocarei primeiramente algumas questões-chave levantadas pela comparação de Anderson das revoluções russa e chinesa, e então buscarei corrigir sua explicação sobre a entrada da China na Era da Reforma com uma análise mais detalhada de sua trajetória, defendendo que não são as características irrepreensivelmente positivas enraizadas na Revolução, mas sua desconsideração pelo Partido e até mesmo sua completa supressão, mais notoriamente no massacre da praça da Paz Celestial, que moldaram o caminho específico da ascensão da China na economia mundial hoje.

[a] O texto de Perry Anderson foi originalmente publicado como “Two Revolutions”, *New Left Review*, Londres, n. 61, jan.-fev. 2010, p. 59-96. A resposta de Wang Chaohua, como “The Party and its Success Story. A Response to ‘Two Revolutions’”, *New Left Review*, Londres, n. 91, jan.-fev. 2015. (N. E.)

[b] Ver, neste volume, p. 24. (N. E.)

[c] Da publicação original; o mesmo vale para outras referências desse tipo nesta seção do texto. (N. E.)

I.

ANATOMIA DA REVOLUÇÃO

1.

Tomando a definição do Estado como “o exercício do monopólio da violência legítima sobre determinado território” de [Max] Weber, Anderson argumenta que uma revolução política pode decorrer de uma quebra em qualquer um desses termos – monopólio, legitimidade ou território –, permitindo a derrubada de um regime existente e sua substituição por um novo. Uma vez que seu ensaio se estende às matrizes da Rússia tsarista e da China Qing no século XIX, Anderson poderia, com essa concepção, ter considerado a Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia e a Revolução Republicana de 1911 na China, que derrubaram esses dois longevos regimes imperiais. Ao omitir os levantes antidinásticos nos dois países, ele concentra a comparação nas revoluções lideradas por comunistas que as sucederam, mas diz pouco sobre o que as definia como comunistas, em oposição a outros tipos de mudança de regime. A palavra “comunismo” é usada alternadamente em maiúsculas e minúsculas^a, às vezes ironicamente. As ideologias dos partidos que fizeram essas revoluções e o tipo de formação do Estado que elas representavam, porém, não são especificados. Eles precisam ser considerados. De uma perspectiva internacional, estabeleceram duas formas bastante diferentes de “comunismo”, cujas forças e fraquezas teóricas, políticas e econômicas exigem sua própria avaliação histórica.

Do ponto de vista intelectual, os bolcheviques russos, sob a liderança de Lênin, envolviam-se ativamente no movimento internacional de trabalhadores havia muito tempo, participando de debates teóricos acalorados e desenvolvendo suas próprias estratégias para a tarefa organizacional de construir – em geral de maneira clandestina – um partido revolucionário moderno. Convencido de que o desenvolvimento de forças produtivas avançadas era uma pré-condição para o comunismo, o partido leninista via a maioria camponesa da Rússia com prudência, se não com vigilância, como um potencial bastião da produção mercantil pequeno-burguesa no campo que provavelmente seria um obstáculo ao objetivo de industrialização em larga escala. Esse compromisso ideológico permaneceu constante sob Stálin e seus sucessores. O stalinismo interpretava o marxismo mecanicamente e o implementou de forma violenta e dogmática em um programa de coletivização brutal e de industrialização forçada antes da guerra. Mais tarde, a industrialização em expansão e a crescente mecanização na agricultura tornaram-se políticas fundamentais na URSS. Como observa Anderson, mais de 80% da população vivia no campo em 1917, ao passo que, na década de 1980, a força de trabalho rural representava apenas 14% do total nacional.

2.

O preparo teórico e político dos bolcheviques era um patrimônio do qual os revolucionários chineses anti-Manchu, sob o comando de Sun Yat-sen, não tinham a menor ideia. Levaria mais uma década até que esses jovens chineses que se tornaram comunistas comesçassem a adquiri-lo, por meio da Terceira Internacional (Comintern). O apelo do marxismo e de seu desenvolvimento por Lênin sobre os líderes do Partido Comunista Chinês (PCC) como Mao Tsé-tung era duplo. O materialismo histórico ofereceu uma maneira de extrair sentido socioeconômico do longo passado do país e projetá-lo para a frente com um propósito para além de qualquer coisa que os chineses tivessem

imaginado até então. Ele diminuiu a ansiedade intelectual sobre o vácuo político-moral deixado pelo colapso da ortodoxia confuciana – sempre olhando para o passado como uma Era de Ouro – ao fornecer uma base confiável para as esperanças de um futuro melhor para o país que tinha visto a circulação de visões utópicas de literatos desde o período final da dinastia Qing, especialmente a “Grande Harmonia” de Kang Youwei. Ao mesmo tempo, o materialismo dialético e a teoria leninista do partido revolucionário pareciam fornecer o melhor conjunto de ferramentas teóricas para a estratégia revolucionária e a mobilização social moderna. Não resta dúvida sobre o desenvolvimento criativo dessa vertente por Mao, que produziu sua inovadora análise de classes da sociedade chinesa em 1926, seguida de muitos movimentos estratégicos brilhantes durante os anos de guerra.

O foco na mobilização social levou o PCC, desde o início, a identificar o campesinato chinês como uma força revolucionária de importância crítica e, depois, a dar prioridade a seu papel na luta de libertação nacional contra a ocupação militar estrangeira. A guerra de guerrilha de base camponesa contra os governos coloniais ou os tiranos domésticos se tornaria a marca registrada das rebeliões maoistas em todo o mundo, rompendo os limites teóricos estabelecidos do movimento comunista internacional. A abordagem teve, porém, suas desvantagens. Uma vez estabelecida a RPC, a primeira geração de líderes e quadros do PCC esteve sempre atenta à sociedade rural, embora isso não signifique que eles a protegessem socialmente. A zona rural foi sistematicamente explorada para o desenvolvimento industrial, e deu-se pouca atenção efetiva aos desafios de transformar a vasta população camponesa da China em uma classe trabalhadora urbana. Nem a análise econômica do capitalismo moderno e suas contradições internas, nem o inescapavelmente longo e sinuoso caminho da mobilização social imediata para um futuro definitivo de igualdade e abundância figuraram entre as principais preocupações de Mao depois que o PCC assumiu o poder. Ao fim da primeira década da RPC, ele lançou o país no Grande Salto para a Frente, uma tentativa

ilusória de emular o desenvolvimento industrial do Reino Unido e dos Estados Unidos, buscando às cegas conduzir a China diretamente ao comunismo por meio apenas de seus próprios esforços. Nos últimos anos de sua vida, ele levou ao extremo o culto à autossuficiência na Revolução Cultural, organizando a sociedade chinesa em unidades protomilitares e concebendo a igualdade social em um espírito mais próximo de um nivelamento primitivo, pré-capitalista, que de um comunismo avançado, pós-industrial. Foi como se o fracasso do Grande Salto para a Frente tivesse desiludido Mao da ideia de alcançar seus objetivos por meio do desenvolvimento econômico. Com a Revolução Cultural, ele desviou sua imaginação utópica do materialismo histórico, em uma direção que era o completo oposto de tudo o que é moderno. Suas visões do futuro, se comparadas ao legado dos debates bolcheviques, eram inferiores em termos de qualidade intelectual, e os experimentos aos quais elas levaram foram desastrosos em sua conclusão.

3.

Anderson observa que, em sua origem, “a emergente URSS não fez nenhuma conclamação ao orgulho patriótico ou à construção nacional. Seu apelo era internacional: dirigia-se à solidariedade do movimento operário mundial”^[b]. Como o impacto externo das duas revoluções pode então ser comparado? Os Estados que elas criaram, pertencentes a um movimento político comum, tinham ambos uma dimensão internacional inerente. Por outro lado, as duas guerras mundiais levaram os dois partidos a reconhecer o apelo do nacionalismo. Para o PCC, isso significava a adaptação às realidades sociais da sociedade local e a proteção de sua própria independência nacional no interior de uma aliança garantida por obrigações assumidas internacionalmente. Para o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que lutava contra Hitler sob o comando de Stálin, era hora de dissolver a Comintern e restabelecer o patriotismo russo. Isso teve implicações mais amplas que vencer a guerra.

Quando a vitória do Exército Vermelho sobre o Terceiro Reich trouxe a maior parte da Europa Oriental ao campo socialista, esses países não se juntaram à URSS como repúblicas socialistas soviéticas adicionais, mas formaram seus próprios Estados nacionais.

Nos anos da Guerra Fria, os dois Estados comunistas forneceram apoio moral e material aos movimentos de camaradas em outros países. A União Soviética ajudou a sustentar e equipar a Revolução Vietnamita. Permitiu que Cuba sobrevivesse a um bloqueio estadunidense a milhares de quilômetros de distância da costa soviética, enquanto Cuba, por sua vez, ajudava nas lutas de libertação nacional da África sob dominação portuguesa. A existência da URSS forneceu uma gama de escolhas alternativas – domésticas e diplomáticas – para nações menores que eram recém-independentes ou ainda lutavam pela descolonização. Do ponto de vista socioeconômico, em vez de um conjunto fixo de políticas econômicas do tipo imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a União Soviética ofereceu um modelo que incluía indústrias nacionalizadas em setores estratégicos, juntamente com programas de provisão pública e universal de educação, habitação e saúde, e transmitia uma ideologia de valorização das massas trabalhadoras como a principal força da sociedade. Ajuda material considerável frequentemente acompanhava isso. O modelo não produziu casos espetaculares de decolagem econômica, como ocorreu com alguns países sob proteção dos Estados Unidos, mas contribuiu para a recuperação econômica em muitas nações recém-independentes, muitas vezes em ruínas após a devastação causada pela guerra. A jovem RPC da década de 1950 foi um desses exemplos.

Em oposição a tudo isso, no fim da Segunda Guerra Mundial, a URSS não concedeu qualquer autonomia aos Estados da Europa Oriental ocupados pelo Exército Vermelho, reduzidos a satélites soviéticos. Suas sucessivas intervenções militares na Alemanha Oriental, na Hungria e na Tchecoslováquia foram atos de inequívoca repressão. Além disso, o PCUS procurou impor sua liderança sobre todo o movimento comunista internacional, exigindo dos partidos

fraternos obediência e tentando intimidar aqueles que resistiram a isso – o da Iugoslávia na época de Stálin, o da China na época de Khrushchov. Não há dúvida quanto ao peso do hegemonismo soviético no “campo socialista” da alta Guerra Fria.

Após a vitória da revolução, a China também estendeu abundante apoio político e material a outros movimentos comunistas, em particular em dois países vizinhos, Coreia e Vietnã. Para atingir além dos vizinhos imediatos, porém, sua influência geralmente dependia da força de seu exemplo, não da imposição de sua vontade. Quando a cisão sino-soviética do início da década de 1960 viu uma reação em cadeia de divisões no interior dos movimentos de esquerda em todo o mundo, com muitos partidos recém-formados se intitulando “maoistas”, o PCC não fez nenhuma tentativa de reuni-los em uma organização mundial ou em um movimento maoista globalmente coordenado. As posições gerais do Partido, que enfatizavam a libertação nacional, a autossuficiência agrária e a revolta contra a desigualdade social e internacional, podiam ser detectadas sob a superfície de sua eventual cooperação semiclandestina com partidos irmãos do exterior. No entanto, a RPC evitou empunhar abertamente uma bandeira maoista de solidariedade internacional em sua política externa oficial. O Partido e o Estado funcionavam em duas camadas. O que estava sob a superfície nunca chegou a vir totalmente às claras.

4.

Em seus últimos anos, Mao afirmaria que não havia diferença essencial entre o papel desempenhado pela União Soviética nas questões internacionais e aquele desempenhado pelos Estados Unidos, duas superpotências disputando uma hegemonia idêntica. Essa afirmação nunca foi totalmente convincente. A posição ideológica da URSS era muitas vezes bastante distinta e, na verdade, diametralmente oposta à dos EUA. Durante a Guerra Fria, a União Soviética contrabalançou ativamente o poder supremo dos Estados Unidos, tendo desde

o primeiro dia transformado o Conselho de Segurança das Nações Unidas em um campo de batalha, no qual, entre 1946 e 1972, exerceu seu direito ao veto 112 vezes – muito mais que os próprios Estados Unidos. A partir de então, seu uso do veto caiu drasticamente, e, nos termos de Anderson, “os alentos do internacionalismo”^[c], que ainda existiam sob Khrushchov, diminuíram sob o brejnievismo. Ainda assim, uma influência indireta da URSS podia ser sentida mesmo em países e movimentos muito distantes do “campo socialista”. Basta considerar os bem-sucedidos processos de democratização na Coreia do Sul e no Brasil na década de 1980, ambos em grande parte baseados na mobilização da classe trabalhadora em ondas de greve de grande escala. Desde a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria, não vimos nenhum movimento comparável de militância política com essa origem. Os protestos de trabalhadores não desapareceram, mas seus objetivos geralmente são limitados: defender níveis salariais ou benefícios sociais, sem qualquer horizonte de transformação política. A ameaça de um “Estado operário”, de qualquer tipo, não existe mais.

No plano internacional, a RPC distinguiu-se propondo os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, aceitos em 1955 pela Conferência Afro-Asiática em Bandung. Tudo isso, porém, desmoronou quando a guerra da fronteira sino-indiana eclodiu em 1962. Depois que a China conseguiu ingressar na ONU, o desempenho da RPC nesse âmbito não melhorou. Poucos meses depois de Pequim tomar seu assento no Conselho de Segurança, Mao recebeu Nixon em Zhongnanhai. O nacionalismo cínico por trás dessa súbita mudança de linha era inconfundível, e, embora os apelos oficiais à revolução tenham persistido durante toda a vida de Mao, a RPC logo se mostrou incapaz de lutar diplomaticamente por justiça e igualdade internacionais. O país usou seu veto apenas quatro vezes até o fim do século – duas vezes em 1972 e duas vezes no fim da década de 1990, para punir Taiwan e seus partidários bloqueando missões de paz da ONU na Guatemala e na Macedônia ^[1]. Durante o quarto de século que separa essas intervenções, sob Mao e Deng, o país se manteve discreto.

No novo século, a ascensão da China em direção à posição de superpotência atua como contrapeso à predominância comercial estadunidense e oferece algum espaço diplomático de manobra às nações da América Latina e da África. Entretanto, a RPC não procura ser nem é vista como modelo alternativo de sociedade, como foi a URSS. A China apresenta-se como um poder que, com louvor, evita o hegemonismo, mas, com maior frequência, sua abstenção assume a forma de condescendência com a hegemonia existente – em relação à Guerra do Iraque, para dar apenas um exemplo – ou de busca de um estreito interesse próprio – como no Sudão –, e suas relações com os países do Terceiro Mundo permanecem estritamente instrumentais. A impressão deixada por seu registro diplomático é a de um egoísmo tacanho. O orgulho nacional, fazendo coro ao chauvinismo do Grande Han, aumentou rapidamente com o crescimento econômico, mostrando-se opressivo aos povos minoritários domésticos e agressivamente assertivo ao lidar com os Estados vizinhos. Nas disputas com vários países do Sudeste Asiático no mar do Sul da China, as autoridades locais tomaram emprestado abertamente um antigo termo estadunidense para criticar potências estrangeiras por se intrometerem no “quintal da China”. Por outro lado, no novo século, a China se uniu à Rússia três vezes ao usar seu poder de veto para bloquear resoluções referentes a Mianmar (2007), Zimbábue (2008) e Síria (2011). É isso que resta do legado internacionalista das duas revoluções.

Uma das razões pelas quais Perry Anderson não tenta considerar os diferentes fundos ideológicos e os impactos internacionais das duas revoluções em seu relato é que, nas poucas ocasiões em que aborda a ideologia em sua discussão – observações sobre o grande chauvinismo russo ou as esperanças maoistas de eliminar as “três [grandes] diferenças” –, ele presta maior homenagem às vertentes intelectuais (representadas a seus olhos por Lênin, na Rússia, e Lu Xun, na China) que buscavam visões novas e criativas da política por meio de ataques impiedosos sobre suas próprias culturas tradicionais, lançando mão de recursos de todas as direções possíveis – e não menos de

apropriações críticas do Ocidente. Estas, no entanto, eram ideias ou posições relacionadas a questões da “modernidade”, noção que nunca foi realmente significativa para o movimento operário clássico, cuja perspectiva, definida pelo contraste marcante entre capitalismo e socialismo, sempre foi reivindicada tanto pelo PCUS como pelo PCC.

[a] Apenas na publicação original. (N. E.)

[b] Ver p. 26 deste volume. (N. E.)

[c] Ibidem, p. 48. (N. E.)

[1] “Anexo III” ao relatório A/58/47 da Assembleia Geral da ONU. A China vetou a entrada de Bangladesh e se juntou à URSS para barrar uma proposta de resolução sobre o Oriente Médio em 1972.

II. CAMINHOS PARA A REFORMA

1.

Quando considera a situação histórica que levou a reformas, na década de 1980, tanto na RPC como na URSS, Anderson opta por se concentrar em três questões: a estagnação econômica ou o impasse político que motivou a iniciativa de reformar; o modo como se tratou o legado do ditador revolucionário em cada país; e o caráter dos líderes que iniciaram as respectivas reformas. Tal abordagem deixa sem resposta questões importantes sobre a profunda transformação na economia da China. Consideremos primeiro o quadro comparativo que ele traça dos dois países.

Uma dificuldade óbvia na comparação é que a conexão entre o ditador revolucionário e a liderança da reforma foi muito diferente nos dois países. Se as reformas chinesas foram de fato uma reação rápida à Revolução Cultural após a morte de Mao, os desastres da década de 1930 sob Stálin não representaram um impulso comparável para o programa de Gorbatchov. Da mesma forma, seria provavelmente exagerado criticar Khrushchov por não reformar a Gosplan a tempo, levando-a a se fossilizar pelos vinte anos seguintes. O tratamento dado por Anderson às crises imediatamente anteriores às reformas em cada caso também é desequilibrado. De acordo com ele, na URSS havia estagnação econômica agravada pela burocratização política e pelo esvaziamento intelectual do PCUS, enquanto na RPC havia a Revolução

Cultural, cujos custos políticos faziam aumentar a desilusão popular e o descontentamento social. Sua análise diz pouco sobre o impacto da Revolução Cultural no interior do próprio Partido e silencia quase completamente sobre os sacrifícios que ela impôs à economia chinesa.

Isso está em marcante contraste com a justificativa oficial dada pelo PCC para a reforma na época, quando sua liderança coletiva sustentou que – nas palavras do sucessor designado por Mao, Hua Guofeng, em fevereiro de 1978 – a economia nacional estava “à beira de um colapso total” ^[1]. A economia chinesa registrou crescimento ano a ano entre 1966 e 1976. No entanto, não apenas seu ritmo foi mais lento que entre 1953 e 1966 ou entre 1977 e 1982, como a agricultura fez a aposta mínima em necessidades alimentares, e a indústria leve ficou muito atrás da indústria pesada – orientada para projetos de infraestrutura e produção militar, em consonância com a política de Mao de “preparar-se para a guerra” com uma “terceira linha” de indústrias de defesa espalhadas pelas províncias do interior. Na década da Revolução Cultural, a população total da China cresceu quase 30%, enquanto a produção de tecidos de algodão, apenas 20% (os tecidos sintéticos eram ainda uma raridade, mesmo em Pequim); e, embora a produção de grãos tenha aumentado ao longo desses anos, o consumo *per capita* caiu abaixo do nível de 1952 ^[2]. A questão crítica, em todo caso, não é se houve crescimento nominal do PIB. Por essa medida, a União Soviética ainda cresceu até 1986, quando Gorbatchov lançou sua *perestroika*, e não teria sido considerada em crise econômica. Na época, a RPC tinha, na realidade, uma economia artificialmente mantida em um nível muito inferior a sua capacidade produtiva real, especialmente na agricultura e nos setores industriais leves, sob a pressão da utopia primitivista de Mao e das prioridades de defesa nacional.

2.

O sistema econômico instalado por Mao durante a Revolução Cultural tinha uma estrutura muito diferente do complexo de planejamento central da União Soviética. Anderson destaca esse contraste, mas a análise que faz dele é equivocada e excessivamente positiva. Embora, como observa, os planejadores centrais em Pequim fixassem os preços de apenas 1% dos itens sujeitos às diretrizes da Gosplan em Moscou, isso não significa que houvesse um sistema de trocas mercantis mais vivo na China. Do mesmo modo, quando Mao implementou a descentralização econômica, isso não deixou aos “governos locais maior margem de iniciativa”^[a]. A realidade é que, após o caótico período inicial na Revolução Cultural, mais ou menos entre 1966 e 1969, o impulso básico da política econômica na China foi um esforço sustentado para conter trocas de mercado de qualquer tipo e reprimir tanto quanto possível todo tipo de atividade comercial. As “Escolas de Quadros Sete de Maio”, instituições protomilitares para funcionários do Estado, foram a inovação típica da época. Elas derivaram em parte das Comunas Populares, datadas do período do Grande Salto para a Frente, e foram projetadas para se enquadrar em uma estrutura na qual todas as unidades de trabalho e todas as províncias do país alcançariam a autossuficiência local completa e entregariam às autoridades centrais toda a produção excedente, que serviria a projetos nacionais (em vez da redistribuição para consumo nacional, como na URSS e no Bloco do Leste). Variados cupons para cotas de suprimentos rotineiros eram distribuídos aos residentes urbanos pelos governos locais, sem circulação através das fronteiras provinciais ou mesmo dos limites dos municípios.

Mesmo em projetos especiais de larga escala patrocinados pelo governo central, como campos petrolíferos recém-explorados, os funcionários eram encorajados (ou obrigados) a se organizar em unidades de estilo militar para, além de cumprir suas atribuições formais de trabalho, produzir grãos e hortaliças, a fim de alcançar a autossuficiência e reduzir a dependência de trocas comerciais além dos limites regionais. O mesmo aconteceu com o Exército Popular de Libertação (EPL). Em seus regimentos, oficiais e soldados

eram convocados a instalar fazendas ou mesmo pequenas plantas industriais para total autossuficiência em suprimentos. Na zona rural, os camponeses – todos pertencentes às Comunas Populares locais a essa altura – recebiam pequenas parcelas de “terra para automanutenção” (*ziliudi*), nas quais podiam plantar hortaliças ou criar um pequeno número de galinhas, cabras ou porcos. Os produtos cultivados ou os animais criados em tais lotes eram, no entanto, considerados potenciais “germens do capitalismo” caso excedessem o consumo de subsistência e entrassem no mercado, um perigo a ser enfrentado com atenção. Os mercados rurais regulares, uma forma vibrante de atividade econômica local ao longo da história da China, não puderam ser totalmente suprimidos; ainda operavam em graus variados nas províncias durante a Revolução Cultural, mas em condições recessivas em razão da falta tanto de vida comercial em geral como do comércio de longa distância entre as províncias.

O controle dessa ordem econômica pelo governo central era duplo. Do lado burocrático, certos órgãos do governo mantidos dos tempos pré-Revolução Cultural continuaram com o planejamento central, de acordo com o qual as cotas para “excedentes” agrícolas e lucros industriais eram arbitrariamente determinadas e extraídas. Os fundos para o próximo ciclo da produção eram então canalizados de volta para os governos locais e as empresas industriais por meio de ferramentas orçamentárias. A tomada de decisões, porém, estava ao mesmo tempo sujeita a todo tipo de capricho político e ideológico. O antigo sistema, embora ainda em funcionamento, era considerado suspeito e tornou-se semiparalisado, deixando as atividades econômicas suscetíveis à manipulação por facções, especialmente quando os produtos não eram insumos de necessidade imediata para as indústrias pesadas estratégicas. As metas de produção eram estabelecidas de forma tão errática que às vezes uma súbita escassez de determinados produtos tinha de ser amenizada por meio de uma “campanha” de produção visando alcançar a demanda real. Esses casos incluíam lavatórios para áreas sem água encanada ou canos de

chaminés antes do inverno. A descrição que Anderson faz do panorama sombrio que confrontava a liderança soviética quando Brejnev enfim expirou poderia ser aplicada, ponto a ponto, aos principais setores industriais da China no momento em que Mao faleceu: “A produtividade do trabalho estagnou; a relação capital/produto piorou; o maquinário obsoleto não foi transformado em sucata; as novas tecnologias de informação não foram assimiladas”^[b]. A mistura de imposição central e autossuficiência local no nível de subsistência criou uma estrutura incoerente, distinta de qualquer forma de comunismo já imaginada.

3.

Em abril de 1976, numa reviravolta do entusiasmo generalizado de 1966, jovens desiludidos foram à praça da Paz Celestial protestar contra o centro de poder político que se agrupara em torno de Mao. Grandes multidões se reuniram lá, cantaram, proferiram e ouviram discursos e afixaram cartazes políticos no Monumento aos Heróis do Povo – condenando abertamente o Bando dos Quatro, liderado pela esposa de Mao, Jiang Qing, lamentando a morte de Zhou Enlai e expressando apoio a um aliado dele, Deng Xiaoping. Mao não poderia deixar isso passar despercebido e despachou Deng, que ele mesmo havia convocado de volta do exílio interno para ajudar a administrar a economia. Pouco depois, fez de Hua Guofeng, um insípido funcionário de nível intermediário do partido, seu sucessor. Então, um mês após a morte de Mao, em setembro de 1976, um golpe militar derrubou o Bando dos Quatro, e a Revolução Cultural acabou.

Esses eventos condicionaram a forma como o Partido lidou com a imagem de Mao depois de sua morte. Com o fim da Revolução Cultural, viu-se um esforço concertado, no discurso oficial, para separar Mao do Bando dos Quatro. Para esse fim, Hua, como seu sucessor designado, trabalhou em estreita colaboração com a Velha Guarda do Partido, que ficou conhecida

como os “Oito Imortais” no fim da década de 1980. Os dois lados também concordaram que era hora de o partido transferir suas prioridades da luta de classes para as tarefas de modernização econômica. A insistência de Hua em manter o culto de Mao, no entanto, frustrou as exigências dos Anciãos. A mudança veio no fim de 1978, quando Chen Yun, um proeminente Ancião, lançou um ataque contra Hua, prolongando para cinco semanas uma conferência de trabalho marcada para durar quinze dias. Com apoio popular, a reunião conseguiu reverter o veredito oficial sobre o protesto de 1976 na praça da Paz Celestial, abrindo caminho para o retorno total de Deng ao poder. Este proferiu um discurso de encerramento da conferência que incluiu dois pronunciamentos impressionantes. Declarou, em primeiro lugar, que a democracia era imperativa para a campanha de libertação do pensamento em curso a fim de orientar o caminho da China para a modernização e, depois, que a unidade ecumênica deveria ter prioridade em relação aos esforços para esclarecer os erros do passado [3]. Não havia necessidade de examinar, por exemplo, o histórico de Mao como líder. Para Deng, ambas as afirmações eram movimentos táticos, e não posições baseadas em princípios, como a década de 1980 mostraria.

Algumas semanas após o encontro, estabeleceram-se relações diplomáticas com os Estados Unidos e, em janeiro de 1979, Deng embarcou em sua histórica visita ao país. No mês seguinte, a China lançou um ataque surpresa ao Vietnã, em uma dispendiosa guerra de fronteira. Enquanto isso, a polícia isolou o Muro da Democracia e cercou seus ativistas. Wei Jingsheng, o principal dissidente a pedir a democratização e advertir às pessoas que Deng era um “novo ditador”, foi condenado a quinze anos de prisão com base em acusações forjadas. No fim de março, um dia depois de Wei ser levado, o Partido tornou públicos quatro “princípios cardeais” – a liderança do partido, a orientação pelo pensamento marxista-leninista-maoista, a ditadura do proletariado e o socialismo – cujo conteúdo não podia ser questionado nem discutido e que foram usados para punir qualquer dissidência política.

Foi após essa sequência de eventos que Deng e seus colegas prepararam os julgamentos públicos para punir exemplarmente Jiang Qing e seus aliados e a resolução oficial do PCC sobre Mao e a Revolução Cultural, ambos entre 1980 e 1981. A essa altura, a maioria das massas, ainda sob estrita vigilância ideológica, aceitara – passiva ou ativamente – a separação discursiva entre Mao e seus subordinados, que era central para a retrospectiva do Partido sobre o Grande Timoneiro. Anderson contrasta a resolução formal sobre Mao com o discurso secreto de Khrushchov condenando Stálin. A pobreza deste último, porém, não é prova da excelência do primeiro. É verdade, como Anderson diz, que a resolução de 1981 aceitou a responsabilidade coletiva do partido pela Revolução Cultural, mas o fez apenas em termos bastante vagos. Não menos vaga foi a conclusão arbitrária de que Mao era 70% grande revolucionário e 30% déspota errático. O relatório foi principalmente um produto da *realpolitik* interna, que bloqueou qualquer reflexão crítica real sobre a memória de Mao ou sobre o partido sob sua liderança.

Juntando as peças, é mais correto dizer que Deng e seus camaradas fizeram uma sequência clássica de movimentos para consolidar um controle inicialmente precário do poder que haviam reconquistado: entre 1976 e 1978, reavivar a repulsa popular às tiranias dos últimos anos da Revolução Cultural para poder voltar ao centro; entre 1978 e 1979, eliminar as iniciativas perigosas que demandavam democracia real e desafiavam a própria legitimidade de Deng; em 1979, exaltar o apoio patriótico inventando um perigo vindo do Vietnã; e, finalmente, conclamar o país a “unir-se e olhar para a frente” (*tuanjie yizhi xiang qian kan*) – um lema oficial expressamente voltado contra aqueles que acreditavam que a memória importava, mais tarde motivo de piada popular no trocadilho *xiang qian kan* (“procurar dinheiro”).

[1] Para a formulação de Hua (濒临崩溃 / *binlin bengkuì*), ver o artigo-síntese de Chen Donglin “Wenhua Dageming Shiqi Guomin Jingji Zhuangkuang Yanjiu Shuping” [Resumo crítico da pesquisa sobre o Estado da economia nacional durante a Revolução Cultural], *Dangdai Zhongguo Shi Yanjiu*, n. 2,

2008. Essa formulação foi preservada na posição oficial do partido sobre a Revolução Cultural na década de 1980.

[2] Consequência, em parte, da exportação de grãos alimentícios para pagar insumos estrangeiros para as indústrias pesadas. Para os dados, ver Chen Donglin, “Wenhua Dageming Shiqi Guomin Jingji Zhuangkuang Yanjiu Shuping”, cit.

[a] Ver, neste volume, p. 44. (N. E.)

[b] Ibidem, p. 39. (N. E.)

[3] Ver o discurso de Deng Xiaoping “Libertar o pensamento, buscar a verdade, unir e olhar à frente” [13 de dezembro de 1978], em Yang Shengqun e Chen Jin (orgs.), 历史转折 1977-1978/ *Li shi zhuan zhe, 1977-1978* [Virada histórica, 1977-1978] (Pequim, SDX, 2009).

III.

PRAÇA DA PAZ CELESTIAL: ANTES E DEPOIS

1.

Anderson insinua que foi a visão clara e a vontade firme dos Anciãos que, bem ou mal, estabeleceram as diretrizes para a Era da Reforma. Será, porém, que os acontecimentos na China na década de 1980 foram moldados principalmente pelos veteranos de guerra da revolução original, que não tinham perdido suas habilidades estratégicas nem a autoconfiança? Se sim, até que ponto essas habilidades foram usadas? Uma maneira de ler o texto de Anderson levaria a crer que a repressão sangrenta de manifestantes pacíficos em 1989 foi um acontecimento inevitável, embora lamentável, na saga de reformas bem-sucedidas, mesmo que Deng infelizmente tenha mudado de rumo três anos depois, descartando qualquer distinção entre capitalismo e socialismo em 1992 – o lado negativo do regime do PCC pôde ser reconhecido mais prontamente depois disso. Contra tal visão, nossas primeiras questões serão as seguintes: qual foi o caráter político do caminho de reformas de Deng na década de 1980? Se ainda estava apegado ao socialismo à época, como ele pôde dar uma guinada com tanta ligeireza em 1992?

Vimos que a principal força a impulsionar as mudanças após a morte de Mao foi uma reação contra a Revolução Cultural. No entanto, isso nunca foi apresentado como uma revolta contra o socialismo. Tanto no discurso oficial como no entendimento popular, a Revolução Cultural foi tratada como o

socialismo que deu errado. Do ponto de vista econômico, a revolução socialista não significava manter as pessoas na pobreza. Do ponto de vista político, ela prometia a emancipação em vez da tirania demagógica exercida pelo “Bando dos Quatro”. Em um movimento pela “libertação do pensamento”, os apelos à democracia socialista na imprensa ao mesmo tempo encorajaram ativistas e beneficiaram Deng em suas lutas pelo poder dentro do Partido. Uma vez que o ambiente internacional já não era tão hostil à China como nas décadas de 1950 e 1960, e quadros do partido – ainda não corrompidos – seguiam capazes de implementar diretivas, essa deveria ter sido a oportunidade ideal para o PCC experimentar um socialismo genuíno, com apoio popular e toda uma geração de jovens ansiosos por participar.

Se a liderança do PCC estivesse realmente enraizada nas tradições revolucionárias, teria reconhecido a necessidade de um debate aberto sobre as lições a serem tiradas da Revolução Cultural e sobre o propósito essencial de uma revolução socialista. Teria sido ávida por encontrar maneiras de garantir às massas o acesso à participação política institucionalizada. Não teria explorado as memórias do caos da Guarda Vermelha para censurar todo tipo de movimento social vindo de baixo. Infelizmente, fracassou em todos esses testes. Com uma popularidade muito maior e um risco muito menor de crise política no início da Era da Reforma do que tinha Gorbatchov em 1986, Deng Xiaoping e seus companheiros anciãos estavam determinados a não deixar que as esperanças de reformas políticas ameaçassem seu próprio poder – se necessário, revertendo as mudanças para melhor que eles próprios haviam introduzido, ou permitido, a fim de preservá-lo. A habilidade estratégica e a confiança que mostraram serviram aos interesses do partido como um detentor do poder, e não aos das pessoas e da sociedade a que a revolução original propunha servir.

Os primeiros sinais disso vieram cedo. O protesto popular de 1976 foi decisivo para facilitar o retorno de Deng ao poder após a morte de Mao. Logo após sua restauração oficial, porém, Deng fechou o Muro da Democracia, que

se mostrou vivo demais para o seu gosto. Em 1982, a Constituição foi revisada para eliminar dispositivos que garantissem às massas o direito de iniciar debates públicos e pregar jornais-murais (*dazibao*) em espaços públicos, supostamente à luz das terríveis lições da Revolução Cultural. Essas medidas não foram implementadas com determinação até o verão de 1989, mas já estava claro que a liderança do Partido não tinha interesse em diferenciar a violência da Guarda Vermelha nos primeiros anos da Revolução Cultural das garantias do direito das massas à autoexpressão política.

No entanto, o discurso democrático permaneceu importante para Deng em sua tentativa de consolidar o poder. Em junho de 1979, Hua Guofeng – no papel, presidente do Partido na época – declarou no Relatório de Trabalho do Governo Central à II Reunião do V Congresso Nacional do Povo: “Para garantir que, no futuro, não haja mais brechas no sistema político de nosso país que possam ser exploradas por conspiradores como Lin Biao e o Bando dos Quatro, é urgente fortalecer a democracia socialista e o sistema legal socialista” [1].

Hua acrescentou:

A democracia socialista ou democracia popular significa que o povo como um todo, desfrutando de várias formas de propriedade e usufruto dos meios de produção, tem o direito primordial de administrar o Estado. Este é o princípio político inabalável de um sistema socialista. Trair esse princípio fundamental é destruir a essência de um Estado socialista. [2]

Nessa reunião, foi aprovada uma nova legislação eleitoral que regia a representação nos Congressos do Povo locais, para os quais foram realizadas novas eleições em 1980. Uma onda de campanhas eleitorais varreu os principais *campi* universitários nas grandes cidades, e logo candidatos autoproclamados, opondo-se aos candidatos do Partido apesar da constante obstrução, ganharam assentos distritais em Xangai e Pequim. Na esfera teórica, vários quadros intelectuais do PCC e acadêmicos começaram a discutir a relevância do conceito de alienação de Marx sob o socialismo, introduzindo temas clássicos do humanismo de sua juventude no contexto chinês. O ponto

de referência imediato deles era claramente a Revolução Cultural, e sua pergunta subjacente era o propósito moral de uma revolução socialista. Com o apoio de alguns funcionários do alto escalão, artigos sobre esses temas foram publicados durante dois ou três anos no *Renmin Ribao* [Diário do Povo] e no *Guangming Ribao* [Diário Claridade]. Esse desenvolvimento, no entanto, foi o sinal para uma reação oficial. Aumentando o alarme, os mesmos cães de guarda do Partido que haviam insistido com sucesso na abertura econômica a investimentos ocidentais, enfrentando a oposição de Hua Guofeng, trouxeram Deng para seu lado, publicando nos principais jornais do PCC ataques violentos aos intelectuais. Em 1983, uma campanha contra-“liberal” evoluiu para uma repressão policial mais ampla à “poluição espiritual”, conspurcando deliberadamente as concepções liberais de debate como vícios sociais. Os principais participantes da discussão sobre a alienação foram afastados de suas posições-chave na propaganda. Depois disso, as pesquisas teóricas coletivas – algo de que Deng nunca gostou – tornaram-se muito mais difíceis ^[3].

2.

O assunto da sucessão tornou-se outro sinal da direção em que o Partido estava se movendo. Ao contrário da impressão dada por Anderson, o PCC debateu-se desajeitadamente com essa questão. Desde a morte de Lin Biao em 1971, houve um crescente entendimento – acompanhado de frustração – de que Mao havia mergulhado a China em uma crise como consequência de sua incapacidade de encontrar um sucessor confiável. Depois que Mao morreu, tornou-se um consenso que a raiz do problema foi sua rendição a um culto à personalidade, que culminou na Revolução Cultural. No início da Era da Reforma, portanto, a ênfase estava na liderança coletiva no Partido e no Estado de direito em geral. A liderança máxima do PCC e do Estado foi simplificada, e os limites de idade para a aposentadoria, fixados para várias categorias de

postos oficiais, com esquemas de garantia de benefícios para reduzir a resistência à mudança.

Desde a morte de Mao até 1989, porém, os Anciãos removeram três líderes máximos em treze anos: Hua Guofeng (1976-1981), Hu Yaobang (1981-1987) e Zhao Ziyang (1987-1989). Hua renunciou sob pressão popular e interna, uma partida amplamente acolhida pela sociedade chinesa. Se sua destituição representou o adeus do Partido a seu passado, as saídas de Hu e Zhao demonstraram sua incerteza e dificuldade para seguir em frente. O procedimento de sucessão regularizado que agora estabelece novos recrutamentos uma vez a cada década só foi estabelecido bem depois do massacre da praça da Paz Celestial em 1989. Seu significado político deve ser compreendido em conexão com as lutas da década de 1980.

Quando Hua Guofeng sucedeu Mao como líder máximo, ele ocupou três cargos. Era simultaneamente o presidente do Partido e da Comissão Militar Central do Partido, além de primeiro-ministro do país. Cinco anos depois, ele foi deposto por uma ação conjunta dos Anciãos e seus aliados mais jovens, sustentados por apoio popular. Depois que Hua deixou o cargo, o Partido mudou o título de seu cargo máximo de “presidente” para “secretário-geral”, e o Estado tinha agora um presidente e um primeiro-ministro. Os quatro cargos máximos no Partido, no Estado e no Exército também foram atribuídos a pessoas diferentes ^[4]. Nenhum dos Anciãos assumiu o cargo de secretário-geral. Duas figuras relativamente mais jovens foram promovidas. Hu Yaobang tornou-se secretário-geral do Partido, e Zhao Ziyang, primeiro-ministro. Porém, depois da saída de Hua, Deng ocupou – de modo decisivo –, durante a década de 1980, o posto de presidente da Comissão Militar Central, o que lhe garantia a palavra final sobre questões controversas.

Uma vez que o poder estava assegurado em suas mãos, no entanto, os Anciãos se tornaram menos interessados numa liderança coletiva proceduralmente condicionada. Do ponto de vista de Deng, Hu Yaobang fora indulgente sem necessidade – de modo até irritante – com os defensores

do humanismo e os estudantes que exigiam direitos democráticos. Em 1987, Hu sofreu críticas intensas por “violiar o princípio de liderança coletiva do Partido” e foi forçado a renunciar. No entanto, sua renúncia foi “aceita” sem qualquer reunião do Comitê Central, o que era exigido pela Constituição do PCC [5]. As mensagens contraditórias do episódio revelaram tanto a determinação dos Anciãos de não perder o controle do poder político como a pressão persistente por reformas políticas às quais eles – especialmente Deng – se sentiam obrigados a prestar atenção.

Na crise do verão de 1989, os Anciãos mudaram de direção novamente. Após a repressão sangrenta do protesto popular liderado por estudantes, Zhao Ziyang, que havia sido secretário-geral por apenas dois anos, foi destituído de todos os seus cargos por “rachar” o partido, embora não houvesse maioria contra ele em seu Comitê Permanente nem o Comitê Central tivesse votado por isso – o “princípio da liderança coletiva” agora significava apenas a vontade dos Anciãos. Jiang Zemin, secretário do Partido em Xangai que demonstrara disciplina rígida ao fechar uma revista liberal dois meses antes, foi convocado a Pequim para se tornar o novo secretário-geral, e o secretário do Partido no Tibete, Hu Jintao, que tinha reprimido protestos na região em março de 1989, foi designado por Deng como o futuro sucessor de Jiang. Esses dois formaram a base para os procedimentos de sucessão eventualmente regularizados dos vinte anos seguintes. Além disso, cinco meses após o massacre da praça da Paz Celestial, Deng inesperadamente transferiu o título de presidente da Comissão Militar Central para Jiang, embora ninguém realmente acreditasse que este pudesse ter poder supremo sobre o Exército enquanto Deng estivesse vivo. Quatro anos depois, quando outro Ancião se aposentou como presidente da República Popular, Deng conseguiu colocar Jiang nesse cargo também. A regularização da sucessão foi, assim, acompanhada de uma recentralização do poder em detrimento até mesmo da liderança coletiva formal. O chefe do Partido passou a ser simultaneamente chefe de Estado e comandante militar

supremo. Isso foi mantido nos últimos 25 anos (Jiang Zemin, 1989-2002; Hu Jintao, 2002-2012; e Xi Jinping, desde 2012).

Esses arranjos não funcionaram perfeitamente. A base da transferência relativamente suave de poder de Jiang para Hu foi a permanência da imagem póstuma de determinação autocrática de Deng, estabelecida firmemente pelo massacre da praça da Paz Celestial. No entanto, o caso Bo Xilai, em 2012, mostrou quão frágeis as convenções que se seguiram poderiam ser, quando os fortes Anciãos não mais existiam e as lutas de facções dentro do partido foram corrompidas por interesses escusos.

3.

Em retrospecto, a conversão política de Deng ao conservadorismo na década de 1980 é clara. Na época, porém, quase todas as medidas de reforma econômica foram acompanhadas por um discurso de liberalização. Como resultado, quando o crescimento acelerou, o afastamento do Partido em relação às reformas políticas iniciais ficou pouco nítido. Em outras palavras, enquanto a economia estivesse indo bem, a tensão entre liberalização econômica e estagnação política ficaria oculta da opinião pública. Ela, porém, se aguçou tão logo a economia piorou, em 1988, contribuindo diretamente para os protestos da praça da Paz Celestial no ano seguinte. O ponto central subjacente à contradição entre as duas direções era a questão dos custos – quem deveria arcar com o ônus econômico da reforma e quem deveria decidir sobre quem esse fardo recairia? Os custos sociais e ambientais já estavam lá desde o começo, embora as pessoas tenham dado pouca atenção a eles.

Quando a reforma econômica inicial foi deflagrada, o Partido-Estado proclamou uma mudança da “luta de classes” para a “construção econômica socialista”, com o afrouxamento dos controles no campo, concedendo aos camponeses maior liberdade econômica. Essas medidas foram muito bem recebidas. No entanto, a ideia básica por trás delas não era uma inovação. Nos

primeiros dias da RPC, elas assumiram a forma de isenções fiscais e de aluguéis, para ajudar o campo a se recuperar dos estragos da guerra. No início da década de 1960, foram tomadas medidas para fechar as feridas do Grande Salto para a Frente, libertando os camponeses, em certa medida, do poder coletivo das Comunas Populares. Todas as vezes, o relaxamento dos controles fez maravilhas, e isso aconteceu novamente no início da década de 1980. O novo “sistema de responsabilidade familiar” visava à recuperação, não à modernização. O que o tornou possível foi o baixo nível de desenvolvimento da China e a liberação de energias camponesas com raízes na sociedade agrária que precedeu a Revolução. Como Anderson observa, quando a Era da Reforma começou, 70% da população ainda era rural, um contraste dramático com a URSS de 1986. Nenhuma opção remotamente similar estava à disposição de Gorbatchov.

Na forma como desmantelou as Comunas Populares, no entanto, a reforma rural do início da década de 1980 prejudicou as ligações entre a revolução original e o campo. É verdade que as Comunas haviam sufocado o trabalho e a vida do campesinato. Ao mesmo tempo, porém, por mais de duas décadas, desde o fim dos anos 1950, tornaram-se uma instituição social abrangente, que fornecia serviços públicos – educação básica por professores de aldeias e assistência médica por “médicos descalços” – em uma estrutura cooperativa. Elas também eram o proprietário nominal da terra coletiva. O “sistema de responsabilidade familiar” anulou a função da Comuna como organizadora da produção agrícola, transformando a família camponesa na unidade básica da produção. O resultado econômico foi tão encorajador que se permitiu à Comuna desaparecer em 1984-1985. As sedes dos coletivos em todo o país foram transformadas em governos de nível local que não tinham fundos para administrar sistemas escolares adequados nem redes de saúde nas aldeias. Desde aquela época, os serviços públicos no campo não retornaram aos níveis relativos de provisão de que desfrutavam em comparação com as cidades. A mudança também deixou a propriedade rural em situação pantanosa. A

terra, hoje, em muitos lugares, embora não em toda parte, ainda é propriedade “coletiva” em teoria. Na realidade, porém, é administrada por agências do Estado em nível do povoado ou da aldeia, deixando os camponeses à mercê dos funcionários locais sempre que surgem disputas por terra com outros produtores.

Os custos sociais da reforma rural, em termos de piora dos serviços públicos e títulos de terra precários, não se tornaram totalmente aparentes até que algum tempo se passasse. Ainda assim, a falta de atenção concedida a eles, retrospectivamente, é surpreendente, dado o envolvimento ativo de muitos intelectuais nos processos de formulação das políticas do período. Essas pessoas faziam parte da onda geral de “libertação do pensamento” na década de 1980, mas tinham pouco interesse em debates sobre humanismo ou alienação; em vez disso, estudaram energicamente as teorias econômicas e políticas ocidentais para aplicação na China. Ambiciosos e confiantes, eles pressionaram pela mercantilização da economia chinesa, quase sempre com o apoio de Deng Xiaoping e Zhao Ziyang no combate com os antigos ideólogos do Partido. Para eles, a reforma política era um meio de facilitar o caminho para a reforma econômica, que era a prioridade real. O que defendiam era uma espécie de “desenvolvimentismo com características chinesas”. Não podiam dispersar muita atenção com questões de custos sociais.

As mesmas atitudes moldaram a reforma industrial urbana. Experimentos com o objetivo de aumentar a produtividade industrial começaram no início da década de 1980. Nas empresas estatais, os gerentes recebiam maior liberdade para tomar decisões sobre a produção quando as metas planejadas eram cumpridas, vendendo os produtos extras a preços de mercado. Os ministérios cooperaram para criar um sistema tributário que substituísse a “extração de lucros” das empresas como ocorria sob a economia planejada. A produção industrial cresceu rapidamente, mas também a corrupção, à medida que gerentes e funcionários exploravam a diferença entre os preços administrados e os preços de mercado para produtos dentro da cota e acima dela em mercados

recém-desregulados. Em todos esses experimentos, os habitantes urbanos continuaram protegidos pelos baixos preços dos bens domésticos. Para Zhao Ziyang, que como primeiro-ministro presidiu o programa de reforma, o objetivo era garantir que as empresas industriais se tornassem agentes econômicos não sujeitos a decisões políticas em suas atividades produtivas diárias e, ao mesmo tempo, simplificar a circulação de bens industriais e manter sob controle o mercado paralelo para eles. O Banco Central aumentou a oferta de moeda para facilitar o crescimento das atividades comerciais, mas os bancos estatais foram deixados em dificuldades, sem saber como agir em meio a essas mudanças.

Em 1986, presumivelmente com a aprovação de Deng, Zhao elaborou um projeto de reforma política para acelerar a reforma econômica. Embora Hu Yaobang ainda fosse o secretário-geral do Partido e por toda uma década tivesse sido uma figura proeminente na defesa da reforma política, ele não foi convidado a participar do processo de redação. A proposta não fazia menção aos direitos das massas de participar da política e solenemente reiterou os “quatro princípios cardeais” de Deng. O objetivo do comunicado era duplo: diferenciar a administração política da administração econômica das empresas industriais e diferenciar as atividades políticas do Partido da administração civil nos governos locais ^[6]. A proposta era em si mesma crível e muito necessária. Sua principal preocupação, no entanto, era aumentar a independência das estatais como empresas solventes. A reforma política foi mais uma vez reduzida a um mero meio para fins econômicos: a posição dos trabalhadores em empresas pertencentes a um Estado socialista foi ignorada.

Zhao não prestou muita atenção à reforma eleitoral. Deng pensava que o sucesso econômico lhe emprestaria crédito suficiente para rejeitar as demandas por mais mudanças políticas. Os dois cooperaram nessa fase, pois ambos precisavam avançar com reformas urbanas, ainda que por razões ligeiramente diferentes. Quando forçou Hu Yaobang a renunciar no início de 1987, Deng promoveu Zhao para sucedê-lo. Em seu primeiro grande discurso como

secretário-geral, Zhao proclamou que a nova linha do Partido tinha “um centro” (desenvolver a economia) e “dois pontos básicos” (abertura + reforma e os quatro princípios cardeais). Deng ficou satisfeito com essa ênfase.

Sob a nova liderança e sua concepção burocraticamente minimalista de “reforma política”, foi dada rápida tramitação a uma lei de falências e a uma série de regulamentações que reduziam o ônus econômico sobre as estatais ao alterar a segurança de emprego vitalício em uma economia planejada para contratos de emprego em um mercado de trabalho. A sensação de insegurança que se seguiu nos centros urbanos mais populosos foi intensificada pela abolição dos controles de preços de uma gama de bens que, numa economia já superaquecida, elevou a taxa de inflação a quase 20%, provocando pânico generalizado e saques de poupanças dos bancos públicos. O governo de Zhao queria convencer o partido e o público de que o ajuste de preços de 1988 era urgente e necessário. Ao olhar para os benefícios que as mudanças trariam, porém, deu-se pouca atenção a seus custos ou sobre quem recairiam os ônus. A população urbana que sofreu o impacto imediato tinha todos os motivos para sentir que lhe foi negada qualquer voz política no processo de reforma. A crise econômica de 1988 se tornaria um fator importante no apreço popular pelos protestos na praça da Paz Celestial um ano mais tarde.

Uma vez que Deng tinha consolidado o poder coletivo dos Anciãos, praticamente não havia meios de vazão para a expressão de sentimentos populares. Em 1987, quando o segundo turno de eleições locais se encerrou, seus regulamentos foram revistos e uma diretriz especial foi promulgada para garantir que apenas candidatos indicados pelo Partido aparecessem nas cédulas. Foi essa alteração que havia desencadeado as manifestações estudantis do fim de 1986, as quais levaram à deposição de Hu Yaobang por ter sido muito brando com elas. Ainda assim, os estudantes da Universidade de Pequim conseguiram que seu candidato fosse eleito para o distrito de Haidian no fim de 1987, contando com a coleta de assinaturas de porta em porta mesmo tendo enfrentado pressão do regime muito maior que sete anos antes. Esse foi o

pano de fundo, raramente mencionado pelos comentaristas, para a forte reação universitária diante da morte de Hu.

À medida que a atmosfera política se alterou, as elites favoráveis a reformas ainda resistiram à mudança de direção, e uma sociedade havia muito politizada ficou antecipadamente agitada. Deng permaneceu com seu ponto de vista essencialmente instrumental: enquanto pudesse seguir seu curso econômico, preferia não compartilhar o poder com as massas nem discutir muito com os autodesignados guardiões da ortodoxia, remanescentes de décadas anteriores dentro do Partido. As sementes da posterior recusa de Deng em debater sobre o sr. S. (socialismo) ou o sr. C. (capitalismo) já estavam sendo plantadas. A partir de vários livros de memórias, pode-se ver que os intelectuais e quadros orientados teoricamente estavam ficando desesperados no fim da década de 1980, quando a elite ainda celebrava progressos graduais. No início de 1989, as massas urbanas em geral, e os estudantes universitários em particular, estavam perdendo a paciência com os autoenganos oficiais. Eles estavam frustrados com uma era de reforma que parecia não mais oferecer um futuro promissor, fosse para eles pessoalmente, fosse para o país como um todo. E sua voz foi resolutamente excluída.

4.

Vinte e cinco anos depois, o significado histórico dos eventos na praça da Paz Celestial ainda não foi totalmente compreendido. Anderson identifica três forças interconectadas em ação quando a revolta eclodiu: o idealismo democrático dos estudantes, apoiado pela solidariedade dos cidadãos comuns; a inclinação liberal de Zhao Ziyang e seus conselheiros intelectuais, atraídos por modelos ocidentais; e os Anciãos. Em sua versão, o embate evoluiu para um confronto entre a última e as outras duas. Porém, ao esmagar uma revolta popular pacífica, argumenta Anderson, Deng e seus aliados perderam a legitimidade de que desfrutavam como fundadores da RPC e restauradores da

ordem após a Revolução Cultural. Depois disso, gastas as “credenciais ideológicas” antes conquistadas, o único substituto para o qual eles poderiam se voltar era o crescimento econômico. Na realidade, como a análise anterior indica, a repressão de 1989 foi um resultado lógico da estratégia de Deng ao longo da década anterior, que é a linha a unir os pontos dispersos dos anos 1980. O principal significado do evento da praça da Paz Celestial, eu diria, é o seguinte: ele aliviou o peso da dívida que Deng tinha junto ao povo desde 1976. Agora ele poderia prosseguir com um programa de reformas que não poria em questão a autoridade do partido – especialmente no terreno dos princípios socialistas. O massacre da praça da Paz Celestial, portanto, abriu o caminho para a integração da China ao sistema capitalista global.

Quando Hu Yaobang morreu, em meados de abril de 1989, estudantes em Pequim começaram a marchar para a praça. Seguiram-se brigas com a polícia e uma ocupação que virou a noite. Ainda assim, o maior impulso para uma colisão veio do próprio regime. Diante da expansão dos protestos estudantis após o funeral de Hu, em vez de minimizá-los, o *Diário do Povo* publicou um editorial duro em 26 de abril sob o título “Devemos nos opor resolutamente à turbulência”. Milhões ficaram chocados com seu tom ameaçador e sua linguagem, que lembravam os dos dias da Revolução Cultural. As piadas políticas se tornaram virais – sem a ajuda das mídias sociais de hoje – com pessoas comentando que o Bando dos Quatro fora libertado da prisão para ajudar a escrever o texto. O editorial provocou, no dia seguinte, o maior protesto popular de base da história da RPC, o que deixou claro que as massas tinham uma visão muito diferente sobre os perigos de uma reversão para “turbulências” ao estilo da Revolução Cultural e sublinhou o caráter ambíguo da legitimidade de que Deng e seus aliados Anciãos desfrutaram na década de 1980 por embarcarem em uma nova era de reforma.

A supressão militar da revolta popular pôs fim a um período moldado pelas reações à Revolução Cultural. A eleição democrática dos representantes do povo desapareceu completamente da agenda política. Dali em diante, qualquer

um que ousasse concorrer a um lugar no Congresso do Povo como candidato independente era invariavelmente assediado ou perseguido. Deng e o Partido não pararam de falar em “reforma política” depois de 1989. Porém, não tendo mais de bancar a democracia socialista ou a política participativa, o lema encolheu para apenas dois significados: eleição para comitês de aldeias e capacidade administrativa do governo, incluindo às vezes disciplina partidária e eficiência.

Anderson, no entanto, está errado em pensar que, depois de 1989, o crescimento se tornou a única ideologia justificadora do PCC. O crescimento econômico deu conta de apenas metade da legitimidade necessária ao Partido. A outra metade veio de uma extensão do que se tornara uma palavra de ordem para Deng desde o evento da praça da Paz Celestial. O PCC explicaria incessantemente que o pré-requisito do desenvolvimento econômico era a “estabilidade” política contra uma suposta “turbulência” ao estilo da Revolução Cultural, expressa no protesto da praça. O sufocamento de manifestações políticas era o preço necessário ao governo caso se quisesse que ele promovesse crescimento econômico. “O ponto-chave é a estabilidade” tornou-se o refrão oficial – “manter a estabilidade a todo custo” e “eliminar os elementos de instabilidade no estágio embrionário” tornaram-se diretivas permanentes. No novo século, esse imperativo foi institucionalizado com a consolidação de “órgãos para manutenção da estabilidade” (*weiwen bangongshi*) por meio do aparato estatal, com orçamentos e equipes amplamente aumentados, agora acompanhados por programas “antiterroristas” que visavam às regiões étnicas não Han.

Essa ideologia forneceu a justificativa mais conveniente para a “liberalização” nos últimos 25 anos. Toda vez que uma nova política econômica era introduzida, quaisquer que fossem os benefícios, os custos eram sempre lançados nas costas das massas sem rosto e do meio ambiente sem voz. Foi assim com as reformas na habitação, na educação, na saúde, nos direitos trabalhistas, no mercado de ações, entre muitas outras ^[7].

[1] 人民日报/ *Renmin Ribao* [Diário do Povo], 19 jun. 1979.

[2] Citado em Wang Ruoshui, *Hu Yaobang Xiatai de Beijing: Rendao Zhuyi zai Zhongguo de Mingyun* [Por trás da renúncia de Hu Yaobang: a sina do humanismo na China] (Hong Kong, Mirror Books, 1997), p. 359.

[3] Ver Shu-mei Shih, “Is the *Post* in Postsocialism the *Post* in Posthumanism?”, *Social Text*, v. 30, n. 1, 2012; Cui Weiping, “Weishenme Meiyong Chunfeng Chufeng Dadi” [Por que a brisa da primavera não soprou nestas terras], *Sixiang*, n. 6; Wang Ruoshui, *Hu Yaobang Xiatai de Beijing*, cit., especialmente p. 329-68.

[4] Durante a Revolução Cultural, Mao tentou, sem sucesso, abolir a posição de chefe de Estado e transferir seu poder para o Congresso Nacional do Povo (CNP). É por isso que Hua Guofeng nunca foi presidente da RPC, apenas seu primeiro-ministro. A Presidência foi restabelecida em 1982 por emenda constitucional. Uma revisão da Carta do Partido em 1981 alterou seu cargo máximo de presidente para secretário-geral. Ver Wu Wei, “Deng Xiaoping ‘Dang he Guojia Lingdao Zhidu Gaige’ de Jianghua” [1980] [Discurso de Deng Xiaoping: “Sobre a reforma do Partido e o sistema de liderança do Estado”], disponível no site chinês do *The New York Times*: <cn.nytimes.com/china/2014121/cc21wuwei>, acesso em: 26 abr. 2014.

[5] *Renmin Ribao*, 17 jan. 1987. Hu Yaobang sobrevivera à Revolução Cultural relativamente ileso, retomando posições de alto escalão em 1975 e assumindo a direção do departamento de organização do Partido no fim de 1977. Lá, ele resistiu ao chamado de Hua Guofeng para respeitar o que quer que Mao tivesse decidido e contribuiu diretamente para trazer Deng – e outros Anciãos, como Bo Yibo – de volta ao centro do poder em 1977-1978.

[6] Wu Wei, “Deng Xiaoping ‘Dang he Guojia Lingdao Zhidu Gaige’”, cit.

[7] Esse argumento foi defendido pela primeira vez por Yuan Jian em seu livro *Da Guaidian* [O ponto crucial] (Pequim, Zhongxin Chubanshijuan, 2012).

IV.

O MILAGRE ECONÔMICO

1.

Na análise de Anderson, a Caravana pelo Sul de Deng, em 1992, aparece como o ponto crucial de ruptura, quando a China finalmente abandonou sua orientação socialista anterior e abraçou a corrente hegemônica do capitalismo mundial. Como observado anteriormente, porém, ao menos desde 1987 Deng já abraçava resolutamente o desenvolvimento econômico como a tarefa central do Partido. Para ele e para o PCC, o significado mais importante e duradouro do massacre da praça da Paz Celestial foi o cancelamento da necessidade de justificar posições políticas com o antigo discurso “socialista”, que costumava suscitar perguntas irritantes. O “socialismo” agora significava simplesmente que o Partido permaneceria no poder a todo custo e para sempre. Foi no rescaldo dos eventos da praça que se tornou possível para Deng propagar o lema “estabilidade acima de tudo” (*wending yadao yiqie*).

Foi contra esse pano de fundo que Deng ordenou aos formuladores das políticas que deixassem de lado conversas fúteis sobre “S maiúsculo” e “C maiúsculo”. Para entender isso, é útil olhar novamente para a Rússia. A comparação que Anderson faz dos dois países termina nesse ponto, presumivelmente sob o argumento de que a União Soviética deixou de existir em 1991. No entanto, mesmo a Rússia pós-soviética pode ter algo de importante para nos dizer sobre a China pós-maoista. A *perestroika*, é claro,

privilegiou a reforma política em detrimento da econômica, enquanto na China a reforma econômica foi a prioridade o tempo todo, e a reforma política foi sacrificada em seu nome. O primeiro caminho levou, segundo a avaliação dominante, ao completo desastre; o segundo, a um sucesso espetacular. Medido pelo crescimento do PIB, o contraste é bastante válido. Há, porém, outro lado da história que geralmente é negligenciado. Nas duas sociedades, quem arcou com os custos da reforma? Na URSS, como a mudança política veio primeiro, assegurando ao menos a liberdade de expressão (e, até certo ponto, a de organização), com uma gama de opções nas urnas, foi difícil para o Estado abandonar todas as responsabilidades por bem-estar social. Mesmo depois do colapso da União Soviética e da celebração aberta do capitalismo por governantes e pela mídia, os Estados que lhe sucederam invariavelmente mantiveram – em alguma medida – programas públicos de educação e de saúde herdados do tempo da URSS.

Em contraste, ao colocar a reforma econômica em primeiro lugar (e último), a liderança chinesa concentrou-se em reduzir os encargos do Estado, quebrando sem qualquer objeção as promessas morais e políticas da República Popular a suas classes trabalhadoras e à sociedade como um todo. Bem antes da inflação de 1988, numa época em que Deng cooperava amigavelmente com Zhao, o governo central já estava esboçando a legislação de falências e esquemas para privatização do trabalho e da moradia, sem se preocupar com a opinião popular.

2.

O referencial e o formato em quatro partes do ensaio de Anderson fazem com que a reforma econômica da China pareça uma história de sucesso contínuo nas últimas três décadas. O que resta encoberto é o difícil período pós-1989, quando o capital estrangeiro recuou em grande escala e o governo gastou enormes somas ano após ano para fazer *lobby* junto ao Congresso

estadunidense por um *status* de “Nação Mais Favorecida” comercialmente. Uma interpretação analítica da ascensão econômica da China nos últimos vinte anos exige ir além dos parâmetros da pesquisa de Anderson. A seguir, esboçarei algumas das principais características do processo de reforma, tanto na frente industrial-urbana como no campo.

Diante das dificuldades contínuas na reforma urbana e industrial após 1989, a mídia oficial do país passou quase uma década inteira denunciando como um obstáculo insuperável para melhorias na produtividade a “tigela de ferro para arroz” – emprego seguro e salário estável – dos trabalhadores das empresas estatais. Sob Jiang Zemin e Zhu Rongji, o emprego vitalício foi eliminado por demissões em massa e contratos por tempo determinado, sem pensões compensatórias, em um setor após o outro – manufatura, energia, construção –, deixando intocados apenas quadros do Partido e funcionários do governo (cujas fileiras se multiplicaram). Enormes parcelas da população urbana perderam seus empregos e salários, sem que o Estado sequer começasse a pensar em – quanto mais a entregar – uma rede mínima de seguridade social para eles. Foram mais de 20 milhões de demissões na década de 1990. Ao longo de trinta anos, uma geração inteira – ou duas – da classe trabalhadora da China foi vítima do processo de reforma. Para eles, o efeito líquido não foi melhor que o da “terapia de choque” na Rússia.

E quanto às empresas estatais? Originalmente, elas eram conhecidas como “empresas públicas geridas pelo Estado” (*quanmin suoyouzhhi guoying qiye*), frequentemente abreviadas como “empresas geridas pelo Estado” (*guoying qiye*). Teoricamente, elas pertenciam à coletividade abstrata de todos os cidadãos da República Popular, e o Estado só as administrava em nome do povo. Hoje em dia, são conhecidas simplesmente como empresas pertencentes ao Estado. Qualquer ligação com o povo, mesmo que nominal, foi cortada. Muitas das empresas restantes foram vendidas com grandes descontos para seus gerentes e especuladores, se não tão escandalosamente quanto fez Iéltsin na Rússia, ainda assim de forma escandalosa. O resultado raras vezes foi muito melhor quando a

privatização não ocorreu. Em todo o país, megaprojetos são aprovados – barragens e usinas hidrelétricas mais que dobraram desde 1999, e a maior quilometragem de ferrovias de alta velocidade do mundo foi construída em menos de uma década – sem que se considerem os custos sociais nem haja quaisquer procedimentos que permitam ao público monitorar ou salvaguardar ativos, outrora mantidos em seu nome, mas agora apropriados pelo Estado.

Independentemente da parcela da economia nacional que as empresas estatais continuem a representar, porém, o governo central sempre esteve ansioso por atrair investimentos estrangeiros a fim de manter a liquidez do capital. Anderson observa que o comércio exterior da China equivale a dois terços de seu PIB, uma proporção muito maior que a observada nos Estados Unidos ou no Japão. O que ele deixa de dizer é que as indústrias exportadoras, que formam o setor mais dinâmico da economia, têm sido esmagadoramente financiadas pelo capital privado, tanto nacional como estrangeiro. Porém, controlando a taxa de câmbio e o influxo monetário, o governo pode extrair fundos do enorme volume de exportações, por meio de suas funções protobancárias, para favorecer outros projetos. No novo século, a sede por investimento estrangeiro direto (IED) desencadeou uma onda frenética de ofertas públicas iniciais (IPOs) por parte de empresas chinesas, de Hong Kong a Nova York. Depois de um período no qual os fundos de capital privado (*private equity*) emergentes prestaram serviços financeiros às autoridades locais, todos os níveis de governo aprenderam a arte do momento. Hoje há mais de 360 grandes empresas estatais de investimento na China, todas criadas nos últimos anos, com uma média de mais de dez por província. Nessa financeirização do patrimônio público, a corrupção é endêmica. Em meio a tamanho turbilhão, de modo previsível, enormes projetos imobiliários e de infraestrutura foram o cenário dos dois maiores casos de corrupção a vir à tona até agora: o desvio de fundos de pensão, em 2006, pelo chefe do Partido em Xangai, Chen Liangyu, e um grupo de subordinados, e a prisão do ministro das Ferrovias, Liu Zhijun, em 2011, por uma gigantesca fraude na fiscalização

dos sistemas ferroviários de alta velocidade do país. A campanha anticorrupção em curso, liderada por Xi Jinping, tem como alvo “tigres” ainda maiores no Partido. É de conhecimento comum que a corrupção é generalizada nos altos escalões.

Hoje, as estatais não estão mais sobrecarregadas pelo dever de fornecer emprego vitalício aos trabalhadores, nem por quaisquer outros benefícios. Elas recrutam trabalhadores em contratos de curto prazo como qualquer empresa privada e não lhes pagam melhor. Durante vinte anos, os salários reais dos trabalhadores chineses ficaram estagnados, enquanto o governo permanecia impassível. Finalmente, uma nova Lei do Contrato de Trabalho entrou em vigor no início de 2008. Mais tarde, naquele ano, quando a crise financeira global viu o governo lançar enormes fundos para assegurar ou impulsionar grandes firmas, as pressões trabalhistas aumentaram e decretou-se um salário mínimo, cuja fiscalização foi deixada aos governos locais. Em nenhum lugar, no entanto, ele acompanhou a inflação subsequente. Com muitas das maiores estatais competindo agora em aquisições imobiliárias e construções especulativas – em 2010, todos os terrenos mais valiosos vendidos pelo governo municipal de Pequim foram para empresas pertencentes a grandes conglomerados estatais, cujos principais negócios são em mineração, tabaco, armamento etc. –, a terceirização da força de trabalho tornou-se rotina nessas empresas, com a subcontratação de mão de obra por meio de camadas e mais camadas de empregadores intermediários para reduzir seu custo. A ligação entre a indústria nacionalizada e os programas de proteção relativa da classe trabalhadora tornaram-se há tempos coisa do passado.

3.

Será que os camponeses se saíram melhor que os operários? Anderson não pode ser acusado de subestimar a importância histórica do campesinato chinês, descrevendo-o em perspectiva histórica como a “pedra angular da nação” e

como a principal base social da Revolução Chinesa e principal beneficiário da Era da Reforma. No entanto, quando ele passa ao período pós-1989, suas reflexões sobre o destino do campo se tornam muito superficiais. Aqui, ao menos três desdobramentos exigem algum comentário, ainda que breve.

Em primeiro lugar, se as TVEs (Empresas de Povoados e Aldeias) eram tão bem-sucedidas na década de 1980, por que foram abandonadas no fim da década de 1990? Foi apenas em razão da crescente influência da ideologia neoliberal na RPC? A realidade foi menos simples. Dois grandes acontecimentos selaram seu destino. Primeiro, uma mudança crucial no sistema tributário desobrigou o governo central de financiar as despesas administrativas das autoridades em níveis mais baixos: a presunção, a partir de então, era de que os governos locais gastariam dentro do limite dos impostos que pudessem arrecadar com a cobrança dos habitantes sob sua jurisdição. Ao mesmo tempo, os governantes e quadros locais passaram a ser julgados por seu desempenho na execução de políticas determinadas pelo centro, especialmente no planejamento familiar e no desenvolvimento econômico – após 1997, com critérios específicos por atração de investimentos externos (*zhaoshang yin zi*). É claro que não havia critérios equivalentes para educação ou saúde. Sem fiscalização democrática e em meio a uma completa falta de transparência, essas mudanças transformaram os órgãos administrativos locais em monstros gerenciais semicorporativos, que exploravam os habitantes com um número crescente de impostos e contribuições para alimentar sua própria expansão contínua. Gabinetes encarregados de sementes, fertilizantes, fornecimento de eletricidade, irrigação e controle de enchentes elevaram o preço de seus serviços a ponto de, em muitas províncias rurais do interior, a agricultura não poder mais fornecer o retorno mínimo necessário para apoiar o plantio de lavouras por camponeses, eliminando os ganhos anteriores do “sistema de responsabilidade por unidade familiar” no campo. Essa deterioração foi um grande golpe para as TVEs a partir da metade da década.

Em geral, além disso, com exceção dos anos iniciais da Reforma, sempre que havia competição potencial por mercados ou recursos entre as empresas locais (TVEs) e as estatais convencionais, ou conflitos entre o campo e as grandes cidades, o governo invariavelmente agia contra as primeiras e protegia as segundas. As TVEs, portanto, sofreram uma aguda e dupla pressão: de governos locais predatórios, que buscavam maximizar a receita, e de grandes empresas estatais ^[1]. Foi em condições tão propícias que o culto neoliberal da privatização tomou conta, e a maioria das TVEs perdeu qualquer caráter coletivo, tornando-se empresas privadas – cada vez menos bem-sucedidas.

Em segundo lugar, o que aconteceu no fim da década de 1990? A reforma tributária de 1994 aumentou substancialmente as receitas do governo central, dando-lhe, em princípio, maior alavancagem para equilibrar a economia. No entanto, a crise financeira do Leste Asiático de 1997-1998 reduziu drasticamente o investimento estrangeiro direto e o comércio exterior da China, ambos ainda muito dependentes dos vizinhos do Leste Asiático e de uma diáspora chinesa duramente atingida pelo contexto. O resultado foi que o país sofreu grave deflação por cinco anos (1997-2001). Diante de um mercado doméstico fragilizado e da persistência de fraco consumo, o governo poderia ter escolhido um caminho de crescimento mais lento e gradual para ajudar os camponeses a nutrir uma recuperação da agricultura de base doméstica e desenvolver mercados mais fortes no campo, aumentando a renda dos camponeses. (Também poderia ter tentado ajudar milhões de trabalhadores demitidos a abrir pequenos negócios nas cidades.) Em vez disso, acelerou a mercantilização de suas funções sociais e elevou os custos da produção agrícola, reduzindo o espaço para o desenvolvimento rural. As TVEs foram vendidas em bloco; as estatais foram reduzidas sob o lema de “manter as grandes, libertar as pequenas”; grandes vendas de terra foram deflagradas – também a partir de 1997 – para arrecadar dinheiro para os cofres do Estado; e programas de privatização do ensino superior e dos serviços de saúde entraram em vigor. Essencialmente, o governo optou por transferir a pressão da deflação para os

ombros do campesinato, a um tremendo custo para o tecido das comunidades rurais. As condições desesperadoras no campo duraram quase uma década, até que – alarmado, ao cabo, com sinais de agitação rural – o governo aboliu todos os impostos e taxas agrícolas em 2005.

Em terceiro lugar, acompanhando a pauperização das aldeias, e em decorrência disso, milhões e milhões de habitantes rurais se mudaram do campo para cidades litorâneas ou do interior como “trabalhadores migrantes” para alimentar de força de trabalho o setor exportador, cujo crescimento disparou após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2002. Estimativas variam, mas não resta dúvida sobre a gigantesca magnitude geral dessa onda de fuga da terra. De acordo com dados oficiais, publicados pelo Departamento Nacional de Estatísticas e pelo Ministério de Recursos Humanos e Seguridade Social, em 2008 havia cerca de 225 milhões de trabalhadores com registro rural empregados em áreas urbanas, onde não têm direito a moradia, educação ou qualquer tipo de proteção social, em consequência do infame sistema *hukou*, que separa a população do campo e a das cidades. Cinco anos depois, o número havia crescido para mais de 270 milhões, dos quais mais da metade era formada de migrantes de longa distância, mesmo quando a mídia estava repleta de queixas de “escassez de mão de obra” nas empresas exportadoras. Tais migrantes não são oficialmente reconhecidos como membros da classe trabalhadora e estão à mercê de seus empregadores, que podem reter seus salários de vários meses. O capital e o Estado uniram forças para explorar uma enorme massa da humanidade, transformando centenas de milhões de camponeses em um subproletariado a uma velocidade e em uma escala sem precedentes na história mundial.

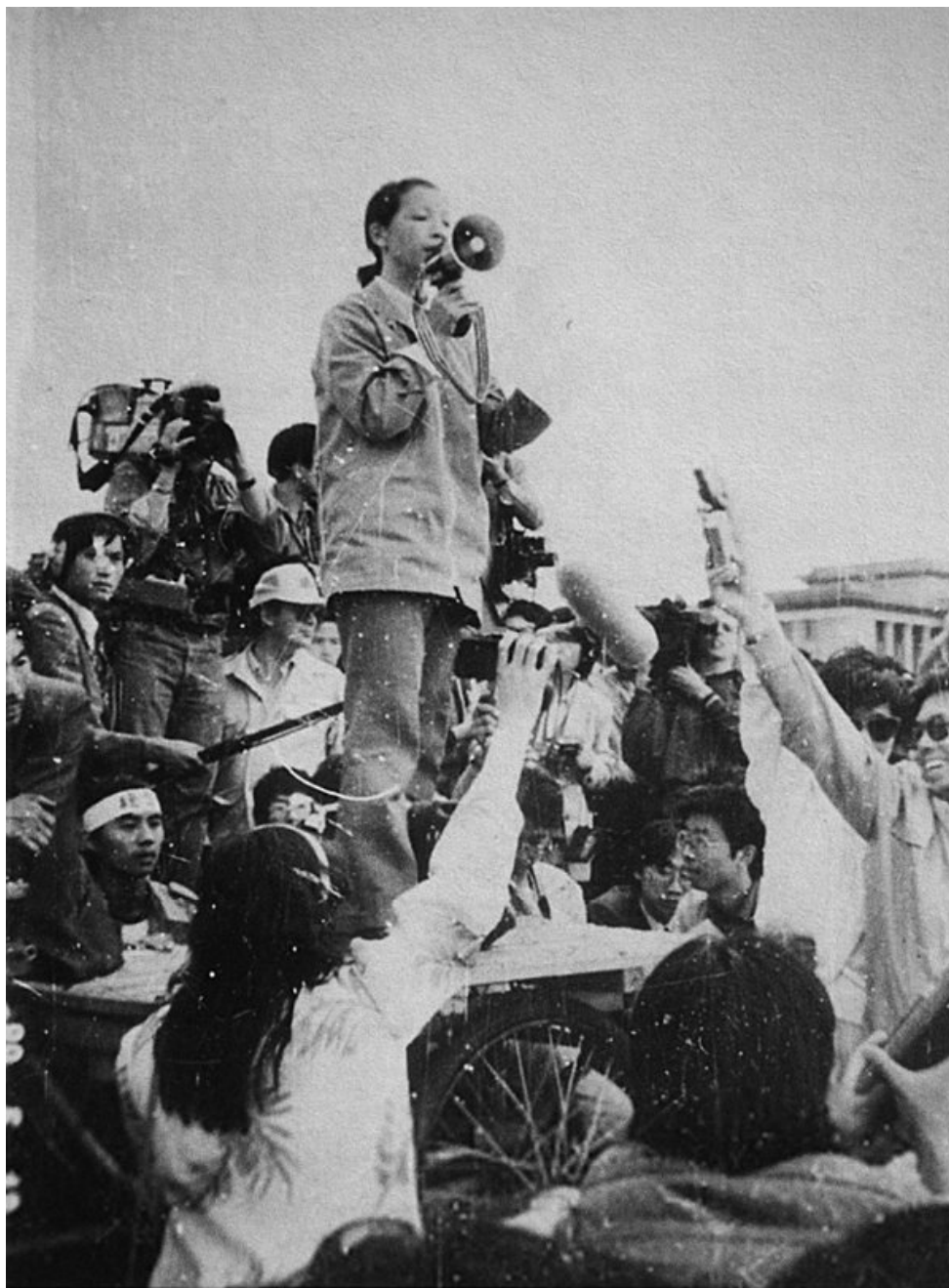
4.

“Duas revoluções” toca apenas brevemente, ao final, no panorama social da China no novo século. Sem dúvida, Anderson indica que grande parte desse

cenário é sombrio, lembrando ao leitor – que de outro modo poderia ter esquecido – que ele falou, no início, de “mais de uma (amarga) ironia” na história de sucesso que distingue o comunismo chinês do russo. Embora cuidadosamente controlada no tom, sua avaliação geral da Era da Reforma, assim que cruza o limiar dos anos 1990, é certamente crítica. Tampouco há vestígio da euforia vazia, tão comum no Ocidente quanto na esquerda chinesa, celebrando “a Ascensão da China” como se fosse um substituto da emancipação humana em relação ao capital^[2]. Mesmo assim, a meu ver, seu tratamento comparativo das revoluções russa e chinesa e do que aconteceu com elas permanece desequilibrado e é – como tentei mostrar – tacitamente favorável em demasia à China, à custa da Rússia. Em parte, isso se deve à estrutura assimétrica de sua comparação e a seus intervalos de tempo. A URSS durou 74 anos antes de cair. A RPC, hoje com 65 anos de idade, atingiu o ponto em que a União Soviética esteve em 1982, ainda no auge de seu poder internacional^[3]. Quem pode ter certeza de onde estará a República Popular daqui a dez anos^[a]?

No entanto, talvez haja mais uma razão para o desequilíbrio. O PCC continua a descrever seu regime como socialista, mas com “características chinesas”. Se há tão poucas pessoas no Ocidente ainda dispostas a aceitar essa afirmação como verdadeira, permanece uma tentação à esquerda de dar a ela uma espécie de benefício da dúvida. “Rumo a que horizontes está se deslocando o gigantesco junco da RPC, isso é algo que resiste ao cálculo, ao menos quando se utilizam os astrolábios ora conhecidos”^[b] – no julgamento suspenso de sua sentença final, devemos entender que Anderson compartilhe isso? Ele diz, em certo momento, que a pretensão do PCC ao socialismo funciona como uma profilaxia necessária contra os ainda fortes sentimentos revolucionários de injustiça e reivindicações por igualdade entre os cidadãos chineses, que o partido não pode ignorar completamente sob pena de perder sua legitimidade. Isso, porém, não é mais que o empenho em sentido negativo. Negligencia-se, aí, a função positiva desse discurso político para a elite dominante do país. Na Era da Reforma, a sociedade chinesa passou por um

processo abrangente de mercantilização e comercialização – em todos os aspectos: da atividade econômica aos serviços sociais e à vida cultural – de que o capital financeiro, estatal ou estrangeiro, tem sido a força condutora. Agricultores, operários e até pequenos empreendedores têm muito pouco poder para proteger seus próprios interesses diante deles. E mesmo que tentem fazê-lo, são mais frequentemente confrontados por representantes do Estado – funcionários do governo, quadros partidários, patrulhas locais (*chengguan*), policiais e, em casos mais sérios, as Forças Armadas – que por representantes imediatos do capital. Essas instâncias burocráticas agem em nome não do capitalismo, mas do socialismo – ou de sua lustrosa forma modernizada, uma “sociedade harmoniosa”. Se aldeões forem despejados de suas casas por barragens no Yang-tsé, ou pastores forem tirados de seus pastos na Mongólia Interior, isso se dará pela causa do bem maior “socialista”. Aqui reside a utilidade positiva do discurso do “socialismo com características chinesas” em mascarar o oposto dos princípios que supostamente defende.



Wang Chaohua discursa durante manifestação na praça da Paz Celestial, Pequim, em 1989.

[1] Li Changping fornece uma avaliação vívida dessas pressões esmagadoras, com exemplos detalhados em “The Crisis in the Countryside”, em Wang Chaohua (org.), *One China, Many Paths* (Londres/Nova York, Verso, 2003), p. 205-13. Para um debate relacionado, ver Joel Andreas, “A Shanghai Model? On

Capitalism with Chinese Characteristics”, e Yasheng Huang, “The Politics of China’s Path: A Reply to Joel Andreas”, ambos em *New Left Review*, Londres, n. 65, set.-out. 2010.

[2] Em outro texto, ele atacou especificamente essa síndrome: “Sinomania”, *London Review of Books*, Londres, v. 32, n. 2, 28 jan. 2010.

[3] Esse ponto foi defendido de modo eloquente por Yu Minling em uma discussão sobre “Duas revoluções” na Academia Sinica em outubro de 2010.

[a] Ou seja, 2025. (N. E.)

[b] Ver, neste volume, p. 69. (N. E.)

POSFÁCIO: RUMO E REPRESSÃO

Rosana Pinheiro-Machado

Em uma comparação com o desfecho fracassado da Revolução Russa no fim do século XX, Perry Anderson se questiona sobre as razões que levaram a China a um destino oposto – a uma jornada espetacular na virada de milênio. Deng Xiaoping não tinha dúvidas de que a chave para essa questão se encontrava não apenas nas reformas liberalizantes por ele engendradas, mas também na astúcia política capaz de manter a ordem. Uma das passagens mais reveladoras de sua biografia escrita por Ezra Vogel^[1] refere-se ao fato de ele nunca ter demonstrado arrependimento por acionar a lei marcial contra os estudantes de Tiananmen em junho de 1989. Ao contrário, manteve-se convicto de que, mesmo diante de toda a crítica internacional, aquela foi uma atitude decisiva no sucesso do desenvolvimento da China na virada do século, marcando o colapso da União Soviética como um exemplo a não ser seguido. Vale lembrar que Gorbatchov havia recém deixado Pequim após uma longa visita diplomática. Deng sabia que a efervescência das ruas diminuiria gradualmente sem que se usasse violência, mas seu objetivo não era mais dissipar o movimento. Seu objetivo era, isso sim, demonstrar a autoridade do Partido, demarcando o poder que a *outra revolução* havia perdido.

O dilema chinês frequentemente atualizado em poemas e óperas – de que grandes muralhas são erguidas sobre o sangue de trabalhadores ou de que a felicidade só é alcançada à custa de grande sofrimento – parece se repetir no

sucesso do desenvolvimento visto no século XXI, quando a repressão e a prosperidade confirmam ser duas faces da mesma moeda. Neste ensaio, sigo os questionamentos de Anderson acerca do sucesso chinês e discuto os rumos do país nos últimos anos, que confirmam sua posição de potência global que manteve a estabilidade interna apesar da crescente desigualdade social e das contradições éticas e políticas decorrentes de um regime centralizador. Reflito sobre a legitimação histórica da autoridade a partir da noção de “rumo”, que, por sua vez, é uma condição para justificar socialmente a repressão. Como o próprio autor ressalta, o uso da violência estatal, ainda que sempre se tenha feito presente, não está no centro da filosofia política chinesa nem de seu *modus operandi*.

Se “Duas revoluções” se debruça sobre os resultados da revolução comunista em si, minhas reflexões se voltam aos aspectos ideológicos e nacionalistas que, historicamente, têm sido acionados em grandes momentos de prosperidade do Reino do Meio. Sob essa ótica, a revolução de Mao e as reformas que se seguiram à sua morte não são interpretadas como excepcionalidade, mas como parte de um *continuum* cujas especificidades contextuais foram exploradas por Perry Anderson. Procuro, assim, alargar a escala analítica. De um lado, dou um passo atrás para pensar historicamente sobre o papel da teoria política que tem sido resgatada na produção de uma ideologia nacionalista, bem como na promoção de coesão social. De outro, avanço no tempo cronológico para chegar a Xi Jinping, que ascendeu ao posto máximo do governo chinês em 2013, três anos depois de Anderson escrever seu ensaio. Aponto que, apesar de grandes contradições e muitos conflitos, a China deixa de ser “a fábrica do mundo” para se tornar também um laboratório global de produção de inovação e tecnologia, anunciando uma nova era em que poder centralizado e prosperidade andam lado a lado.

1.

Ao contrário de uma perspectiva atemporal culturalista, parto de ideia de que cultura é também hegemonia, a qual é produzida por meio de mecanismos de poder e dominação. Uma estrutura social se mantém ao longo de mais de três milênios não por brotar naturalmente nos universos simbólicos dos sujeitos, mas porque existe um legado filosófico que tem sido acionado, de diferentes formas, como aparato ideológico para a produção de legitimidade e autoridade. Desse modo, como nos lembra Rana Mitter^[2], o confucionismo deve ser entendido como uma ética cujo paralelo no Ocidente é a cultura judaica-cristã: ambos penetram por completo no tecido social e, por sua flexibilidade e adaptabilidade, se introjetam nos indivíduos independentemente de estes aceitarem ou rejeitarem seu legado.

Da riqueza da “Centena de Escolas de Pensamento” – período de produção intelectual, durante a dinastia Zhou oriental (771-256 a.C.), de proporções análogas à movimentação que ocorria na Grécia – destacaram-se não apenas o confucionismo e o taoismo, mas também o legalismo. A combinação de releituras desses legados tem desempenhado um papel estruturante nos regimes autocráticos. Não há um período de prosperidade chinesa – especialmente as tão exaltadas eras imperiais e imperialistas, como as dinastias Han, Tang e Ming – em que não se tenha lançado mão de um legado filosófico que, embora no discurso público valorize a harmonia, a hierarquia, a autoridade e a paz, na prática se vale de um punitivismo baseado no uso legítimo da força. De modo geral, a teoria política chinesa é tão arraigada nas elites nacionais que até mesmo as dinastias estrangeiras tiveram de se adaptar ao modo de governança confucionista.

Do confucionismo e do taoismo, os regimes chineses valeram-se principalmente na importância de se respeitar mais a tradição e a autoridade que as leis ^[3]. Como mencionou Confúcio nos *Analetos*, é mais importante seguir um bom modelo que leis e punições. Escrevendo em meio à guerra entre reinos, Confúcio deixou um legado pacifista em que a hierarquia e a obediência apareciam como meios de equilibrar a ordem cósmica do universo, a harmonia

social, o mandato divino. No passado reinava a harmonia, e os líderes treinados na tradição e nos rituais saberiam conduzir a jornada para o futuro com estudo e culto aos ancestrais. A base do confucionismo é a aceitação da ordem do mundo. O Tao valoriza o equilíbrio do universo, a complementaridade entre o *yin* e *yang*. Max Weber ^[4] intrigava-se com a tendência, nesses legados, à aceitação do mundo tal qual é dado, tendo implicações políticas diretas na rejeição à mudança como paradigma – ao contrário do que nortearia a filosofia política das democracias ocidentais.

Em contraposição ao legado confuciano da benevolência, o legalismo emerge do princípio de que os seres humanos são degenerados e, portanto, as leis penais são necessárias para corrigi-los. O código de “pesos e medidas” da era Qin (221-206 a.C.), que previa punições e torturas específicas para cada tipo de má conduta, foi usado e reelaborado por diversos imperadores que governaram a China nos séculos subsequentes, sendo considerado um legado fundamental para a formação da militarização e centralização chinesa. A era Ming (1368-1644) exemplifica o funcionamento do imperialismo chinês: produziu obras magníficas, como a Cidade Proibida e a atual Grande Muralha; queimou livros antigos; gerou releituras confucionistas voltadas para a harmonia e a paz; aplicou um código de punição semelhante ao da era Qin; promoveu o abuso do poder dos monarcas, que banalizaram a tortura e executaram dezenas de milhares de eunucos; e, por fim, expandiu fronteiras.

Uma das lições que os líderes políticos chineses há muito aprenderam sobre governança é que leis punitivistas e grandes exércitos não sustentam um império: também é preciso ter valores e virtudes fortes no primeiro plano ^[5]. No longo curso, entre ondas de rupturas e crises, a história oficial chinesa, escrita por oficiais mandarins, manteve a atenção no confucionismo, na fraqueza das leis e na importância atribuída à autoridade para que o Reino do Meio alcance não apenas a harmonia social, mas também a grandiosidade. Essa é a narrativa, ainda hoje, de grande parte dos livros didáticos sobre a história imperial e moderna, enfatizando a importância dos líderes benevolentes e o

brilhantismo intelectual e tecnológico atingido em determinadas épocas. Muito menos é dito sobre os mecanismos de punição legalista que se perpetuaram da cultura Qin à Revolução Cultural. É difícil compreender os grandes momentos da história chinesa sem perceber o jogo de xadrez entre os legados pacifistas e legalistas acionados pragmaticamente na produção de autoridade dos grandes líderes, que precisam de um aparato tanto ideológico quanto de força coercitiva para governar. Não à toa, diversas leituras da Revolução Cultural enfatizam que o maoísmo, apesar de ter o *novo* no discurso e refutar o confucionismo, sustentou-se também por meio de características de um legado filosófico e político antigo: o culto à personalidade, o repúdio às leis escritas e a aplicação de punições severas.

Ainda que essas características possam ser comuns a qualquer regime totalitário, verificam-se, na história da China, outras notáveis, como o recorrente ressurgimento de regimes centralizadores que garantiram ampla legitimidade social. Só é possível compreender o sucesso dessa lógica em se atualizar se olharmos para o papel da população chinesa na manutenção desse aparato ideológico e repressivo. De um lado, os governos chineses, desde o fim da etapa dita feudal, têm incentivado uma elite letrada notável que ajuda a sustentar os governos. De outro lado, há o povo. Elizabeth Perry ^[6] vem jogando luzes sobre os estratos populares ao analisar como a legitimidade dos governantes tem sido mantida desde a era imperial, passando por Mao e chegando aos dias atuais. Para ela, é o legado filosófico e político de Mêncio (Mengzi) que traz algumas chaves interpretativas sobre a aceitação da população e de seus governantes.

Em sua interpretação de direitos humanos, o pensamento chinês secular tem a noção de *xiaokang* (conforto econômico) como princípio para o desenvolvimento do país. *Xiaokang* é um termo mobilizado de Mêncio a Mao e empregado por todos os governantes que sucederam o “Timoneiro”. Seu significado é de que o bem-estar das famílias, a subsistência mínima, deve ser providenciado pelo Estado – instituição com papel ativo na promoção de

justiça social tanto em tempos de crise quanto em tempos de abundância. Elizabeth Perry ressalta que, seja na filosofia política a que os governantes recorrem, seja na cultura popular, “a grande harmonia” confuciana entre o mandato celestial dos governantes e a população só existe com *xiaokang*. Uma vez que o conforto seja vislumbrado pela população e/ou haja a percepção de que o país está no rumo correto, a rebelião popular chinesa tende a se voltar contra as autoridades menores, locais, legisladoras – e não contra o poder central, ao qual se atribui a responsabilidade pelo rumo do coletivo. Mexem-se, portanto, as peças de baixo e mantêm-se as de cima, visando à estabilidade.

Isso significa dizer que o senso comum sobre uma “passividade” dos chineses está longe de corresponder a sua própria história; sua ação coletiva é produzida dentro de um ordenamento particular. Essa não é uma regra imutável, evidentemente: como nos lembra a obra clássica de Fei Xiaotong ^[7], a pulsão para a rebelião voltada a destronar imperadores incompetentes ou tiranos perpassou a história chinesa e nem sempre se deixou controlar (talvez por isso tantos déspotas tenham usado de um aparato ideológico e de força coercitiva para frear a ousadia).

A Grande Harmonia de Confúcio é uma construção social e, como tal, mesmo que se apresente como um regime de verdade por longos períodos, não é eterna. Afora as muitas eras de prosperidade imperial, a China passou por diversos momentos de fragmentação do território, crise, penúria, dor e guerras, tendo perdido seus legados escritos. Na primeira metade do século XX, após a derrubada do império Qing, grupos sociais e indivíduos guerreavam de forma multidimensional, e figuras messiânicas e salvadoras despontaram em cada canto. O longo processo popular que ergueu a revolução maoista e ajudou a modernizar a China trouxe consigo uma demorada cicatrização das feridas do caos e uma reconstrução da ordem ancorada em uma figura central.

Décadas depois, Deng Xiaoping acionou a lei marcial em um momento de frouxidão das estruturas de poder – a legitimidade da autoridade central fora posta em xeque por centenas de milhares de estudantes que tomaram as ruas

do país com exigências de mais transparência, democracia e abertura. Um risco imenso de repetir a história da Revolução Russa. Demonstrando força, só cabia ao líder máximo apontar o rumo. Os anos que se seguiram foram cruciais para implementar novas reformas e gerar uma prosperidade capaz de ressignificar – com a ajuda do amplo aparato censor, é claro – a tragédia de 1989. Para isso, era preciso *xiaokang*.

2.

Em contraste com Gorbatchov, Deng recusou-se a falar em abertura política (*glásnost*) ou reestruturação (*perestroika*); em vez disso, optou por manter a linha de Mêncio a Mao, aderindo à linguagem de *xiaokang*^[8]. É provável que estivesse ciente de que reformas culturais modernizadoras rápidas podem levar ao colapso, tal como ocorrera no império Qing^[9].

Após o massacre de 1989 e os dois anos seguidos de reveses econômicos e políticos de 1990 e 1991, Deng viaja para o sul da China em 1992 e aposta na recuperação do comércio marítimo do sul – a fórmula do sucesso do Sistema de Cantão dos séculos XVIII e XIX, que acabara devastado com a Guerra do Ópio. A viagem era simbólica. Das quatro primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEE), abertas pelo líder em 1979, três delas situavam-se na província de Guangdong, num modelo que depois se estendeu a diversas cidades e zonas costeiras. Resgatando a infraestrutura das artérias marítimas e das condições hidrográficas e topográficas “perfeitas” do sul, bem como a cultura da produção de cópias – já praticada no início do século XX como forma de substituição das exportações –, o líder gradualmente liberalizava a economia. Celebrava, assim, a prosperidade daquela que seria a primeira rodada de desenvolvimento da era pós-Mao: o chamado “desenvolvimento de sobrevivência” ou o que eu chamo de *sobreviventista*.

Esse modelo industrial voltado à exportação e baseado em produção de manufaturas baratas, trabalho intensivo e desvalorização da moeda – similar ao

antes vivenciado por países como Alemanha e Japão e à época pelos “Tigres Asiáticos” – visava a resultados rápidos. Era um processo contraditório, marcado pelas péssimas condições a que eram submetidos os migrantes do campo sem *hukou* (autorização de migração), bem como por uma violência atroz no trabalho, que incluía a mutilação dos corpos dos trabalhadores fabris e o abuso sexual de mulheres. No entanto, entregava o que prometia: a vida no campo e nas cidades melhorava substancialmente e a população sentia que havia rumo, propósito e produção de *xiaokang*. Crescia o produto interno bruto (PIB), crescia a qualidade de vida da população. O poder de consumo e a renda *per capita* aumentavam, tirando milhões de pessoas da zona de extrema pobreza, mesmo diante da crescente desigualdade e do alto custo humano que isso implicava. Vendo os resultados, o governo chinês passou a defender perante os grandes órgãos internacionais, como as Nações Unidas, que sua visão de direitos humanos “com características chinesas” – isto é, desenvolvimento e *xiaokang* – era uma forma de soberania, em que nenhum outro país poderia intervir ^[10]. Discurso nacionalista similar foi passado internamente, de forma capilar, entre as autoridades: o esquema *sobreviventista* tinha de funcionar, as máquinas não podiam parar e os preços precisavam baixar.

É claro que o modelo de aceleração industrial teria custos humanos. Em minhas próprias pesquisas realizadas em Shenzhen sobre a produção de manufaturas baratas ^[11], era comum encontrar crianças trabalhando aos domingos e feriados à noite, exauridas na linha de produção ininterrupta. Eu discutia abertamente com empresários e autoridades locais e me surpreendia com a franqueza com que tratavam do tema, sempre me autorizando a fotografar e fazer anotações. Suas respostas eram sempre acompanhadas de um discurso alinhado de que esse sistema era o novo “gato preto” da economia – aquele que ninguém acha bonito, mas cumpria seu papel de caçar os ratos, como disse Deng Xiaoping em relação a reformas no campo. Em tom nacionalista, enfatizavam a necessidade do sofrimento para que a roda da

economia chinesa girasse, a existência de uma noção própria chinesa de propriedade intelectual e de direitos humanos, e a recusa à interferência de qualquer país no rumo chinês. Segundo eles, o governo central havia prometido que essa fase acabaria em aproximadamente dez anos (as entrevistas foram feitas em 2006), quando a China melhorasse a qualidade de seus produtos e fortalecesse suas leis trabalhistas – assim como ocorrera em outros países.

O que eu encontrava no cotidiano de pesquisa de campo era, de um lado, o sofrimento e a exploração alheia, que resultavam em incêndios seguidos de mortes em massa, centenas de milhares de dedos perdidos em linhas de produção ou milhões de pessoas que se dirigiam aos hospitais com pneumonia química. De outro lado, deparava com a vida ultraluxuosa de policiais e dos empresários que, por meio das redes de relações sociais (*guanxi*), gastavam suas recém-adquiridas fortunas em casas de massagem, carros novíssimos, grifes europeias, cigarros, comidas, vinhos e chás raros. Nessas redes que haviam enriquecido com a primeira rodada do desenvolvimento “sobreviventista” pós-Mao, o discurso repetido mecanicamente de que as infrações eram parte de um mal necessário – o gato preto – soava como puro cinismo ou nacionalismo barato sob o mantra de que “isso é bom para a nação” e “nós estamos no rumo correto”. Mesmo trabalhadores explorados e organizados mencionavam sempre algo semelhante, qual seja, que o sistema tinha falhas, mas os acertos eram maiores; que o país estava no rumo certo e havia confiança total nas autoridades centrais do Partido. Por fim, era bastante comum que esses trabalhadores dissessem que queriam enriquecer tal como seus patrões.

Constatar a combinação do discurso de enriquecimento individual com o ideário nacionalista não chega a ser novidade nos estudos contemporâneos das transformações da subjetividade dos chineses. Muitos sinólogos ^[12] apontam para a produção de um *self* bipartido – de um lado, empreendedor e voltado ao interesse próprio; de outro, patriótico e orientado ao bem comum. Enquanto o *self* empreendedor exercita diversas microliberdades individuais sob uma tutoria

permanente (mas distanciada) do Estado, o patriota não perde de vista o vínculo com o coletivo. De um lado, há a “privatização do *self*”: o autoempresendedorismo, o consumo conspícuo, o sonho de enriquecer por conta própria tomaram conta das esferas íntimas. De outro, não se perde o foco em fazer o que “é bom para a nação”. E é desse *self* bipartido que nascem subjetividades contestadoras, mas dentro de um sistema estruturado historicamente no qual é possível contestar a autoridade de baixo, confiando nas autoridades de cima, desde que *xiaokang* seja provido e um rumo seja vislumbrado. Enquanto essa subjetividade dual se mantiver em equilíbrio, minha hipótese é de que não há nenhum risco de colapso da ordem social da China.

3.

Para leitores ocidentais, em especial brasileiros, que viveram dois golpes de Estado e dois *impeachments* desde 1964, a lógica chinesa de proteger o poder central talvez pareça impensável. Estamos habituados ao contrário: mexe-se no topo justamente para que a ordem dos andares de baixo permaneça inalterada. São modos diferenciados de se relacionar com o poder. No caso da China, esse *modus operandi* reforçou-se no século XXI, tendendo a fortalecer ainda mais a autoridade do poder central justamente quando o país atravessa uma verdadeira ebulição social, com crescentes mobilizações por mais direitos, transparência e justiça social.

Vale assinalar que a China tem uma das mais robustas tradições de protesto, com 2 mil anos de existência, mas baseada na ortopráxis. Independentemente da motivação do protesto, busca-se sempre manter a legitimidade do Estado e a estabilidade de regimes autoritários. A filosofia política de Mêncio e de Mao, tão encarnada na cultura popular, ressalta o direito à rebelião, mas em termos pré-aprovados, que orientam à negociação com os governos ^[13]. Atualmente, há uma miríade de grupos organizados em

torno de temas como habitação, meio ambiente, trabalho ou gênero e sexualidade que pressionam por reformas legais. O novo operariado das fábricas chinesas, altamente precarizado, é um dos grupos que mais suscita discussões. Segundo Ching Kwan Lee e Ngai Pun ^[14], ao contrário dos trabalhadores do norte decadente (em função da descoletivização das fábricas), cujo *ethos* de classe é de trabalhadores fabris comunistas, o novo precariado do sul é marcado pela emergência de jovens trabalhadoras que saem do campo para melhorar suas vidas, atingem em parte seus objetivos e sonham em empreender e/ou estudar. As *dangongmei* (essa nova classe precarizada de mulheres e jovens) deixaram a fome para trás e, ainda que exploradas e machucadas, fazem parte de uma onda de aspiração e mobilidade social. Essas trabalhadoras, que são fruto da etapa *sobreviventista* do desenvolvimento, estão cada vez mais organizadas. A base social desse precariado quer melhorar suas condições de vida, adentrar no mundo do consumo que lhes é novo e reformar o sistema.

Ocorrem atualmente, por ano, cerca de 3 mil greves ^[15] e de 100 mil a 200 mil protestos na China. Mas é via acordos judiciais que o cenário legal se reforma. Protestos também ganham força no ecossistema da internet chinesa, cujos usuários se acostumaram a burlar os censores. Trata-se de ações coletivas pontuais que buscam justiça social. A corrupção originada da nova coligação entre Estado e mercado (como o *guanxi* mantido entre policiais e empresários) é a questão que os chineses mais desaprovam no governo, pois é justamente o fator que impede o cumprimento das leis. Todavia, essa onda de insurgências, como já ressaltai, está longe de ser antissistêmica, ou mesmo contrária ao governo central. Não há registros de ameaças ou questionamentos às autoridades máximas. Ao contrário do caso brasileiro, a pauta anticorrupção não é vagamente dirigida a uma figura que represente o Partido, mas a funcionários específicos de menor escalão.

O PCC, contudo, não desvia seus olhos das agitações sociais. É a intensificação da repressão que medeia a aparente contradição entre amplo

desenvolvimento social e vasto ativismo emergente. O aparato da força aparece de modo rápido e impositivo para aqueles que passarem dos limites da movimentação permitida no tabuleiro que organiza a “grande harmonia”. A comunidade internacional alerta que a administração Xi Jinping é uma das mais duras da era pós-Mao quando o assunto é direitos humanos: perseguição às minorias e a ativistas, prisões, aumento da censura nos meios de comunicação, intensificação da propaganda governamental e repressão violenta aos protestos – chamados de “incidentes em massa” – que se alastram no país e, especificamente, à população da província de Xinjian. A posição do PCC tem sido a de negociar com pequenos movimentos contestatórios, deixando claro, porém, que numa China tão próspera não há lugar para questionar os rumos políticos e a autoridade central – vide a “Revolução de Jasmim”, reflexo da Primavera Árabe em Pequim, em 2011.

Enquanto isso, a profecia dos meus entrevistados de 2006 se torna cada vez mais real uma década depois, com o “sonho chinês” (*slogan* da administração de Xi Jinping). O que me parecia puro cinismo dos empreendedores – isto é, enriquecimento individual disfarçado de projeto nacional – tem se mostrado algo mais complexo. As novas elites alinhadas com as diretrizes do PCC e o nacionalismo chinês são parte da cola que produz coesão social, mas não só: ela também é sustentada pela percepção popular de aumento do conforto econômico.

Na última década, o universo industrial tem apontado para um amplo processo de formalização das práticas econômicas, seja em direção à legislação trabalhista, seja em direção ao regime de propriedade intelectual – âmbito em que a China cada vez menos defende uma posição autônoma e cada vez mais se alinha ao sistema hegemônico. Atualmente, é tarefa quase impossível encontrar mercados populares que vendem pirataria – algo que era banal há dez anos. O país já está entre as potências que mais investem em pesquisa e desenvolvimento (e, se continuar nesse ritmo, em pouco tempo será a número um) e é líder no registro de patentes. Ao que tudo indica, a fase

“sobreviventista” baseada na produção de bugigangas e cópias baratas tem sido deixada para trás, conforme a China adentra a era da ciência, tecnologia e inovação. Grandes projetos, como a Nova Rota da Seda e os investimentos em infraestrutura na África e na América Latina, reacendem os debates sobre neodependência no Sul global.

Os chineses “comuns” percebem que rumo e prosperidade andam de mãos dadas na construção de um projeto de nação no longo prazo. Criticam a corrupção, reivindicam reformas, mas também ressaltam o extraordinário feito de 800 milhões de pessoas terem sido removidas da pobreza. O governo é fixado em lançar projetos monumentais e audaciosos, que visam a fornecer linhas de ação estratégica com metas temporais, e os divulga diariamente na mídia: *Guangdong 2020*, que busca diminuir a produção de cópias e aumentar a qualidade da produção; *Made in China 2025*, que investe no desenvolvimento de marcas fortes tanto para o mercado interno quanto para o externo; e, recentemente, o mais celebrado programa, *Inteligência Artificial 2030*, que privilegia investimentos em pesquisas na área. O governo produz, assim, o tecnonacionalismo, incentivando a adesão popular a sua grande narrativa e seu projeto nacional.

Como ensina a tradição política confuciana, a educação nacionalista é parte fundamental da construção desses projetos. O filme *Li hai le, wo de Guo* (“Meu ótimo país”, em tradução minha), de 2018, conta a história magnífica dos últimos anos sob o comando de Xi. Assistido com um misto de obrigação e desejo espontâneo, é recordista de bilheteria na China e faz as pessoas deixarem as salas de cinema emocionadas. Nessa linha, os materiais didáticos foram revisados nos últimos tempos, a fim de reforçar a grandiosidade e a unidade da China, a riqueza intelectual da tradição confuciana e a importância do marxismo, do leninismo e do maoísmo para o socialismo “com características chinesas”. O projeto nacionalista tem se demonstrado bem-sucedido, já que a China é o país que mais envia jovens para estudar fora, sem, com isso, sofrer *braindrain* – esses jovens estão motivados a retornar e contribuir com a nação.

Não à toa, Xi passa a ser venerado como Deng, Mao e imperadores “benevolentes” Han, Tang e Ming. A figura do bom governante e intelectual do combate à pobreza tem aparecido cada vez mais nos retratos colocados nas ruas e nas instituições. Seus livros são estudados nas escolas como parte do “Pensamento de Xi” – tal como ocorreu com os grandes líderes da história. Ao mesmo tempo que reforça o poder militar externo e a repressão interna, Xi anuncia em 2017 o fim do limite de dois mandatos para cada presidente. O país nunca caminhou para uma democracia nos moldes ocidentais, mas até então garantia a alternância regular e constante no poder pela primeira vez na história. O experimento não durou mais que quarenta anos, e a China volta a operar em seu estilo político milenar: o regime estendido e o poder ilimitado de um homem só. O governo aprovou dezenas de alterações à Constituição chinesa. Analisando-as, fica evidente que encaminham para a permanência indefinida de Xi Jinping no governo, a fim de executar todas as reformas planejadas para as próximas décadas. As razões que me levam a essa conclusão são autoevidentes: a palavra “reforma” foi usada em diversos trechos do novo texto, ao mesmo tempo que Xi passa a ser legalmente considerado um líder a ser cultuado.

Nesses projetos de desenvolvimento, que se entrelaçam com o reforço-autoritário da figura centralizadora do líder, há sempre um recurso ao imaginário imperial de grandiosidade chinesa. Xi passa a ser chamado de *lingxiu* – uma espécie de liderança especial, distinção antes só atribuída a Mao. Ao mesmo tempo que esses novos projetos apontam para a esplêndida jornada da China em direção ao futuro, a propaganda governamental recorre à ideia de *renascimento* de uma civilização digna do nome *Zhong Guo*, Reino do Meio, centro do mundo. A narrativa sobre a jornada para o futuro é construída em relação a um resgate de um passado mítico de grandiosidade e de paz. E esse resgate é guiado pela hierarquia, pela autoridade. O culto à tradição permanece acionado pelo governo central e pela figura de um homem só, em quem se deve confiar conquanto houver desenvolvimento e *xiaokang*.

Perry Anderson, em “Duas revoluções”, comparou o desfecho de sucesso chinês ao fracasso final russo, especialmente por meio da análise do contexto social das revoluções, de sua base social, de suas apostas econômicas e do papel de seus líderes durante as reformas. Como antropóloga e sinóloga, procurei percorrer outros caminhos, que complementassem a compreensão do terreno em que esse sucesso revolucionário emergiu. O sucesso do desfecho da revolução de 1949 e da fase pós-1979 é resultado não apenas de medidas econômicas e políticas bem-sucedidas afinadas com a economia global, mas também da atualização das formas históricas de governar que deram certo no passado. A China possui demasiada história e demasiado sentido histórico para abandonar seus “tiques milenares de governar” ^[16]. Olhar para esse passado pode nos ajudar a entender a China com menos excepcionalidade e perplexidade.

Ressalto, por fim, que não foi meu objetivo traçar o pensamento e a prática de governança chineses como imutáveis e atemporais. Busquei, antes, mostrar sua adaptabilidade aos novos tempos e paradigmas e sua capacidade de renovação, entrelaçando o tradicional e o moderno em um desenvolvimento com características próprias. O século XX inseriu a modernidade na China, e a Revolução Comunista teve um papel importante em estimular uma cultura da mudança e da *inovação* – expressão esta que hoje se torna símbolo da nova fase de prosperidade chinesa. A abertura econômica, por sua vez, forçou a China a rever sua histórica predileção à tradição em detrimento das leis e a aderir a reformas legais graduais.

Nesse sentido, meu enfoque recaiu menos sobre a formação e as ações do PCC, e mais sobre quanto o próprio Partido se reapropria de uma matriz ideológica que é atualizada no curso histórico em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Um dos pilares das reformas chinesas é uma forte hegemonia nacionalista, constantemente reelaborada sobre os eixos de sua

filosofia política. O resultado disso é a legitimação do poder das autoridades centrais, sob a condição de que haja desenvolvimento e conforto econômico, bem como a promessa de um futuro nacional grandioso tal como outrora vivido.

A transição da fase sobreviventista para a era da inovação tem se demonstrado mais rápida e sustentável do que muitos críticos imaginaram. Se existe uma nova esfera pública contestadora, via internet e caminhos legais, o Estado negocia com aquilo que tolera, mas, principalmente, reforça a repressão por todos os cantos. A conciliação entre ação coletiva e repressão tem sido mantida – e não há sinais de que a ordem social entre em colapso tão cedo. Mas a longa história da China insiste em nos lembrar de que esses ciclos áureos também chegam ao fim quando a balança entre rumo e repressão começa a desequilibrar em favor do segundo termo. A estabilidade do PCC depende, em última instância, de o governo moderar ou aumentar ainda mais o uso da força..

[1] Ezra Vogel, *Deng Xiaoping and the Transformation of China* (Cambridge, Belknap Harvard, 2011).

[2] Rana Mitter, *A China moderna* (trad. Rosaura Eichenberg, Porto Alegre, L&PM, 2011).

[3] Sobre a tradição legal chinesa, ver William P. Alford, *To Steal a Book is an Elegant Offense: Intellectual Property Law in Chinese Civilization* (Stanford, Stanford University Press, 1995).

[4] Max Weber, *The Religions of China* (Toronto, Macmillan, 1968) [ed. bras.: *Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião*, v. 1: *Confucionismo e taoísmo*, trad. Antonio Luz Costa e Gilberto Calcagnotto, Petrópolis, Vozes, 2016].

[5] Ver, por exemplo, Marcel Granet, *O pensamento chinês* (trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997).

[6] Por exemplo, “Chinese Conceptions of ‘Rights’: From Mencius to Mao – and Now”, *Perspectives on Politics*, v. 6, n. 1, 2008, p. 37-50

[7] Xiaotong Fei, *China's Gentry: Essays on Rural-Urban Relations* (Chicago, The University of Chicago Press, 1953).

[8] Elizabeth Perry, “Chinese Conceptions of ‘Rights’”, cit.

[9] Rana Mitter, *A China moderna*, cit.

- [10] Stephen Angle, *Human Rights and Chinese Thought: A Cross-Cultural Inquiry* (Cambridge, Cambridge University Press, 2002).
- [11] Rosana Pinheiro-Machado, *Counterfeit Itineraries in the Global South: The Human Cost of Piracy in Brazil and China* (Nova York, Routledge, 2017).
- [12] Ver, por exemplo: Lisa M. Hoffman, *Patriotic Professionalism in Urban China: Fostering Talent* (Filadélfia, Temple University Press, 2010); Arthur Kleinman et al., *Deep China: The Moral Life of the Person* (Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 2011); Aihwa Ong e Li Zhang (orgs.), *Privatizing China: Socialism from Afar* (Ithaca/Londres, Cornell University Press, 2008).
- [13] Elizabeth Perry, “Chinese Conceptions of ‘Rights’”, cit.
- [14] Ngai Pun, “Subsumption or Consumption? The Phantom of Consumer Revolution in ‘Globalizing’ China”, em *Cultural Anthropology*, v. 18, n. 4, 2003, p. 469-92; Ching K. Lee, “Rights Activism in China”, em *Contexts*, v. 7, n. 3, 2008, p. 14-9.
- [15] Dados lançados anualmente pela ONG China Labour Bulletin.
- [16] Julia Lovell, *A Grande Muralha: a China contra o mundo* (trad. S. Duarte, Rio de Janeiro, Record, 2008).

SOBRE OS AUTORES

Perry Anderson

Professor de história na Universidade da Califórnia-Los Angeles (UCLA), o historiador britânico Perry Anderson integra o conselho editorial da *New Left Review*, uma das mais prestigiosas publicações acadêmicas sobre política, da qual foi fundador e diretor. É autor de importantes obras sobre história e marxismo, entre as quais *Linhagens do Estado absolutista* (Editora Unesp, 2016), *Espectro* (Boitempo, 2012) e *A política externa norte-americana e seus teóricos* (Boitempo, 2015).

Wang Chaohua

Uma das líderes intelectuais das manifestações da praça da Paz Celestial em 1989, a ensaísta Wang Chaohua vive nos Estados Unidos. Doutora em literatura chinesa moderna e estudos asiáticos pela Universidade da Califórnia-Los Angeles (UCLA), foi membro do Institut d'Études Avancées de Nantes e organizou a coletânea de ensaios *One China, Many Paths* (Verso, 2005).

Luiz Gonzaga Belluzzo

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi consultor pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Escreveu, entre outras obras, *Depois da queda: a economia brasileira da dívida aos impasses do real* (com Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Civilização Brasileira,

2002) e é autor da seção sobre política industrial no livro *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (org. Emir Sader, Boitempo, 2013).

Rosana Pinheiro-Machado

Cientista social e antropóloga, lecionou no Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford e hoje atua como professora visitante na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É autora de diversos livros, incluindo *Counterfeit Itineraries in the Global South* (Routledge, 2017).



Tropas e tanques do EPL avançam sobre a base do Kuomintang em Xuzhou, durante batalha que selou o domínio das forças comunistas no norte da China e abriu caminho para a conquista do restante do território.

Este livro foi publicado pela Boitempo em novembro de 2018, setenta anos após a batalha de Huaihai, em que o Exército Popular de Libertação iniciou sua ofensiva decisiva contra o Kuomintang com vistas a instaurar um regime socialista na China.

© desta edição, Boitempo Editorial, 2018

“Two Revolutions”

© Perry Anderson, 2010

“The Party and its Success Story”

© Wang Chaohua, 2015

Traduzido dos originais em alemão *Scorpion und Felix e Oulanem*, em Karl Marx, *Werke, Artikel, Literarische Versuche bis März 1843* (MEGA-2 I/1, Berlim, Dietz, 1975), p. 688-703, 649-68.

Direção editorial

Ivana Jinkings

Edição

André Albert

Assistência editorial

Artur Renzo e Thaisa Burani

Tradução

Hugo Mader (“Duas revoluções”) e Pedro Davoglio (“O Partido e sua história de sucesso”)

Preparação

Rita Palmeira

Revisão

Carmen T. S. Costa

Coordenação de produção

Livia Campos

Capa

Maikon Nery

Diagramação

Antonio Kehl

Equipe de apoio: Ana Carolina Meira, Ana Yumi Kajiki, Bibiana Leme, Clarissa Bongiovanni, Eduardo Marques, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Isabella Marcatti, Ivam Oliveira, Kim Doria, Luciana Capelli, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Renato Soares, Talita Lima, Thaís Barros, Tulio Candiotto

Versão eletrônica

Produção Livia Campos

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A561d

Anderson, Perry, 1938-

Duas revoluções [recurso eletrônico] : Rússia e China / Perry Anderson ; com textos de Wang Chaohua , Luiz Gonzaga Belluzzo , Rosana Pinheiro-Machado ; tradução Hugo Mader, Pedro Davoglio. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

recurso digital

Tradução de: Two revolutions

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-85-7559-676-0 (recurso eletrônico)

1. União Soviética - Política e governo - 1917-1991. 2. China - Política e governo - 1949-. 3. União Soviética - História. 4. China - História. 5. Comunismo. 6. Ciência política. I. Chaohua, Wang. II. Belluzzo, Luiz Gonzaga. III. Pinheiro-Machado, Rosana. IV. Mader, Hugo. V. Davoglio, Pedro. VI. Título

18-54154

CDD: 320.532

CDU: 323.272

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: janeiro de 2019

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.wordpress.com | www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

E-BOOKS DA BOITEMPO EDITORIAL

Bovarismo brasileiro

MARIA RITA KEHL

Brasil: uma biografia não autorizada

FRANCISCO DE OLIVEIRA

Che Guevara e o debate econômico em Cuba

LUIZ BERNARDO PERICÁS

Crise e golpe

ALLYSON LEANDRO MASCARO

Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro

KARL MARX

Dominação e resistência

LUIS FELIPE MIGUEL

Escritos ficcionais: Escorpião e Félix/ Oulanem

KARL MARX

Esquerdas do mundo, uni-vos!

BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS

A estrela da manhã

MICHAEL LÖWY

O fogo e o relato

GIORGIO AGAMBEN

Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil

FLÁVIA BIROLI

Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna

MICHAEL HEINRICH

A liberdade é uma luta constante

ANGELA DAVIS

A loucura da razão econômica

DAVID HARVEY

O marxismo ocidental

DOMENICO LOSURDO

A nova segregação: racismo e encarceramento em massa

MICHELLE ALEXANDER

O ódio como política

ESTHER SOLANO GALLEGÓ (ORG.)

O privilégio da servidão

RICARDO ANTUNES

A revolta dos intelectuais na Hungria

ISTVÁN MÉSZÁROS

Tempo comprado

WOLFGANG STREECK

O velho Marx

MARCELLO MUSTO

A verdade vencerá

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Siga a Boitempo

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR



/blogdaboitempo.com.br



/boitempo



@editoraboitempo



/tvboitempo



@boitempo